



CIDADE PARTIDA 30 ANOS DEPOIS

REFLEXÕES SOBRE A OBRA
DE ZUENIR VENTURA

SEMINÁRIO

ANDERSON SÁ • ANTONOR OLIVEIRA • CAIO FÁBIO
CAIO FERRAZ • CARLOS FERNANDO GROSS • DJ MARLBORO
EDSON DINIZ • EDUARDO EUGENIO GOUVÊA VIEIRA
ELIANA SOUSA SILVA • ELISA VENTURA • FRANCISCO VALDEAN
ISABELLA ROSADO NUNES • ITAMAR SILVA • JUJU RUDE
JÚLIA QUIRINO • LUCIANA BEZERRA • LUCIANO VIDIGAL
LUIZ EDUARDO SOARES • MANOEL RIBEIRO • MARIANA GINO
MAURO VENTURA • MICHEL SILVA • MOIRA BRAGA
OLGA ACOSTA • RAFAEL MATTOSO • RAFAEL SOARES
RUBEM CÉSAR FERNANDES • SILVIA RAMOS
TAINÁ DE PAULA • THUX THUANE • VIVIANE COSTA

APRESENTAÇÃO

CURADORIA E REALIZAÇÃO

Firjan SESI


blocks
PROJETOS

C
MINA


Copyright ©2025
© Blooks Projetos
© MINA Comunicação e Arte
Todos os direitos reservados

SEMINÁRIO

“CIDADE PARTIDA – 30 ANOS DEPOIS”

CASA FIRJAN

27 E 28 DE AGOSTO DE 2024

APRESENTAÇÃO

FIRJAN-SESI

REALIZAÇÃO

Blooks Projetos

MINA Comunicação e Arte

CURADORIA

Elisa Ventura

Isabella Rosado Nunes

COMITÊ CONSULTIVO

Itamar Silva

Eliana Sousa Silva

Mauro Ventura

Silvia Ramos

LIVRO DO SEMINÁRIO

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Isabella Rosado Nunes

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Sônia Barreto

TRANSCRIÇÃO DAS MESAS

Marina Nunes Martins

REVISÃO

José Figueiredo

FOTOS CAPA E CONTRACAPA

João Roberto Ripper

Bira Carvalho

FOTO ZUENIR VENTURA

Elisa Ventura

TRATAMENTO DE IMAGENS CAPA E CONTRACAPA

Adilson Liporage

FOTOS DAS MESAS E DOS PALESTRANTES

Retiradas dos vídeos de transmissão

Este livro segue as novas regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. É vedada a reprodução no todo ou em parte, através de quaisquer meios, sem a permissão por escrito das editoras.



@blooks

@mina.com.arte

“Eu acho que as autoridades fizeram muito pouco para transformar o Rio em uma cidade unida, uma cidade maravilhosa. A gente sabe que a solução está em unir, em juntar a cidade. Mas como fazer isso? Eu realmente não sei. Mas eu adoro o Rio inteiro. Fico dividido pelo fato de que o Rio é uma cidade partida. Fico meio preocupado. Eu digo: “Não, eu que inventei essa coisa, o Rio não é uma cidade partida, eu que inventei”. Esse embate veio muitas vezes. Ih, pronto, já sabia que iria ser questionado por ter inventado essa coisa de cidade partida. Mas, enfim, eu realmente gosto muito do Rio. Apesar de tudo e de todos, a gente tem prazer em viver nessa cidade.”

ZUENIR VENTURA

Abril de 2024

Trecho da entrevista publicada no livro “Cidade Partida – 30 Anos Depois. Reflexões sobre Obra de Zuenir Ventura” (Ed. Blooks, Ed. MINA, 2024)



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

P 10

MESA 1

ONDE ESTÃO AS VOZES DO RIO?

ITAMAR SILVA

FRANCISCO VALDEAN

MICHEL SILVA

THUX THUANE

P 30

MESA 2

COM A ALMA LAVADA?

MAURO VENTURA

VIVIANE COSTA

JÚLIA QUIRINO

MARIANA GINO

P 60

MESA 3

QUEREMOS VIVER E NÃO SOBREVIVER?

SILVIA RAMOS

LUIZ EDUARDO SOARES

TAINÁ DE PAULA

RAFAEL SOARES

P 82

MESA 4

CULTURA: A PONTE ENTRE OS DOIS RIOS?

ISABELLA ROSADO NUNES

JUJU RUDE

MOIRA BRAGA

LUCIANO VIDIGAL

P 104

MESA 5

DUAS CIDADES SE ENCONTRAM?

ELIANA SOUSA SILVA

RAFAEL MATTOSO

LUCIANA BEZERRA

EDSON DINIZ

P 126

MESA 6

O RIO TINHA QUE SER UM SÓ?

ISABELLA ROSADO NUNES

MAURO VENTURA

CAIO FERRAZ

CAIO FÁBIO

RUBEM CÉSAR FERNANDES

MANOEL RIBEIRO

DJ MARLBORO

APRESENTAÇÃO

**‘CIDADE PARTIDA’:
O LIVRO DE ZUENIR VENTURA
E O RIO DE JANEIRO
EM DEBATE
30 ANOS DEPOIS**

O PROJETO “CIDADE PARTIDA – 30 ANOS DEPOIS” é uma iniciativa da Blooks Projetos e da MINA Comunicação e Arte, em parceria com a Firjan Sesi, e inclui um livro de autoria coletiva e um seminário, além de um documentário, em uma produção associada com a TV Zero.

O seminário “Cidade Partida – 30 Anos Depois” foi realizado nos dias 27 e 28 de agosto de 2024 na Casa Firjan, em Botafogo, no Rio de Janeiro. Na mesma ocasião, foi lançado o livro de autoria coletiva “Cidade Partida – 30 Anos Depois”. Reflexões sobre a Obra de Zuenir Ventura” (Ed. Blooks, Ed. MINA), em uma tiragem não comercial. O livro chega às livrarias em junho de 2025, em coedição com a Pallas.

O projeto é uma homenagem ao jornalista e escritor Zuenir Ventura e aos 30 anos de seu livro “Cidade Partida” (Cia das Letras, 1994), que, desde o lançamento, vem motivando debates e argumentos concordantes e discordantes – nunca indiferentes – em estudos, pesquisas, publicações, projetos sociais, investimentos sociais público e privado.

Este livro digital gratuito traz para você as transcrições editadas das seis mesas temáticas do seminário. A diversidade e a importância das vivências e opiniões compartilhadas em falas preciosas, por profissionais que pensam a complexidade da cidade do Rio de Janeiro e que atuam por meio de pesquisas e projetos, incentivaram-nos a realizar essa publicação registrada com ISBN. Assim, ela pode ser acessada como fonte de informação e pesquisa a quem se dedica a estudar o Rio e a quem “tem prazer de viver nesta cidade”, como diz Zuenir.

Aqui repetimos as capas do livro, com a delicadeza e a beleza das imagens dos queridos fotógrafos João Roberto Ripper e Bira Carvalho (*in memoriam*).

O seminário teve a curadoria de Elisa Ventura e Isabella Rosado Nunes, juntamente com o Comitê Consultivo do projeto, formado

por Itamar Silva, Eliana Sousa Silva, Mauro Ventura e Silvia Ramos. O encontro debateu temas como mobilização social, desigualdade social, comunicação, cultura, segurança, territórios, preconceitos, religião e poder.

As mesas temáticas tiveram como ponto de partida títulos de capítulos de “Cidade Partida” ou frases de Zuenir Ventura, mas em forma de indagação, com a intenção de instigar dúvidas e possibilidades a partir da pauta apresentada pelo jornalista há 30 anos, mas tão atual:

“Onde Estão as Vozes do Rio?”,

“Com a Alma Lavada?”,

“Queremos Viver e Não Sobreviver?”,

“Cultura: a Ponte entre os Dois Rios?”,

“Duas Cidades Se Encontram?”,

“O Rio Tem Que Ser um Só?”.

Agradecemos, especialmente, ao presidente do Sistema Firjan à época do seminário, Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, que acolheu a todas essas ideias de imediato, e ao vice-presidente Carlos Fernando Gross, que também estiveram conosco no evento. E, ainda, às equipes de Educação e Cultura e de Comunicação e Eventos da Firjan e da Casa Firjan, pela parceria e pela dedicação, e a todas e todos participantes do seminário, palestrantes e público, que garantiram um encontro amoroso e de pensamentos e ideias diversas e que nos incentivam a buscar oportunidades e soluções para a cidade que amamos.

Assim como no livro “Cidade Partida – 30 Anos Depois”, dedicamos esta publicação a Mary e Zuenir Ventura, que nos acompanharam em todo o desenvolvimento do projeto, e a quem ama e acredita no Rio.

ELISA VENTURA, ISABELLA ROSADO NUNES E MAURO VENTURA



MESA 1

[27 DE AGOSTO DE 2024]

ONDE ESTÃO AS VOZES DO RIO?

A MESA QUE ABRIU O SEMINÁRIO foi inspirada no título do capítulo 12 do livro “Cidade Partida”, “Onde Estão as Vozes do Rio?”, um questionamento que fez Zuenir Ventura se deslocar para muitos cantos da cidade para escutar as vozes indignadas com as diversas violências. O escritor buscava entender sentimentos e pontos de vista de seus interlocutores, que, a partir de históricos pessoais e coletivos, tentavam encontrar caminhos para um Rio desigual no acesso aos direitos.

Zuenir reportou encontros que reuniram representantes de diversos pensamentos e partes da cidade. E citou Itamar Silva, “intelectual negro e agente comunitário da Favela Santa Marta”, e descrição feita por ele vista como “a mais dramática da ‘outra cidade’”, segundo o escritor, quando se referia a guerras de quadrilhas e ao advento de um novo personagem: o traficante de drogas. “De um lado, o medo constante e mudo. O medo solitário e resignado. De outro, a eloquência sedutora do poder bandido. Fácil e efêmero, prometendo a glória a quem não espera nada da cidade. Precisamos oferecer alternativas atraentes aos jovens favelados”, afirmava Itamar.

No seminário, Itamar Silva conversou com jovens comunicadores que, segundo ele, “construíram uma forma de falar, de disputar o sentido da favela na cidade”: Francisco Valdean, Michel Silva e Thux Thuane, que não só buscaram alternativas como criaram espaços de pensamento, comunicação e memória das favelas em que nasceram e vivem, oferecendo possibilidades de quebrar estereótipos.

Itamar Silva propôs uma conversa sobre a construção de novos discursos e novos posicionamentos, tendo como protagonistas os “personagens internos das favelas, levando notícias sobre a realidade a partir de dentro e enfrentando debates sobre questões políticas e, dessa forma, interferindo na percepção da sociedade sobre a favela”. Em alguns casos, afirmou Itamar, atuando de forma perigosa para mostrar “a outra dimensão do medo”.

MEDIADOR

ITAMAR SILVA, jornalista, morador do Morro Santa Marta, presidente do Grupo ECO e colaborador da Universidade da Cidadania, órgão suplementar da UFRJ, vinculado ao Fórum de Ciência e Cultura. Fez parte do grupo fundador do movimento Viva Rio e milita no movimento de favelas do Rio de Janeiro.

CONVIDADA E CONVIDADOS

FRANCISCO VALDEAN, fotógrafo popular e artista pesquisador de imagens das favelas da Maré no Rio de Janeiro. Formado na primeira turma da Escola de Fotógrafos Populares, um projeto do Observatório de Favelas iniciado na região da Maré em 2004, Valdean desenvolveu uma abordagem única para capturar e interpretar as imagens que definem e apresentam essa região favelada da cidade. É doutor em Arte e Cultura Contemporânea pelo PPGARTES-Uerj, consolidando seu compromisso com a pesquisa e a reflexão crítica sobre a política das imagens dessa região favelada.

MICHEL SILVA, nascido e criado na Rocinha, é jornalista formado pela PUC-Rio. Adora circular por favelas da cidade para fazer redes e adquirir conhecimentos e experiências. É fundador do Fala Roça, uma organização de comunicação da Rocinha. Cocriou o Favela em Pauta, um veículo de comunicação nativo digital focado em aprofundar pautas sobre favelas. É pós-graduado em Jornalismo Investigativo pelo IDP e conselheiro da Associação de Jornalismo Digital (Ajour).

THUX THUANE, cria da Vila Operária, é formada em Direito pela UFRJ, diretora executiva do PerifaConnection – plataforma de conexão e confluência das periferias brasileiras através da comunicação, formação e articulação, e integrante da Coalizão Negra por Direitos – articulação nacional de entidades do movimento negro para a incidência política nos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e em fóruns internacionais.



ITAMAR SILVA

É um privilégio partilhar desta homenagem ao jornalista e escritor Zuenir Ventura e com os convidados desta mesa que abre o seminário “Cidade Partida – 30 Anos Depois”. Zuenir nos provoca a pensar a cidade do Rio de Janeiro. Eu reli o livro recentemente e voltei a me emocionar com as histórias, com o posicionamento e as questões que ele apresenta.

Para compor este seminário, fizemos um exercício bastante interessante. Primeiro o de detectar que – com a pergunta “Onde estão as vozes do Rio?”, que Zuenir faz em um dos capítulos – ele estava dialogando com muitas questões. No livro havia, basicamente, as vozes da elite brasileira, dos parlamentares do Rio de Janeiro, que não assumiam a tarefa de enfrentar e desvendar as situações e necessidades para aquele momento. Hoje, nesta mesa, estamos trazendo vozes que se constituíram e que se constituem em uma nova forma de fazer a disputa de narrativas e de trazer uma realidade a partir do jeito, do posicionamento de quem está pisando ali, naquele território das favelas, de quem está vivendo aquele cotidiano.

Se Zuenir fala que a cidade é “tripartida”, eu digo que é muito mais do que isso. Várias cidades compõem o Rio de Janeiro, que é, 30 anos depois, muito mais complexo. É um Rio que está alargado: há o domínio da milícia, do tráfico. Está alargado pelo esfacelamento da polícia, pela corrupção da própria polícia. Alargado pelo posicionamento de um estado que, eu diria, brinca de atuar para transformar o Rio, porque, na verdade, suas ações não levam em consideração a grandeza e as possibilidades dessa cidade. Elas acabam ficando numa superfície que não promove a transformação. Muito pelo contrário, alimentam dinâmicas que são bastante delicadas e contra tudo o que a gente defende, como uma cidadania plena para todas as pessoas.

Nesse sentido, eu digo que a gente vive um paradoxo no Rio de Janeiro. Há uma cidadania insurgente, por um lado. É bacana a gente olhar e ver essa dimensão da capacidade e da potência que os

territórios de favela, de periferia, vêm mostrando, ao se posicionarem e ocuparem espaços no debate público. Isso é verdade e é preciso ser levado em consideração. Por outro lado, há também uma cidadania diferenciada, que confirma o lugar da não cidadania, por isso eu chamo de paradoxo. E uso aqui os termos do James Wilson, que fala um pouco dessas duas cidadanias. Porque a estrutura da sociedade não muda. Ela acaba por dar continuidade, alimentar as exclusões, os lugares do “não cidadão”. Ela cria, e a gente vive assim, uma certa superfície de ilusões.

E vocês que estão aqui hoje, nesta mesa de abertura, me deixam bastante feliz, porque batem o pé e dizem: “Não, eu sou daqui, sou desse chão, sou da Baixada, sou da Maré, sou da Rocinha; eu sou desse lugar, dessa periferia”. Vocês estão, exatamente neste momento, disputando a forma e o jeito de se colocar nesse debate da sociedade. Convido você, Thuane, a dar início ao seminário.

THUX THUANE

Bom-dia, agradeço ao Itamar pelo convite. É muito bom ver rostos familiares neste encontro. Começo com essa missão de falar um pouco sobre onde estão as vozes do Rio a partir da minha perspectiva.

Meu nome é Thuane, Thux é o meu apelido, que já se misturou à minha identidade. Eu sou nascida e criada na Vila Operária, que é uma favela de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Nessa lógica de cidade partida, desde criança a gente ficava muito triste porque era a Favela Beira Mar, ao lado da Vila Operária, que sempre recebia operações policiais por causa do traficante Fernandinho Beira Mar. Por isso, havia uma presença permanente da imprensa. Imaginem que tínhamos o sonho de ver uma operação na Vila Operária para que ela pudesse aparecer no jornal “RJTV”, da Globo.

Sou formada em Direito e diretora executiva do PerifaConnection, além de fazer parte do Movimenta Caxias, que é um movimento de disputa da cidade. Também faço parte da Coalizão Negra por

Direitos, que é a maior coalizão nacional de movimentos negros, com a participação de 300 organizações.

O Perifa foi criado em 2019, quando Pedro Henrique foi assassinado em um supermercado Extra, na Barra da Tijuca, na tentativa de fazer o que muitos coletivos de favelas no Rio já faziam, que era disputar uma narrativa sobre as periferias. A gente se sentia e ainda se sente muito incomodada sobre como a mídia narra as favelas.

Isso, junto com muitos outros incômodos, foi meio que um estopim pro Perifa nascer e com essa missão de falar das favelas pra fora delas, para contar outras narrativas com a participação de ativistas, para além da comunicação, porque as coisas se misturam. Hoje, no Perifa, a gente faz também articulação política, trabalhamos com formação e mobilização em nossos territórios. A organização está em 20 estados do país, com uma rede de articulação de centenas de jovens lideranças, e atua como uma plataforma de conexão e confluência das periferias brasileiras. Do Rio de Janeiro para fora, tendo um alcance muito interessante.

Hoje, a gente trabalha com a perspectiva de que a periferia é todo território que não é central. O Brasil é uma grande periferia, porque os centros são poucos. Para ter centro, tem que ter acúmulo, tem que ter muito privilégio, políticas públicas, muito dinheiro nas mãos de poucas pessoas. São as comunidades e os territórios que estão à margem que consideramos como periferias.

Isso foi uma construção dos próprios jovens do Perifa, que são também indígenas, quilombolas, marisqueiras, pesqueiras, ribeirinhos, comunidades tradicionais e quebradeiras de coco.

Nos inspiramos na frase da poetisa cearense Jesuana Prado, que eu conheci por meio de um texto do escritor Wesley Barbosa, que também é diretor do Perifa, em um caderno do Cesec – Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, sobre a intervenção federal em favelas. Ela diz que “toda periferia é um centro se não há margens que a oprimem”. O trabalho do Perifa é esse de remover as margens que oprimem as periferias com essa ideia de que a periferia é esse “lugar outro”.

O próprio Nego Bispo (Antonio Bispo dos Santos, piauiense, filósofo, professor, escritor e líder quilombola) falava sobre essa que-

bra da periferia, no sentido de que nós não somos periferia porque nós somos “o outro de nada”. Nós somos nós, somos o centro da nossa vida, do nosso território; e quem criou essa nomenclatura foi quem quis nos marginalizar. O Brasil que marginaliza, afasta e não ouve as periferias perde muito com isso. Onde estão as vozes da periferia? Nós sempre tivemos voz, e estamos em total desacordo com essa ideia de que precisamos que nos “deem voz”. A questão é que não querem nos ouvir. Lamento que o Brasil não queira ouvir as vozes da periferia, porque o país vai continuar do jeito que está, já que o grande problema está relacionado a território.

O país se formou com problemas de território. Tudo seria muito mais fácil se a gente resolvesse uma questão fundamental no Brasil, que são terra e território. Temos uma grande disputa de terras há muito tempo. A solução passa por pensar diferente sobre o que os territórios são. Um pouco da nossa missão é promover esse debate para uma perspectiva de mudança de Brasil.

Sobre “Onde estão as vozes do Rio?”, eu quero destacar algumas perspectivas, pessoas, temas, exemplos, pra vocês entenderem como a gente tem que pensar a diferença no território. O primeiro exemplo é o da Veinha, uma liderança comunitária da Favela do Lixão, que fica no Centro do Rio de Janeiro, e que criou um movimento chamado Família Beira Beira. O PAC – Programa de Aceleração de Crescimento, quando feito no centro de Duque de Caxias, virou a primeira obra de “desfavelização” do Brasil, segundo a classificação do Ministério das Cidades. Aliás, estamos em total desacordo com essa classificação, porque “desfavelizar” não significa nada. Muito provavelmente, só significa remoção, o que expressa uma outra perspectiva.

Às vezes me perguntam: “Thuane, não é necessário fazer melhorias nas periferias e nas favelas?”. Eu respondo que sim, mas, quando alguém fala que vai acabar com as periferias e favelas, normalmente está dizendo que as pessoas serão removidas dali ou que haverá uma apropriação imobiliária. E é impossível acabar com as periferias e favelas, porque hoje elas são a maior parte do país. O Brasil é quase todo periférico.

Eu sou flamenguista e costumo usar a frase da torcida do Flamengo que diz: “Nós somos todos, menos alguns”. As perife-

rias são isso: “Nós somos todos, menos alguns”. Nós somos todo mundo, menos alguns territórios centrais das cidades por todo o Brasil. Então, não tem como acabar com as periferias do Brasil. Assim foi com a Favela do Lixão, onde foram removidas 60 famílias. Promovemos uma luta através do Movimenta Caxias para que as famílias passassem a receber aluguel social.

Uma das primeiras obras foi a de canalizar o rio. Aliás, o rio que hoje é um valão e se configura em uma confirmação do racismo ambiental praticado com nossos territórios. Todo mundo sabia que a obra, que custou R\$ 6 milhões, ia dar errado. O dinheiro gasto na Favela do Lixão deveria melhorar a vida da comunidade. A Veinha fazia uma coisa que a gente chama hoje de tecnologia social da periferia: marcações no muro dela quando chovia, para registrar até onde as chuvas chegavam ao alagar a rua. Só que veio a obra, e eles perderam essa forma de saber sobre os alagamentos, para terem tempo de providenciarem a retirada de móveis do chão, colocando tijolos embaixo para não perdê-los, de forma que a água entrasse e saísse depois. Com a obra, a água que batia na canela – e que se resolvia levantando os móveis com dois tijolos por baixo – passou a bater na cintura.

Esse é um formato delicioso de viver? Não, mas nós, que somos “periferia”, sabemos que nem sempre podemos contar com o poder público. Então, criamos os nossos formatos de sobrevivência. A despeito da construção da política do Estado brasileiro, nós sobrevivemos. São formatos nossos que fazem a gente conseguir estar aqui até hoje.

Por que as empresas de obras não ouviram as pessoas das comunidades? Por que se gastou dinheiro público para piorar a situação? Por que hoje as casas alagam muito mais? E isso acaba sendo uma desculpa para que removam as pessoas.

Então, esse é um exemplo que compõe a História do Brasil. Mas isso está mudando, porque estamos indo além da linha que nos deram. A metodologia do Perifa é composta por três Ps: “peito aberto”, porque estamos abertos aos diálogos, sempre querendo ouvir e trocar; mas também temos o “pé na porta”, porque às vezes o peito aberto não funciona, as pessoas não querem ouvir, e o poder públi-

co não quer dialogar. Então a gente tem que levar o pé na porta para conseguir avançar nas melhorias dos nossos territórios. O outro P é “papo reto”, e dele falarei em seguida.

O território foi a principal tecnologia de sobrevivência para o povo negro brasileiro. Se não tivesse território, a gente estaria morto. Foi porque a gente teve a experiência dos quilombos durante o período de escravização que, depois, conseguiu aplicar essa experiência em outros territórios, que viraram, inclusive, as favelas. Foi porque a gente conseguiu espaços, porque apostamos na vida comunitária; já que fomos expulsos do centro, mesmo depois de libertos.

O outro P é o “papo reto”, é o jeito de falar direto, de ouvir os papos retos dessas comunidades, desses territórios. Normalmente, são pessoas que, como precisam sobreviver, estão na correria; elas não vão enrolar nem ser de difícil acesso. Vão querer falar, dialogar, pois é dentro do nosso território que nós temos as maiores respostas para o Brasil. E não no sentido óbvio, mas no sentido amplo. É a ideia de que cada periferia, cada morador, sabe de onde é.

Essa ideia de que toda periferia é a mesma, ou que nós vamos ter uma solução para tudo, é inacreditável num país continental como o Brasil. Então, avançamos no sentido de valorizar a periferia, entendendo que nós somos muitos ao redor do Brasil, mas que somos diferentes. O Brasil vai chegar a um lugar que nunca conseguiu alcançar, porque o país mesmo está com os ouvidos fechados, não só para as vozes do Rio, mas para as vozes do Brasil.

ITAMAR SILVA

É impressionante como a gente vai ressignificando os fatos ao longo do tempo. Eu me lembro de um texto que li sobre o livro “A Cultura e a Oportunidade do Brasil”, do jesuíta André João Antonil, que veio de Portugal com o padre Antônio Vieira no final do século XVII, em que ele afirmava que os escravizados eram “as mãos e os pés do senhor de engenho”, porque sem eles no Brasil não era possível “fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente”. E, para garantir a disciplina dos escravizados, Antonil recomendava que a eles fossem concedidos, apenas, “pão, pano e pau”, ou seja, pão para mantê-los vivos, pano para cobri-los as vergonhas

e pau para fazê-los obedientes. Esses eram os três Ps aos quais os escravizados tinham direito naquela lógica. Hoje, a gente ressignifica e propõe, como fazem a Thux e o PerifaConnection, com os três Ps: peito aberto, pé na porta e papo reto. Isso é muito interessante. Valdean, agora é contigo.

FRANCISCO VALDEAN

Meu nome é composto: Francisco Valdean. Falo diretamente da Maré, que é um complexo de favelas que fica na Zona Norte do Rio. Estamos hoje no nono dia consecutivo de operações policiais. Ao longo do ano, já vivenciamos 27 operações policiais; somente no mês de agosto, foram 11. Somos 150 mil moradores e há 49 escolas públicas na região, e essas operações impactam os direitos básicos da população, como a educação e a saúde.

Eu sou nordestino, nasci em Cachoeira Grande, um pequeno povoado rural do estado do Ceará com 500 habitantes, e fiz a travessia migratória para a Maré nos anos 1990, quando era adolescente. Meu pai era o recenseador, e eu sempre soube quantos moradores havia ali porque meu pai sentava à porta e ficava contando. Ele era o “IBGE do povoado”.

Nos anos 1990, eu estudei o máximo que pude em Cachoeira Grande e me formei na terceira série do ensino fundamental. Não era possível estudar além disso em um povoado nordestino. Cheguei aqui com essa formação. Geralmente, meus conterrâneos cearenses vêm para o Rio de Janeiro para trabalhar em subempregos, como garçom e tudo mais. Esse também poderia ser o meu destino. Comecei a trabalhar como balconista em uma padaria. E eu me dei conta de que eu também precisava estudar, com a perspectiva de, pelo menos, terminar o ensino médio.

Trabalhar e estudar não é para fracos, não, é para fortes. Ter uma jornada de oito horas e depois enfrentar a sala de aula! Hoje, sou professor de duas escolas de ensino médio, na Maré, e vivo essa situação com os meus alunos: geralmente, trabalham oito horas por dia e, à noite, só conseguem dormir, inclusive no meio da aula. Eu terminei o ensino fundamental e fiz o ensino médio na Escola Bahia, a primeira escola da Maré e onde sou professor.

A Maré é uma favela fantástica por várias razões. Uma delas é o histórico dos cursos pré-vestibulares, que elevaram o número de universitários a números próximos aos do bairro da Tijuca, por exemplo. Animado com esse contexto, comecei a vislumbrar a possibilidade de uma universidade, que era muito real, porque havia um contexto nacional da política do governo Lula e havia também um contexto local. Eu tinha vários amigos ingressando na universidade, passando a ter uma atuação política. Acho que foi esse o momento que o Itamar descreveu hoje, de quando me conheceu. Eu vivia uma urgência, que precisava ser externada da forma como eu externava. E eu sou mais bravo ainda agora, só que com diploma de doutor.

Enfim, fiz esse percurso, terminei a graduação universitária, como aluno cotista, e, depois, ingressei em um mestrado, ambos na Uerj, em Antropologia Visual. Minha dissertação foi publicada, em 2022, no livro “Imagens da Maré – Narrações Fotográficas da Favela”, pela editora Mórula. Como meu mestrado deu certo, tentei o doutorado em Artes, que terminei no ano passado.

As nossas trajetórias populares são cheias de incertezas. Na escola em que eu dou aula, por exemplo, a gente tem uma incerteza gigante sobre a permanência dos alunos: eles ingressam e, daqui a pouco, somem porque trabalham, porque têm uma incerteza danada sobre a vida.

Como resultado do doutorado, criei um museu chamado Miim – Museu da Imagem Itinerante da Maré. Nós temos o debate da colonialidade, que a Thuane mencionou, o debate da pós-colonialidade e temos ideias mais recentes sobre a contracolonialidade, a partir do pensamento de Nego Bispo.

O Miim é um museu contracolonial, essa é a ideia. Ele funciona em uma caixa de papelão de 37 centímetros, tem três mil itens, que são as fotografias relacionadas à Maré e com algumas articulações nacionais. A gente tem um projeto ambicioso de construir uma biblioteca de fotografia popular que abarque o Brasil inteiro. A fotografia popular é a minha origem de formação, a partir do projeto Imagens do Povo, do Observatório de Favelas, criado também na Maré.

Eu venho dessa trajetória, pensando muito na ideia da imagem, da fotografia popular. O livro “Cidade Partida – 30 Anos Depois” tem,

na capa, a foto do João Roberto Ripper, esse nome importantíssimo da fotografia brasileira. Ele criou o *Imagens do Povo*, e eu tive a felicidade de ser aluno da primeira turma. Fiz uma trajetória completa no projeto, fui de aluno a coordenador geral, juntamente com o Bira Carvalho, autor da foto da contracapa e que faleceu há dois anos. Da Maré, a gente articula essa ideia da fotografia popular, pensando em todas as complexidades que o seminário propõe, só que a partir do ponto de vista da imagem.

Nos anos 2000, eu não gostava do termo “cidade partida”. Estava no pré-vestibular, quando debatemos o livro. A ideia do “partido” não nos agradava e não nos agrada até hoje pela questão relacional que essa imagem traz de que um só existe por conta do outro. A gente pensa a partir da Maré, da fotografia popular, olhando a complexidade que trazem as imagens.

Proponho que pensemos o Rio como essa cidade complexa, como uma cidade hipercomplexa, que é uma ideia que eu venho flertando a partir do museu Miim, com os Retratistas do Morro, um grupo de Belo Horizonte. Compartilhamos da ideia de que a imagem é um campo hipercomplexo, que contém em si um campo que gira no entorno dela, que é também hipercomplexo.

E acho que poderíamos traduzir isso pra cidade do Rio de Janeiro. E o que seria essa imagem hipercomplexa? Uma imagem é um circuito que se percorre dentro de uma cultura. As imagens são condutoras de políticas, de economias, e têm o poder de regular os sentidos simbólicos. Por carregarem essas condições, elas moldam as maneiras de perceber, sentir e agir no mundo. Nós, hoje, somos superconsumidores de imagens, e elas têm essa ideia do hipercomplexo, são esses pequenos circuitos que carregam forma de poder e forma simbólica, que são capazes de moldar a nossa forma de agir.

Então, o conceito da “cidade partida”, no seu sentido relacional, talvez carregue um pouco dessa ideia, de que eu e meus colegas do pré-vestibular da Maré não gostávamos, porque toda a nossa batalha é pra afirmar que a favela é parte da cidade e, como parte da cidade, ela não pode ser apartada nem no sentido simbólico. Olha o risco disso, de pensar a gente isolado lá na Maré, na Rocinha, em qualquer favela de Duque de Caxias, no Norte, Nordeste ou Sul do

Brasil. Então, a favela precisa ser pensada como parte da cidade nesses termos.

O livro tem coisas que são importantíssimas e que não tem como não debater. Ele já anunciava, lá nos anos 1990, algumas questões que vivemos hoje na prática, como, por exemplo, uma relação estranhíssima, esquisitíssima, de grupos religiosos com grupos locais armados. O livro fala disso. Tem algumas passagens no livro, e hoje essa situação se consolidou, e tudo ficou ainda mais complexo.

Zuenir Ventura já anunciava isso. Essa relação é esquisita, por várias razões, mas não incompreensível. Dá pra compreender sociologicamente o que tem rolado aqui no Rio. E, claro, tem outras questões que não existiam nos anos 1990, como a sequência de governadores e ex-governadores acusados, presos, alguns no exercício do mandato.

Minha pesquisa sobre a Maré e seus inventários fotográficos, que resultaram no projeto do museu Miim, ressalta que é importante olhar a história do local a partir da construção das imagens. A Maré começou a se formar em 1940 e passou a aparecer na imprensa exatamente nos anos 1950. A primeira imagem publicada sobre a favela foi a das remoções que aconteceram no Rio de Janeiro nos anos 1950 e 1960. Era sobre moradia, que é justamente o problema que a Maré vive hoje. A segunda imagem são as palafitas, que também está relacionada com moradia. Se vocês visitarem o Museu da Maré, vão ver que a grande simbologia do museu são as palafitas, uma imagem marcante.

A terceira imagem que se constrói sobre a Maré, em grande volume, é a da violência, nos anos 1980. A última que eu analiso são as imagens populares: essa contrapartida, essa contranarrativa que a gente passou a produzir a partir da Maré, a partir da Rocinha, a partir de todas as favelas.

Eu atribuo ao Ripper algo muito importante: um jornalista que olhou a Maré e, em algum momento, teve a sacada de fazer uma rotação na câmera. A câmera deixa de estar fora, deixa de olhar a favela de fora, faz um giro e vai pra dentro. E aí nós nos apropriamos da câmera. E começa uma grande produção na Maré nesse sentido.

Mas as três imagens – a das remoções, a das palafitas e a da violência – têm dois agentes do poder em comum: a imprensa e o esta-

do são os dois grandes produtores de imagem sobre a favela naquele contexto. E aí não tem como saber quem demanda quem: uma hora o estado demanda a imprensa, na outra, a imprensa demanda o estado; é uma parceria. O que torna tudo isso mais complexo são as imagens que produzimos e que podemos chamar de imagens populares ou imagens do povo. É desse campo de onde eu venho.

O problema do Rio não será solucionado só com a articulação entre as favelas do Rio; precisa ser conectado com as favelas de Belo Horizonte, Fortaleza e do Norte. No final das contas, é como diz o Zuenir: “O Rio de Janeiro é um bom retrato do Brasil”. Então aqui a gente está falando também do Brasil.

ITAMAR SILVA

Por isso é fantástica essa composição dessa galera hoje neste seminário, com essa trajetória, esse discurso tão profundo e a partir da imagem. Concordo plenamente com esse conceito de hipercomplexidade, e eu acho que esse é um desafio que temos no Rio de Janeiro, E nisso o Zuenir tem uma contribuição positiva, independentemente se a gente concorda ou não com o termo, que é colocar no debate essa possibilidade de olharmos para essa realidade. Ele mesmo fala em cidade tripartida. Mas a gente fala que é muito mais do que isso, que há as repartições internas da própria favela, que, por sua vez, reproduzem o que vemos na cidade. Então, esse é um debate atual. Por isso que estamos aqui nesta homenagem tão bacana pro Zuenir. E aproveitamos para pensar sobre nossas próprias trajetórias e opiniões. Michel, conta pra gente sobre você e o Fala Roça.

MICHEL SILVA

Sou Michel Silva, nascido e criado na Rocinha. É curioso estar aqui hoje participando deste seminário porque “Cidade Partida” é um livro que marcou várias gerações, e eu tenho 30 anos de idade. Estou me sentindo como se tivesse nascido antes da década de 1990, estou num conflito de gerações.

Quando falam de Rocinha, a gente sempre lembra dela como uma referência, um laboratório para outras favelas. Vou trazer uma provocação aqui: a Rocinha é uma das favelas mais pesquisadas do

século XX por várias pessoas não só da Academia, mas do Estado e pelos próprios favelados.

Eu sou filho de um mineiro com uma paraibana. Meus pais trabalharam a vida toda como faxineiros nos prédios da Zona Sul do Rio de Janeiro, e meu pai, no final do expediente, recolhia os jornais jogados na lixeira pelos moradores e os levava para casa, lia e me dava para ler.

Eu tive uma infância em que vi muitas coisas: muitos dos meus amigos morreram, foram para o tráfico, se tornaram pais muito cedo ou não concluíram algum grau de estudo. Fui percebendo, ao longo dessa infância na favela, como ela vinha sendo retratada pelos jornais hegemônicos. Falo da Folha de S.Paulo, do Estadão, de O Globo, do Valor Econômico. A partir do momento em que eu começo a pegar os jornais impressos para ler, me transporto para um outro mundo, uma outra dimensão, e eu começo a pensar que precisava criar um jornal para poder falar da Rocinha de uma outra perspectiva.

Nessa mesma época, a gente estava vivenciando o processo de ocupação das favelas no Rio de Janeiro para a instalação das UPPs (Unidade de Polícia Pacificadora) na Rocinha, no Santa Marta, no Complexo do Alemão (projeto da Secretaria Estadual de Segurança do Rio de Janeiro que pretendeu instituir polícias comunitárias em favelas). Lembro que, na Rocinha em específico, houve um momento de hasteamento da bandeira do Brasil. E todo mundo gritava: “Viva a Rocinha! Viva a Rocinha!”.

Dali surgiu a ideia de criar um veículo chamado Viva Rocinha. Um ano e meio depois, decidi matar esse jornal. Percebi que o que eles estavam gritando não ia dar certo, não tinha como dar certo, porque a gente estava passando por um processo meio esquisito com aquela ocupação, com coisas que não estavam dando certo naquele momento. Isso aconteceu bem próximo ao assassinato do Amarildo (Amarildo Dias de Souza foi um ajudante de pedreiro brasileiro que ficou conhecido nacionalmente por conta de seu desaparecimento desde o dia 14 de julho de 2013, após ter sido detido por policiais militares e conduzido da porta de sua casa, na Rocinha, em direção à sede da Unidade de Polícia Pacificadora do bairro).

Antes do assassinato do Amarildo, chegou um projeto na Rocinha – não só na Rocinha, como em outras favelas do Rio – chamado Agência de Redes para a Juventude, criado pelo produtor cultural Marcus Faustini, para levar oficinas, workshops para jovens de favela, para que eles pudessem desenvolver suas ideias. Ali conheci outros jovens da Rocinha, e começamos a pensar e criar um projeto de comunicação. Aí eu tive que encerrar as atividades do Viva Rocinha.

Cada um de nós tinha uma ideia, muito boas por sinal, sobre história, fotografia. E eu queria criar um jornal impresso para poder mostrar que era possível fazer um outro tipo de jornalismo, em que a gente pudesse escutar quem realmente morava no território. Porque esses jornais que falam da favela têm sempre uma ótica de fora para dentro. São pessoas que não estão no território e não têm como falar de algo que não estão vivenciando.

Então, a gente decidiu criar um veículo chamado Fala Roça; o “Fala”, para poder ampliar as vozes dos moradores. A ideia não é dar voz. Os moradores têm voz, e do que eles precisavam era de um veículo de comunicação em que pudessem ampliar as suas vozes de alguma forma. O “Roça” remete à história da Rocinha, que antigamente era uma grande fazenda, um grande roçado. A gente decidiu resgatar essa memória, essa história, e incluir no nome.

Quando a gente lançou o jornal, a imprensa carioca começou a perguntar quem eram essas pessoas que estavam fazendo jornalismo na Rocinha. Até porque havia uma memória muito forte e marcante do sequestro e assassinato do jornalista Tim Lopes. Então, fazer jornalismo na favela era tido como algo perigoso. Mas as pessoas sempre esquecem que a Rocinha tem uma tradição muito forte com a comunicação. No período de 1960 a 1990, tínhamos rádio comunitária, TV comunitária e jornal impresso. A Rocinha tem um legado, uma tradição na comunicação favelada, e isso vem se perpetuando ao longo do tempo.

Quando eu decidi construir o Fala Roça, precisei de um ponto de partida que foi o seguinte: eu não poderia fazer jornalismo na Rocinha sem reverenciar quem havia feito antes de mim. Comecei, então, a procurar os moradores mais antigos que faziam jornalismo

e a perguntar como é que era a dinâmica, como eles faziam para noticiar o que não era noticiável. E desenvolvemos uma metodologia no Fala Roça: antes de pautar qualquer reportagem, a gente faz uma análise política do território, porque é onde a gente vive. Então, a nossa segurança física e digital é posta em risco. Essa análise política e territorial nos leva a decidir quando e como vamos publicar a notícia.

São dez anos do Fala Roça. Considero que vimos desenvolvendo também uma outra metodologia: nascemos como um coletivo, um grupo de jovens que queria falar da favela numa perspectiva positiva. Na nossa linha editorial, abolimos a cobertura sobre a violência armada, entendendo que a Rocinha já sofre outra violência, que é a falta do acesso à educação, à saúde, ao saneamento básico. Então, invertemos a lógica da cobertura de violência e passamos a focar nessas microviolências que ferem os princípios dos direitos humanos. Fazemos muito mais um jornalismo voltado para esse caminho, entendendo ainda um contexto da comunicação brasileira que, de certa forma, tenta moldar – e consegue muito bem, por sinal – o pensamento crítico das massas. E começamos, então, a trazer um pouco dessa perspectiva do jornalismo emancipatório do Paulo Freire. Não adianta só produzir jornalismo para informar, a gente também precisa fazer um jornalismo formativo.

Reestruturamos o Fala Roça, transformando-o em uma associação de comunicação, por volta de 2017, 2018, que passou a ter quatro eixos de atuação: jornalismo e comunicação; memória e história; formação; geração de dados do território.

Memória e história porque a gente começou a perceber que a Rocinha também era conhecida como uma favela de dormitório: não tem somente pessoas nascidas e criadas lá, tem pessoas do Nordeste, do Norte, do Sul do Brasil, da Baixada Fluminense e de outras favelas da Zona Sul do Rio de Janeiro. Então, a gente começou a trabalhar a preservação e a valorização de sua história e a oferecer aula sobre “História da Rocinha” na nossa sede, e quem dá essa aula sou eu. Acabei me tornando, involuntariamente, meio que um *griot* jovem.

No eixo de formação, percebemos que, em um dado momento, a minha geração vai ficar ultrapassada ou cansada. Por isso, enten-

demos a importância de formar novos comunicadores no território e de trabalhar nessa perspectiva do jornalismo emancipatório, calcado na produção de políticas públicas para o território. A gente começou a formar comunicadores não só para poder produzir a comunicação escrita, audiovisual e radiofônica, mas para que tenham um pensamento crítico político do território.

Sobre o eixo de geração de dados, constatamos que, ainda que a Rocinha seja a favela mais pesquisada do século XX, ninguém sabe onde estão esses dados. Ou estão na academia ou estão guardados pelo estado e pela prefeitura em algum lugar que a gente não sabe.

Nós começamos a trabalhar a produção de dados no território para poder contrapor aos argumentos do estado para, por exemplo, não urbanizar a Rocinha. Estamos lançando um projeto chamado LAI. Todo mundo conhece a Lei de Acesso à Informação, acredito, criada para dar mais transparência aos governos. E utilizamos, nos últimos anos, essa lei para poder embasar ainda mais as nossas produções jornalísticas.

Na favela, o nosso maior concorrente não é O Globo, o Estadão e outros jornais. É o jornal da Igreja Universal. Uma igreja fazendo um jornal impresso não é só um jornal, é um trabalho político de informação no território. A gente faz a entrega do Fala Roça pelos becos da Rocinha para, justamente, entregar o jornal na mão do morador, conversar com ele, fazer um trabalho de conhecimento político, de repassar informação, de tentar construir, reconstruir uma união, um senso de coletividade que foi se perdendo ao longo das décadas. Além da Folha Universal, também tem o Jornal da Assembleia de Deus, que circula numa escala menor.

A gente fez um mapeamento, a partir de 2015, chamado Mapa Cultural da Rocinha, que identificou mais de 150 organizações de várias categorias. Este ano, realizamos o Viradão Cultural da Rocinha – iniciativa que nunca pensamos que íamos conseguir fazer –, quando reunimos mais de 50 organizações para discutir comunicação e cultura no território.

O estado e a prefeitura não têm esse conhecimento sobre a favela. Só quem tem somos nós que estamos lá. A favela faz parte da cidade, mas, sem dados, infelizmente não tem como mostrar que

ela faz parte da cidade. Há várias universidades no Rio de Janeiro que têm muita grana para fazer pesquisas, mas esses estudos nunca retornam para a favela.

ITAMAR SILVA

Muito obrigado! Vemos que há uma necessidade de seguir com essa conversa, e que ela possa se desdobrar em outros lugares, outros territórios, para a gente poder ampliar esse diálogo. Bom-dia!

MESA 2

[27 DE AGOSTO DE 2024]

COM A ALMA LAVADA?

A MESA FOI INSPIRADA NO TÍTULO do capítulo 13 do livro “Cidade Partida”. Em “Com a Ama Lavada”, Zuenir Ventura reportou uma inédita mobilização que, segundo ele, uniu os cariocas: a paralisação do Rio durante dois minutos no dia 17 de dezembro de 1993. A ideia era dar um tempo para a cidade refletir, em meio a tanta violência. No dia seguinte, religiosos de várias crenças, espalhados pelo Centro, oraram pelo Rio, num espetáculo ecumênico cada vez mais raro de se ver.

No livro, Zuenir mostrou o crescimento da religião evangélica nos morros e em bairros da periferia, a ponto de, segundo ele, ter se transformado na única organização capaz de se contrapor com eficácia à ação do crime organizado. “Caso realmente se dispusessem a isso”, como ressaltou.

O jornalista Mauro Ventura propôs um debate com Viviane Costa, Júlia Quirino e Mariana Gino sobre o que tem levado as religiões evangélicas pentecostais e neopentecostais a se espalharem de forma acelerada. “Ao lado do samba e do funk, o louvor é a trilha sonora das favelas.” As convidadas também abordaram a relação entre religião e criminalidade, e estratégias para combater os casos de intolerância religiosa, que vêm se multiplicando de forma assustadora.

“Por um lado, a religião colabora para tirar pessoas do crime. Por outro, dá origem ao arcopentecostalismo, ou, como prefere se referir a pastora Viviane Costa, à narcorrelição. São os traficantes evangélicos que usam o Evangelho para justificar seus atos e coibir e demonizar outras religiões, em especial as de matrizes africanas. O ‘exército do Senhor’ diz ter recebido de Deus em revelação a missão de avançar sobre novos territórios. O caso mais conhecido é o do Complexo de Israel, dominado pelo pastor traficante Peixão, que reúne as favelas de Vigário Geral, Parada de Lucas, Pica-Pau, Cinco Bocas e Cidade Alta. Por toda parte se veem a frase “Jesus é o dono do lugar”, a estrela de Davi e passagens bíblicas. Nessa luta do bem contra o mal, em nome de Deus, o ‘Bonde de Jesus’ comete todo tipo de atrocidades”, argumentou Mauro.

MEDIADOR

MAURO VENTURA Jornalista, escritor e editor do site Testemunha Ocular, do Instituto Moreira Salles, dedicado à difusão e à preservação do fotojornalismo brasileiro.

CONVIDADAS

JÚLIA QUIRINO, doutoranda em Sociologia e Antropologia na UFRJ, mestre em Estudos Estratégicos pela UFF e graduada em Defesa e Gestão Estratégica Internacional pela UFRJ. Pesquisadora no *think tank* CRIES – Coordenadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales (América Latina e Caribe) e no Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU/UFRJ), além de membro da rede regional das Américas da sociedade civil para a implementação da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional.

MARIANA GINO, pós-doutoranda, doutora e mestra em História Comparada pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ (PPGHC), pós-graduada em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), bacharel em Teologia pela PUC-Minas, bacharel em História pela UFJF. É secrétaire générale du Centre International Joseph Ki-Zerbo pour l'Afrique et sa Diaspora/Nan laara an Saara (CIJKAD) e secretária executiva adjunta do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (Ceap).

VIVIANE COSTA é teóloga e pastora pentecostal e autora do livro “Traficantes Evangélicos” (Ed. Thomas Nelson Brasil, 2023). Cientista da religião, pesquisa violências e religiosidades em periferias cariocas. Psicoterapeuta idealizadora e coordenadora do iRuah – coletivo de acolhimento e acompanhamento para meninas e mulheres vítimas de violências.



MAURO VENTURA

“Com a Alma Lavada?” é o título desta segunda mesa do seminário, que propõe uma conversa sobre um tema que o Francisco Valdean mencionou na mesa anterior, que é uma relação muito complexa, com muitos desdobramentos, entre religião e violência. E temos conosco três palestrantes: Júlia Quirino, Mariana Gino e Viviane Costa.

“Com a Alma Lavada” é um dos capítulos do livro do meu pai, em que ele cita o que já detectava em 1993: o crescimento vertiginoso das igrejas evangélicas em Vigário Geral, Parada de Lucas e em outras favelas do Rio. Na época, ele mostrava como essas igrejas eram o principal contraponto, principal organização – se é que a gente pode chamar assim – capaz de frear com eficácia a ação do crime organizado caso realmente elas se dispusessem a isso. Mas não era bem assim.

Será que elas realmente se dispunham a isso? A gente vai querer tentar entender aqui, considerando esses 30 anos de “Cidade Partida”, como é que está essa relação entre as religiões e a violência. Será um exagero a gente dizer que o louvor é hoje a trilha sonora das favelas, junto com funk e o samba? Será que essas igrejas evangélicas, de alguma forma, continuam retirando as pessoas do crime? Ou será que algumas delas estão se associando ao crime? Como é que está essa questão da intolerância religiosa, especialmente contra as religiões de matriz africana? Isso aumentou? Piorou? A Júlia Quirino, a Mariana Gino e a Viviane Costa são estudiosas e têm muitos dados sobre isso.

Convido a Júlia para iniciar a conversa. Bom-dia!

JÚLIA QUIRINO

Olá, bom-dia a todos. Muito obrigada pelo convite. É um prazer estar aqui nesta manhã com todos vocês. Eu sou Júlia Quirino, doutoranda em Sociologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro, e a minha trajetória como pesquisadora começou porque nasci e

cresci no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo – município que fica depois da Ponte Rio-Niterói e que ficou conhecido por causa da música do Seu Jorge. É a segunda cidade mais populosa do estado do Rio de Janeiro, e o Complexo do Salgueiro é também uma das comunidades mais populosas do estado.

Minha trajetória foi interseccionada por duas vivências marcantes: a experiência dentro das igrejas evangélicas – sou evangélica – e a tentativa de compreender, no meio de tudo aquilo, a violência. Na graduação, pesquisei instituições militares e passei a frequentar espaços como a Escola de Guerra Naval e a Escola Superior de Guerra. Queria entender que violência era aquela que atravessava o meu território – eu buscava respostas, nomes. E, como pesquisadora, comecei a produzir conhecimento a partir dessas inquietações.

No mestrado, me propus a responder às seguintes perguntas: o que, de fato, acontece nas favelas e periferias? Será que os conceitos disponíveis dão conta de compreender o cotidiano e as formas como um grupo armado ilegal governa um território e uma população?

Essa é a questão central da minha pesquisa: como um grupo armado governa um território e uma população? Me graduei no Instituto de Relações Internacionais e Defesa da UFRJ. Naquela época, os principais instrumentos analíticos sobre o crime organizado eram produzidos, em sua maioria, por estrangeiros que vinham ao Brasil por curtos períodos e cunhavam termos como “governança criminal”.

Foi então que conheci a obra de Penglase (2008), que trata de um tema profundamente conectado ao que discutimos neste seminário: a narcocultura. Essa perspectiva nos ajuda a entender estrutura, moralidade, identidade e os regramentos que regem a vida em territórios dominados por facções. No mestrado, desenvolvi o conceito de “panóptico criminal”, inspirado na teoria de Michel Foucault sobre disciplinamento, estrutura e controle, mas incorporando também os valores morais e o papel da religiosidade.

Como a fé tem transformado o cenário do crime organizado? Como os integrantes das facções se relacionam com a igreja, com o pastor e com a facção ao mesmo tempo? Essas moralidades – individuais e coletivas – constroem um código de conduta imposto pela facção. O território passa a ter uma delimitação simbólica e material – representada, por exemplo, pelas barricadas.

Esse é um aspecto que aparece claramente quando falamos sobre a urbanização desses territórios. Ao entrar numa área dominada pelo Comando Vermelho (CV), percebemos que aquele é o “território deles”. O mesmo acontece ao entrar em áreas do Terceiro Comando Puro (TCP) ou da milícia. São códigos que fazem parte do cotidiano, mas que muitas vezes não têm nome, embora todos os reconheçam.

Minha tentativa é justamente essa: dar nome aos fenômenos que estruturam o cotidiano nos territórios favelados. A religião e a violência não são questões novas. Elas são estruturais. Desde a Antiguidade, nas civilizações persa, egípcia e romana, o deus vencedor tornava-se o deus dominante. Na esfera militar contemporânea, todos os exércitos mantêm capelães – homens religiosos em meio à guerra.

No Brasil, observamos o surgimento de grupos messiânicos envolvidos em conflitos internos, lembrando o caso de Antônio Conselheiro em Canudos (BA) ou o da Guerra do Contestado (SC/PR). Hoje, buscamos entender como esse discurso religioso se sofisticou e como atua na gestão e no governo de territórios, sobretudo com o avanço da perspectiva neopentecostal.

Vou apresentar agora uma comparação que desenvolvi entre os Dez Mandamentos da Bíblia e os Dez Mandamentos do CV. **[IMAGEM 1]** Por que essa adesão é tão forte? Na Bíblia: amar a Deus; não matar; não furtar; não dar falso testemunho; não cobiçar a mulher do próximo. No CV: não negar a pátria; não caguetar; não cobiçar a mulher do próximo; não acusar ninguém em vão; não conspirar; falar a verdade mesmo que custe a vida; ser coletivo; fortalecer os mais pobres; não “quinquilar” (furtar, especialmente no presídio); e eliminar os inimigos.

Para ilustrar como esses códigos se manifestam na prática, cito alguns episódios marcantes. Na minha própria família, cinco pessoas foram assassinadas dentro da favela: dois primos, mortos

em operações policiais recentes, e três executados por membros do Comando Vermelho. Um deles foi morto por se envolver com a esposa de um preso – executado com tiros no rosto, na frente da mulher e dos três filhos. O mandamento do CV “não cobiçar a mulher do próximo”, nesse caso, não é apenas simbólico: se traduz em regra de vida ou morte. Essa é a realidade concreta dos territórios favelados. E como se legitima esse tipo de autoridade?

Nesta imagem ao fundo [IMAGEM 2], vemos três mulheres sentadas, tendo suas cabeças raspadas. Quando há suspeita de traição, a punição pode ser o assassinato ou a humilhação pública – como espancamentos ou o próprio ato de raspar a cabeça. Essa prática carrega um sentido simbólico de anulação da identidade feminina, de exposição pública e de controle moral sobre os corpos das mulheres. É uma forma de disciplinamento que opera tanto pela violência física quanto pela desonra social, reforçando o papel da facção como autoridade reguladora dos comportamentos íntimos e afetivos no território.

Outro exemplo é o mandamento “não conspirar” e implica não ser delator. Tive um vizinho idoso morto dentro de casa, acusado de ser X9 – sem provas, apenas por suspeita. Esses exemplos demonstram como o uso da violência, combinado a códigos morais e religiosos, constitui um regime normativo local, em que a religião pode operar como instrumento de poder e legitimação da autoridade da facção sobre a população e o território.

A pesquisa é muito interessante e revela que, embora tenhamos muitas peculiaridades no contexto brasileiro, essas formas de operar não são exclusivas daqui – elas se replicam em diferentes partes da América Latina. Essa lógica se espelha em diferentes contextos da América Latina, onde as fronteiras entre o sagrado e o profano se embaralham, e onde a autoridade criminal se constrói também por meio do discurso religioso e familiar.

A figura do “homem religioso, defensor da família e dos bons costumes” pode coexistir com adesões simbólicas ao crime organizado. Essa ambivalência revela como a narcocultura (Penglase, 2008) molda afetos, disposições e formas de pertencimento. Como mostram Bourgois (2003) e Feltran (2011), trata-se da naturalização

de normas que, embora formalmente incompatíveis com a moral dominante, passam a organizar a vida comunitária.

No trabalho de campo, observei que mesmo moradores sem vínculos diretos com o Comando Vermelho manifestam certo grau de reconhecimento, afeto ou respeito simbólico pela sua presença. Quando pergunto: “Você prefere o CV ou a milícia?”, a resposta vem rápido: “Prefiro o CV”.

Essa resposta não expressa apoio ao crime, mas revela uma gramática de sobrevivência. Trata-se de uma adaptação às normas, aos códigos e aos estilos de comunicação impostos pela governança criminal (Lessing, 2021), que passam a compor o repertório moral e social de quem vive em territórios marcados por domínio armado e ausência efetiva do estado.

Essa adesão não é política, mas uma adaptação cotidiana à ordem imposta. Por isso, na minha dissertação, criei um glossário com expressões e códigos recorrentes, buscando compreender a sofisticação simbólica que organiza as relações nesses territórios. Essa paisagem moral é contraditória.

Ainda falando dessa aproximação entre fé e crime, a gente vê esse mesmo tipo de construção simbólica no caso do Oruam, filho de Marcinho VP, uma das lideranças do Comando Vermelho. Ele difunde símbolos nos seus vídeos da narcocultura, como a figura do palhaço – frequentemente associada a assassinos de policiais. Por outro lado, louvores religiosos circulam entre presídios, igrejas e bailes, compondo uma narrativa de redenção e resistência. O tráfico, fé e violência não são esferas separadas, mas camadas sobrepostas de normatividade.

Esse *print* que aparece no slide é de um louvor que circula em diferentes espaços – é cantado nas igrejas, nas escolas, nas bocas de fumo e no início dos bailes. Ele fala sobre recomeços, sobre a possibilidade de uma nova chance, de uma vida que possa ser reescrita. [IMAGEM 3]

É esse o tipo de narrativa que circula nesses territórios: uma oração cantada, que fala de dor, culpa, sobrevivência e esperança. Uma tentativa de redenção que se inscreve na música, no culto, no baile e que também faz parte dessa paisagem moral complexa entre o tráfico, a fé e a resistência.

A pergunta que fica é: como a religiosidade se tornou um instrumento de poder nesses territórios? A igreja, dentro desses territórios periféricos, carrega a responsabilidade de tirar as pessoas do crime – e, muitas vezes, é reconhecida como a única instituição com autoridade suficiente para isso. É comum ouvir de jovens que só conseguem sair do crime se estiverem na igreja. Só assim são respeitados: quando dão um bom testemunho.

É profundamente problemático que a única via legítima de re-integração seja a religiosa. Isso revela o quanto os jovens estão desamparados por políticas públicas e pela própria estrutura do estado. Não há alternativas legais ou institucionais consistentes para quem deseja sair do crime – resta apenas a fé como rota de escape.

Pensar na igreja como a única via de saída é um desafio, porque nem sempre ela consegue dar conta da complexidade das trajetórias individuais. Ainda que seja um espaço de refúgio e reconhecimento, há casos em que isso não basta.

Quero compartilhar agora uma das maiores descobertas que fiz: quando comecei a colaborar com o Centro de Operações de Paz do Brasil – onde militares se preparam para missões da ONU –, passei a ter acesso a um conjunto de instrumentos analíticos e teóricos para pensar cientificamente a violência e os territórios de conflito armado. Foi nesse contexto que conheci os estudos sobre paz e, especialmente, a obra de John Paul Lederach, autor que cunha o conceito de “pessimismo da sobrevivência”.

A partir desse mergulho, passei a olhar com outros olhos a vida cotidiana na favela. Depois que saí da favela, comecei a perceber as grandes diferenças de uma cidade partida – inclusive nos cultos. Tive que reaprender a orar, porque a oração com a qual cresci era outra:

“Senhor, me livra das balas perdidas, dos ladrões, dos homens sanguinários, dos caveirões”.

Mas isso é completamente diferente nos movimentos neopentecostais presentes fora da favela, em bairros de classe média ou alta, onde a preocupação é outra: prosperidade, empreendedorismo, abrir o próprio negócio.

Percebam esta oração de bênção apostólica, feita no final desses cultos:

“Que o amor de Deus, a paz e a graça do nosso Senhor Jesus Cristo e as doces consolações do Espírito Santo sejam sobre a sua vida, não só hoje, mas para todo o sempre” – e que todos digam amém.

Eu estava acostumada a orar aquela outra oração. E como essa narrativa é necessária para a sobrevivência! A fé se torna um dispositivo de sobrevivência nesses territórios, porque a gente se sente dentro de uma batalha todos os dias.

Quando começa o tiroteio, esperamos cinco minutos e seguimos a vida. É o que Lederach (2011) chama de “pessimismo da sobrevivência” – um mecanismo de autodefesa emocional, uma forma de negligência seletiva. Não se trata de apatia, mas de uma estratégia de quem precisa continuar vivendo em contextos de violência crônica, onde o medo é cotidiano, e a esperança, uma escolha difícil.

Nesses territórios, a fé não é apenas salvação. É sobrevivência.

Quero agradecer pela escuta atenta. Tudo que compartilhei aqui parte de uma experiência que é ao mesmo tempo pessoal, científica e política. Falar sobre esses territórios é também reivindicar o direito de existir, de ser ouvida e de produzir conhecimento a partir de outros lugares. Que a gente siga construindo espaços onde a vida possa ser mais possível – com dignidade, com voz e com menos silêncio sobre aquilo que de fato estrutura a violência. Muito obrigada!

Referências

1 PENGLASE, Ben. The bastard child of the dictatorship: the Comando Vermelho and the birth of “narco-culture” in Rio de Janeiro. 2008. Disponível em: <https://www.academia.edu/947329>. Acesso em: 14 ago. 2024.

2 LESSING, Benjamin. Conceptualizing criminal governance. *Perspectives on Politics*, Cambridge, v. 20, n. 3, p. 882–899, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1537592721003632>.

3 LADERACH, John Paul. *A Imaginação Moral: arte e alma da construção da paz*. Tradução de Marcos Fáveo Florence de Barro. São Paulo: Palas Athena, 2011.

4 BOURGOIS, Philippe. *In search of respect: selling crack in El Barrio*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

5 FELTRAN, Gabriel de Santis. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

1

BÍBLIA	OS 10 MANDAMENTOS	CV
1. Amar a Deus sobre todas as coisas...	1. Não negar a pátria;	
2. Não fazer ídolos nem imagens...	2. Não caguetar;	
3. Não tomar o nome de Deus em vão.	3. Não cobiçar a mulher do próximo;	
4. Descansar no sétimo dia...	4. Não acusar em vão;	
5. Honrar pai e mãe.	5. Não conspirar;	
6. Não matar.	6. Falar a verdade mesmo que custe a própria vida;	
7. Não cometer adultério.	7. Ser coletivo;	
8. Não furtar.	8. Fortalecer os menos favorecidos;	
9. Não dar falso testemunho...	9. Não quilingar (não furtar colegas dentro do presídio);	
10. Não cobiçarás a mulher do teu próximo.	10. Eliminar nossos inimigos.	

2

As condutas e a moralidade individuais e coletivas são **códigos de conduta** impostos pela **facção**, o **território** é delimitado simbólico e materialmente por **barricadas, faixas, pichações, "soldados" armados e vigias.**

3

Lideranças Narcos: fé, negócios e a família.

Esses fenômenos mostram como a identidade se forma e se expressa na sociedade.

Mariachi Bravo - Queen Michelle - El corrido del Leon	Oruam e Ryan SP - Essa daqui vira trend	Elaine Martins - Página em Branco

MAURO VENTURA

Obrigado, Júlia. Viviane, te convido a dar continuidade às apresentações desta mesa.

VIVIANE COSTA

Bom-dia! Estou muito feliz de estar aqui com vocês nesta mesa e especialmente com a Mariana Gino, pois já tivemos a oportunidade de trabalhar juntas, com o babalaô Ivanir dos Santos, no lançamento do texto da “História da Intolerância Religiosa no Brasil”. Eu moro em Niterói, mas eu sou de Nova Iguaçu, então a minha pesquisa vem do lado de cá da ponte, da Baixada Fluminense, e, quando a Júlia fala sobre narcocultura, isso ajuda a gente a puxar o fio, Mauro, do “narcopentecostalismo” e da “narcoreligião”.

Não gosto muito do termo “narcopentecostalismo” justamente porque parece que estamos falando de um ineditismo ou de uma exclusividade dos neopentecostais com narcotraficantes, quando, na verdade, estamos falando dessa relação da religião com o crime, com a violência, com a segurança, com o estado ou com os exércitos, desde as suas origens. Nesse fio da narcocultura com a “narcoreligião”, eu trago aqui frases do Zuenir Ventura no livro “Cidade Partida”, que desde sempre foram as que mais mexeram comigo:

“Os morros e a periferia vinham sendo tomados pelos evangélicos, através de um processo vertiginoso que os estava transformando na única organização capaz de se contrapor com eficácia à ação do crime organizado se realmente se dispusessem a isso. Mais do que a polícia, do que a Justiça, do que a Igreja Católica, do que a família, do que a escola, os neorreligiosos eram a contracultura da droga. (...) Esse avanço era realizado não tanto pelos históricos, presbiterianos, metodistas, batistas, luteranos – mas pelos “neopentecostais”, cujas igrejas, Assembleia de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus, entre outras, apresentavam um crescimento extraordinário.

Eu sou da igreja desde os 5 anos e era obrigada pela minha mãe a ir para o culto de libertação. Eu sempre fui pentecostal, apenas por um ano fui nazarena, mas nazareno também é pentecostal. Aos 19 anos eu me converti em uma igreja pentecostal, a Assembleia de

Deus, em Nova Iguaçu. O movimento pentecostal sempre deu sentido à minha vida.

Minha primeira experiência com a Academia foi no curso de Teologia, Teologia Pentecostal, na faculdade da Assembleia de Deus. E foi lá que eu conheci o livro do Zuenir Ventura, em 2015, e li um trecho em que ele diz que não eram os presbiterianos, metodistas, luteranos, não era essa galera histórica, eram os pentecostais ou os neopentecostais, tipo eu, que estavam na favela.

Naquela época, eu falava: “A gente vai mudar a favela, a gente vai ganhar a favela para Jesus”. Eu sou da época em que os ex-traficantes davam grandes testemunhos, abrindo a blusa e mostrando várias marcas de tiro e dizendo: “Eu fiquei morto por algumas horas, e Jesus me salvou”. Ou afirmando: “Eu tomei três facadas, e minha mãe estava orando num quarto quando Deus falou com ela e me deu o livramento de morte”. Hoje, a gente quase não ouve mais esses testemunhos.

Alguma coisa começou a mudar. Em Nova Iguaçu, eu estava acostumada com a milícia. Assim como quando a Júlia Quirino, ao mencionar o Comando Vermelho, diz que muitos moradores afirmam preferir o CV à milícia, porque estão acostumados com aquela cultura, o cotidiano, a vida na comunidade dominada por essa força, eu estava acostumada com a milícia. Sabia que tinha um toque de recolher, que ninguém sabe de onde vem, mas todo mundo sabe que existe. Às dez horas da noite, você tem que estar em casa, não tem conversa. A gente ouvia os caras passando a cavalo e gritando: “Vão morrer quantos hoje?”. No dia seguinte havia dois, três corpos no valão. E a gente comentava: “Morreram porque boa coisa não estavam fazendo”.

Quando começo a dar aula em outras favelas, conheço a facção, o crime organizado, o tráfico de drogas. Em Nova Iguaçu, eu tinha acesso à milícia, ao jogo do bicho, mas aí, quando eu chego às favelas da Zona Norte para dar aula, eu começo a identificar essa outra organização do crime, que se identifica, se organiza, constrói a sua ética, a sua identidade de uma forma diferente da milícia, por exemplo.

Sabemos que cada vez mais a forma de operar da milícia e a do tráfico estão ficando parecidas, mas havia diferenças marcantes.

tes. E aí, como Zuenir previu, a quantidade de pessoas evangélicas cresceu absurdamente nos últimos anos. Hoje, em alguns lugares, especialmente de periferia, os evangélicos são maioria, o que vai ser confirmado nas próximas pesquisas públicas.

Eu gosto muito de mencionar o psicanalista, teólogo e escritor Rubem Alves – amigo de Rubem César, inclusive. Ele parte do princípio de que: “Se houvesse tal coisa como uma religião que não nascesse da situação existencial do homem, como poderíamos entendê-la?”. O Rubem Alves joga uma lente para que a gente possa pensar sobre que religião é essa que nasce da favela, que religiões são essas que nascem na favela, já que a gente não está falando de uma religião só. E aqui eu quero falar sobre Vigário Geral e Parada de Lucas, tanto para a gente fazer uma ponte com essa cidade partida de 30 anos quanto para observar sobre como o Rio de Janeiro está organizado hoje, a partir também dessa perspectiva religiosa de Vigário Geral e Parada de Lucas, que eram divididas por essa faixa de Gaza e que agora são favelas irmãs e vivem como vizinhas dominadas pela mesma facção.

Este mapa [IMAGEM 4] é produzido, alimentado, atualizado pelo GMI (Global Militarization Index – Índice de Militarização Global/ BICC – Bonn International Centre for Conflict Studies), pela organização Fogo Cruzado e com dados da Defensoria Pública do Rio de Janeiro. Aquele cantinho que está circundado de verde, próximo à Avenida Brasil, é o Complexo de Israel do Rio de Janeiro, que é dominado pelo traficante Peixão, o Álvaro Malaquias. Aqui [IMAGEM 5], pode-se ver o Rio de Janeiro dividido entre o Comando Vermelho, em vermelho; a milícia, em azul; o Terceiro Comando Puro, em verde. O Comando Vermelho está do lado de cá e do lado de lá da ponte. Podemos observar como a religião estava presente no domínio do Comando Vermelho, que foi o que a Júlia Quirino já apresentou aqui também.

Neste próximo *slide*, [IMAGEM 6] vemos uma imagem de São Jorge em cima do telhado da Associação de Moradores, em uma foto do historiador e antropólogo Marcos Alvito, publicada no livro de sua autoria “As Cores de Acari: uma Favela Carioca”, em 2001. E, ao lado dela, outra foto de quando os evangélicos assumiram a favela.

Estou falando dos traficantes evangélicos, que colocaram ali a placa “Jesus é o Senhor deste lugar”.

O que vemos? A retirada de um elemento religioso católico, que também está sincretizado com alimentos religiosos na umbanda, sendo substituído por uma mensagem sobre um novo Deus, que agora é dono daquele território.

Na época em que fui para as favelas da Zona Norte para dar aula de Teologia, eu não estava indo pesquisar, mas lecionar como pastora, teóloga, com aulas sobre o Novo Testamento, bem tranquila. Mas comecei a perceber muitas movimentações nesses lugares. É muito comum que a gente veja pichações, pinturas nesses espaços, e me chamou a atenção uma delas que dizia: “Jesus é o dono do lugar”, como se estivesse profetizando que o lugar é do Senhor Jesus. Mas não.

Para escrever o ensaio para o livro “Cidade Partida 30 Anos Depois”, eu fiz algumas entrevistas no Complexo de Israel, uma delas com o João, que é um obreiro evangélico de uma igreja pentecostal. Ele comenta sobre essa relação de Vigário Geral e Parada de Lucas depois de terem sido tomadas pela mesma facção. Quando o livro do Zuenir foi escrito, em 1993, Vigário Geral e Parada de Lucas eram inimigas, porque eram dominadas por facções rivais. Há alguns anos não é mais assim. Recentemente, tivemos uma grande festa de comemoração de aniversário da data em que Vigário Geral passou a fazer parte do Complexo de Israel, dominado pelo Peixão, do Terceiro Comando.

O João é um jovem cristão, que conheço há muitos anos, e não faz parte do crime organizado. E ele comenta que, em Vigário e na Cidade Alta, “o pessoal agradece muito pelo fato de o Peixão ter tomado as duas favelas. Ele afirma que agora o local está mais limpo, mais organizado, que tudo está mais certinho. Antigamente, quem comandava o tráfico por lá mantinha a favela suja, desorganizada. Ele ainda diz que as pessoas estão felizes, que agradecem, mesmo existindo a questão da intolerância religiosa.

É importante quando ele destaca isso porque a tomada das favelas pelo Peixão, tanto da Cidade Alta quanto de Vigário Geral, é marcada pela expansão de adeptos de religiosidades de matriz africana,

pela destruição de terreiros e de elementos religiosos, pela violência religiosa. Essa é uma marca da expansão do território do Peixão, que se identifica como evangélico e foi ordenado pastor numa igreja em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense.

Vejam essa imagem [IMAGEM 7] em que aparece “Feliz é a nação cujo Deus é o Senhor”, na parede da piscina da casa do Peixão, que tem a cidade de Jerusalém pintada ao fundo. Em uma operação policial, há pouco tempo, tiraram fotos de toda a casa. O Peixão se declara como uma pessoa que foi chamada por Deus para cumprir um propósito, que é libertar algumas favelas do domínio do Comando Vermelho, e que é representado por essa adoração ao que ele chama de inimigo, essa adoração ao diabo.

Por mais que haja pessoas evangélicas no CV, no PCC (Primeiro Comando da Capital, no Amigos dos Amigos) e nas milícias – pois isso não é uma exclusividade do Terceiro Comando nem do Complexo de Israel –, você pode observar que o CV é representado, nessa disputa por territórios no Rio de Janeiro, por quem é adepto à religiosidade de matriz africana e por católicos. O Terceiro Comando, nesse segmento que é liderado pelo Peixão, é de quem é evangélico.

Aqui, vemos a estrela de Davi [IMAGEM 8], colocada na Caixa d’Água da Cidade Alta, como uma declaração e consagração de que o espaço é agora território sagrado, conquistado em nome do Senhor dos Exércitos.

E sobre a assinatura: nessa foto [IMAGEM 9] há um terreiro destruído, na Baixada Fluminense, que teve os elementos religiosos queimados. Depois de destruído, e de seus fiéis serem expulsos do território, foi colocada a assinatura “Jesus é o dono do lugar”.

E o Rubem Alves nos ajuda a entender aquela frase, ao afirmar que só uma religião que nasce da existência humana é uma religião que pode ser compreendida. Como pode existir a religião com a violência, com a favela, a miséria, a pobreza – apesar de a favela não ser só isso? Como uma pessoa que vem desse contexto de violência, com essa interpretação da experiência religiosa e concepção de um novo Deus, pode fazer nascer, gestar, um Deus que justifique, abençoe, nomeie e dê ordens para atitudes de violência? O Peixão desenvolveu e impõe regras que compõem uma ética dentro do território,

que proibem, inclusive, o uso do crack [IMAGEM 10], utilizando novamente a assinatura “Jesus é o dono do lugar”.

Há um grande orgulho, há uma diferenciação desses espaços que foram conquistados pelo Terceiro Comando, por serem mais limpos, mais organizados. Então, há muita identificação desses espaços [IMAGEM 11]: a frase pintada “Jesus é o dono do lugar” no Complexo da Serrinha, a bandeira de Israel sendo registrada junto com o fuzil ao lado, o “bom dia com Jesus”, esses elementos religiosos que fazem referência à nação de Israel, a esse povo de Israel bíblico. Por mais que a gente saiba que são coisas diferentes, quando se está pensando no Israel bíblico e em Israel-nação, nesse contexto, o que se fala é desse Israel bíblico mesmo, do Antigo Testamento.

A situação é complexa, penso, quando eu vejo esses elementos religiosos misturados aos elementos de violência e de guerra. Eu imagino que isso seja um choque para vocês. Eu imagino que vocês tenham a consciência de que a gente que trabalha com violência também se surpreende toda vez que percebemos o quanto está tudo tão misturado. Mas faz muito sentido, já que a gente está falando de cultura e sociedade.

Temos vídeos que mostram uma ronda sendo realizada dentro da favela por jovens armados de fuzil e com o louvor tocando no rádio. Em outro, vemos um jovem armado com fuzil fazendo a segurança de um culto evangélico na praça da favela. Ou seja, como a segurança estava organizada e feita pelo tráfico, pelo crime organizado.

Alguns desses criminosos se declaram convertidos evangélicos, alguns foram da igreja e não são mais, e aí saíram da igreja com essa identidade religiosa e continuam praticando esses crimes a partir de uma identificação e de uma fé que foi, sim, desenvolvida e moldada na igreja, mas que de alguma forma houve uma ruptura. Quando rompem com a igreja, continuam atuando a partir da ideia de uma crença que foi formada por essa experiência religiosa. E vemos também essas experiências religiosas no sistema prisional.

Eu concluo com um vídeo extremamente violento, de um traficante que destrói um terreiro, e em meio a palavras de maldição e de versículos bíblicos, a palavras de ordem e violentas, e usando o nome de Jesus. E no vídeo ele diz que o Mano Arão não quer mais

esse tipo de religião ali dentro, que quer que todo mundo vá embora, que é pra ele quebrar tudo, arrebentar tudo, humilhando as suas divindades, a sua própria fé, a sua própria experiência religiosa, e obrigando que esses elementos religiosos sejam destruídos pelo próprio ferro. Essa é uma marca da expansão do Terceiro Comando nesses espaços. Essa é uma marca da violência religiosa que não é exclusiva desses espaços, mas se intensifica neles. E a gente também precisa trazer pra roda esse assunto que eu acho que é o mais importante nesse sentido.

Mais uma vez, trago a frase do Rubem pra finalizar: “Se houvesse tal coisa como a religião que não nascesse da situação existencial do homem, como poderíamos entendê-la?”.

4



5



6



São Jorge sobre o dragão no telhado da Associação de Moradores da favela de Acari. Foto: Marcos Alvito. Ano 1996.



Telhado da Associação de Moradores da favela de Acari. Altar de São Jorge vazio. Outdoor em destaque. Foto: Christina Vital, 2006.

7



Casa de Álvaro Malaquias, o Peixão, líder do Complexo de Israel - Divulgação / PMERJ

8



Foto: reprodução, O Globo, 2020



Foto: Fabiano Rocha, O Globo, 2024

9



Terreiro de candomblé, favela na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro.
Imagem de Jornal Extra, 2019

10



Terreiro de umbanda, Favela na Zona Norte do Rio de Janeiro.
Imagem de Estado de S. Paulo, 2018

11



*Jamais o exército de Judas vai vencer o exército de Israel, aquilo é o certo pelo certo. **Jesus é o dono do lugar** e a gente só administra... 🇮🇱 🇺🇸*

MAURO VENTURA

É realmente assustador. Mariana Gino, passo a palavra para você, que acompanha as instituições e pessoas que são vítimas dessa intolerância religiosa.

MARIANA GINO

Boa-tarde a todas as pessoas presentes. Eu gostaria de construir a análise que vou apresentar dialogando com as falas de Júlia Quirino e Viviane Costa, mas trazendo uma questão muito particular. Eu não sou natural do Rio de Janeiro, eu nasci em Juiz de Fora, Minas Gerais, cidade que eu digo ser a capital do país.

Em Juiz de Fora, assim como em boa parte das cidades mineiras, não há essa presença maciça de evangélicos. Minas ainda é um dos estados mais católicos do Brasil. E por que eu digo isso? Porque, antes de ser historiadora de profissão, me formei em Teologia, no Seminário Arquidiocesano de Juiz de Fora, onde convivi por quatro anos com padres e pastores evangélicos. Nesse período, comecei a pesquisar sobre a relação do pentecostalismo e do neopentecostalismo, e sobre o que o antropólogo Ari Pedro Oro vai chamar de “religiofagia”, que é quando essas religiões destacam o que é simbolicamente mágico da umbanda e do candomblé e trazem para as suas práticas religiosas, iniciando um processo de demonização.

Durante a pós-graduação, nos meus estudos relacionados à ciência e à religião, eu ficava pensando o que isso significava, faltavam algumas explicações ao longo dessa construção do termo “religiofagia”. Por que os traficantes que se dizem evangélicos expulsam os católicos e os religiosos de matriz africana das comunidades periféricas? O que está por trás disso? Nesse processo, antes de vir para o Rio de Janeiro e trabalhar com o professor Ivanir dos Santos, eu fui pesquisar o Culto do Reteté, numa igreja neopentecostal em Juiz de Fora; primeira vez em que estive em um culto evangélico pentecostal.

Eu nasci na casa de uma família católica, do catolicismo popular, eu gosto sempre de pontuar, que é aquele em que a gente reza de dia, acende uma vela à noite e faz nossos pedidos. E os quatro anos de Teologia no seminário me levaram para uma perspectiva teológica cristã católica.

Quando eu fui ao culto como pesquisadora, eu era a única “ovelha preta” ali. Rapidamente, o pastor me detectou, e a igreja estava lotada. Ele veio circulando, circulando, até me perguntar o que eu queria. Me apresentei, obviamente, como pesquisadora e falei que queria compreender o culto. Então, passei a identificar os momentos do culto, correlacionando-os às práticas religiosas de matriz africana.

Isso acendeu uma luzinha e comecei a pensar sobre o processo da construção dessa relação de preconceito, que hoje nós chamamos de intolerância. Por quê? Como diz a escritora Grada Kilomba, religião é poder. É poder a partir do momento em que tem a capacidade, a possibilidade de dizer o que o outro é.

Durante muito tempo, as protestantes eram definidas a partir do que a igreja católica dizia que elas eram. No estudo da Teologia, uma das coisas que nos chamavam a atenção era que os professores diziam: “As religiões evangélicas não são nem religiões, porque não têm o uno sacerdotal”. E eu falava: “Nossa!”. Nas pesquisas no Ceap – Centro de Articulação das Populações Marginalizadas, no Rio de Janeiro, sobre a perseguição às religiões de matriz africana, eu comecei a me debruçar sobre o ensino da História da África.

Sou especialista em História da África; meu mestrado, doutorado e pós-doutorado são sobre a História da África. Por que não tem como compreender a perseguição às religiões de matriz africana no Brasil sem compreender o processo de demonização e construção da África. E aí eu fui dialogar com os clássicos: Hegel vai dizer, no livro dele “Lições sobre a Filosofia Universal”, que a África só tinha selvagens, bárbaros, pessoas que não conheciam Deus e não tinham Estado. E ele passa pela construção de território, porque vai dizer que África é um lugar inóspito para as pessoas europeias viverem, onde quem conseguia viver eram os bárbaros e os selvagens. Então, observamos uma definição, primeiro, de pessoa – o que os africanos são –, de território e também de religião. Hegel diz que as pessoas na África não conhecem Deus, por isso elas precisam ser escravizadas.

Juntar a essa reflexão hegeliana o mito de Kahn reforça essa interpretação. O professor afro-europeu Jacques d’Adesky, que vive no Brasil, escreveu um livro fantástico, “Uma Breve História do Racismo: Intolerâncias, Genocídio e Crimes contra a Humanidade”, em que não

tinha a intenção de abordar questões religiosas, mas publicou um capítulo extremamente interessante sobre a intolerância religiosa.

Ele correlaciona o processo da construção da intolerância religiosa sobre os grupos religiosos de matrizes africanas a partir do mito de Kahn, como um ponto central de análise. Quando a ideia da maldição de Kahn foi disseminada, dizia-se que todas as pessoas abaixo do Saara, as mais negras do continente africano, eram descendentes de Kahn.

O mito de Kahn – as minhas amigas evangélicas podem me ajudar – cita que ele viu o pai nu e, por conta disso, passou por uma maldição, foi banido do grupo, amaldiçoado e se tornou negro como a noite. O pastor Kleber Lucas, que é um grande amigo e também trabalha na Ceap, defenderá, em breve, uma tese de mestrado justamente com a análise sobre essa questão da maldição de Kahn.

Para entender a perseguição religiosa contra os grupos de matriz africana no Brasil, é preciso levar em consideração, primeiro, a construção da sociedade brasileira, que tem a igreja católica como um eixo central. É só a gente observar o nosso calendário. Nossa vida gira em torno de um calendário a partir de uma perspectiva cristã católica, não cristã evangélica. É só a gente perceber quais são os lugares destinados, na sociedade brasileira, principalmente na sociedade carioca, para a igreja católica e para a igreja evangélica. Existem, por exemplo, a Marcha para Jesus, o aniversário do Cristo. Para projetar uma análise concisa sobre a perseguição que os religiosos de matriz africana sofrem hoje, na contemporaneidade, temos que voltar os nossos olhos para o passado.

Esse passado vai nos dizer que, até então, a prática religiosa de matriz africana – a umbanda e o candomblé – era proibida, e por lei. A religião oficial era a cristã católica, da igreja católica.

Posteriormente, tivemos a presença dos primeiros protestantes, quando começaram os conflitos. E aí, no século XVII, Maurício de Nassau, militar alemão contratado para administrar a colônia holandesa no Brasil, garantiu, no Recife, Pernambuco, a liberdade de credo, de religiões, para que os protestantes pudessem conviver pacificamente com os católicos. E, obviamente, a gente está falando de um cenário político e cultural do Brasil que está totalmente corre-

lacionado com os processos das construções dos Estados nacionais na Europa. Dom João, quando chega aqui, no século XIX, abre os portos para a Inglaterra, uma nação protestante. E, nessa perspectiva, as religiões de matriz africana sempre estiveram à margem da sociedade. Elas nunca tiveram a possibilidade de ser o que são.

O professor Ivanir dos Santos, no livro ‘Marchar Não É Caminhar: Interfaces Políticas e Sociais das Religiões de Matriz Africana no Rio de Janeiro’, publicado pela editora Pallas, apresenta uma análise extremamente interessante, não só do processo da construção do preconceito e da intolerância religiosa – que não chamamos de racismo religioso e depois vou falar por que defendemos a definição “intolerância religiosa”–, mas desde a formação da sociedade moderna até a contemporaneidade.

Nós escrevemos um artigo quando teve aquele caso da Kayllane Campos, a menina de 11 anos que levou uma pedrada na cabeça quando voltava de um culto do candomblé, na Vila da Penha, Zona Norte do Rio. Defendemos a ideia de que a pedra que a atingiu tem uma projeção histórica. E essa projeção histórica, até atingir a vítima, passa por um processo de análise social, de análise política.

Por exemplo, até no Brasil Colonial, os religiosos cristãos católicos tinham grande preponderância na política e governavam a partir dos seus feudos religiosos. O que os religiosos evangélicos fazem hoje não é novidade no cenário religioso. No início do século XIX, as religiões de matriz africana passaram a ser cada vez mais perseguidas. Não só por conta dos cultos, mas pela ideia de que eram inferiores. Na Europa, dizia-se que tudo o que destoava daquela perspectiva cristã, católica ou protestante, não era religião. Então, era como se a religião de matriz africana já nascesse sem ser religião.

O que a gente vê nos púlpitos, principal e infelizmente pentecostais e neopentecostais, é a demonização das práticas das religiões de matriz africana. E eu me pergunto se o pastor que faz isso conhece o percurso histórico. Eu acredito que não e que ele esteja ali apenas reproduzindo uma construção, frequente nas comunidades periféricas, de demonização, como mostraram a Júlia e a Viviane.

Muitas pessoas chamam isso de racismo religioso. Como assim “racismo religioso”? A gente está falando de pessoas pretas, como

elas mostraram, que estão tirando outras pessoas pretas de seus territórios. A disputa de território nessa cidade fragmentada é maior. Em 2008, no Morro do Dendê, na Ilha do Governador, Zona Norte do Rio, aconteceu um crime de intolerância religiosa: religiosos de matriz africana foram expulsos de lá e impedidos de usar suas vestes religiosas. Há relatos de que não se podia nem estender roupa branca no varal; a pessoa tinha que tirar de lá, queimar, jogar fora, fazer alguma coisa, porque, para o traficante Fernandinho Guarabu, simbolizava a religião de matriz africana.

A partir dali, o professor Ivanir dos Santos, que é conselheiro estratégico do Ceap, se reuniu com vários religiosos na Assembleia Legislativa do Rio, e eles começaram a protestar contra os crimes de intolerância religiosa. Houve duas ações centrais de luta.

Primeiro, a criação da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa, que reúne religiosos e não religiosos, pessoas que lutam em prol da democracia e das liberdades. Há a necessidade de se pensar na possibilidade de um Estado laico, de uma diversidade e uma liberdade religiosas.

Segundo, o lançamento da Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa, que é um dos atos inter-religiosos e não religiosos que se contrapõem à Marcha para Jesus, que é um evento cristão religioso. Na Caminhada, tem cristão católico, evangélico, pentecostal, neopentecostal, protestante em defesa da liberdade religiosa. Obviamente que, por conta de todo esse contexto, os religiosos de matriz africana acabam tendo preponderância na organização.

Mas a gente vem buscando, cada vez mais, construir essa relação com os religiosos, pensando na diversidade. E vimos que não bastava promover um movimento de rua; mas que também seria necessário pensar na formação. Foi quando passamos a elaborar e promover cursos para pessoas interessadas em compreender o que envolve a intolerância religiosa e o racismo na sociedade brasileira. Também buscamos estimular o ingresso em cursos de pós-graduação, porque entendemos que a universidade, que é uma representação do eurocentrismo na nossa sociedade, acaba por reproduzir ideias eurocêntricas que desumanizam os corpos negros de matrizes africanas. Então, se é lá que estão tirando aspectos das nossas

identidades, é lá que temos que estar para poder frear ou nos contrapor a essas ideias.

Isso já é uma realidade: temos alunos de mestrado e doutorado, principalmente na UFRJ, onde o professor Ivanir e eu lecionamos. Somos parte do Laboratório de Histórias e Experiências Religiosas, onde pesquisamos sobre esses temas.

Em 2023, publicamos o “Segundo Relatório sobre Intolerância Religiosa no Brasil, Caribe e América Latina”, que reúne informações sobre os casos de intolerância religiosa até 2022. O estado do Rio de Janeiro aparece em segundo lugar como um dos mais intolerantes no Brasil, e é o que menos produz políticas públicas para combater a situação. A análise considerou dados fornecidos pelo Disque 100 e por outros grupos que coletam denúncias de intolerância religiosa. E a escola é um dos espaços que mais violam os direitos.

Comentamos aqui o que acontece nas comunidades, com os traficantes que se dizem evangélicos, condição que, de certa forma, permeia a violência e a exclusão. Mas a gente não pode se esquecer das outras pontas espalhadas na sociedade contemporânea, como as escolas, principalmente as públicas, e que também cometem intolerância.

Com relação à necessidade de se criar políticas públicas, deve-se pensar no Brasil como um todo. De 2008 a 2010, a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa construiu o Plano Nacional de Combate à Intolerância Religiosa no Brasil, que foi apresentado para dois presidentes. Nenhum deles aceitou assinar o documento. Por quê? Nas minhas análises, eu concluo que não é interesse do Estado deixar de ser intolerante, deixar de ser misógino, racista, porque existe uma cultura, um mundo que se alimenta disso. E, a partir do momento em que o Brasil, enquanto Estado, assina um documento combatendo o racismo ou a intolerância, de certa forma, está assumindo para a sociedade que, sim, é intolerante, racista e misógino.

Eu venho cada vez mais compreendendo que religião é um produto em todos os sentidos: de mercado, publicitário, do comércio, televisão; religião é produto. É só a gente observar, por exemplo, os temas das novelas. Uma das maiores emissoras do Brasil, no ano passado, rodou uma novela em que um núcleo de evangélicos es-

tava presente. Então, isso é mercado. E como esse mercado vai se contrapor a um processo de intolerância se ele se alimenta disso? A violência que acontece dentro das comunidades é só uma das pontas da violência que vivemos nessa grande cidade partida, porque existem várias outras que se unem a ela.

Você encontra pastores que, muitas vezes, nem concluíram o curso de Teologia e que estão lá pregando, são pessoas que passam por uma lavagem cerebral ou um processo de colonização intelectual e que assumem uma identidade religiosa.

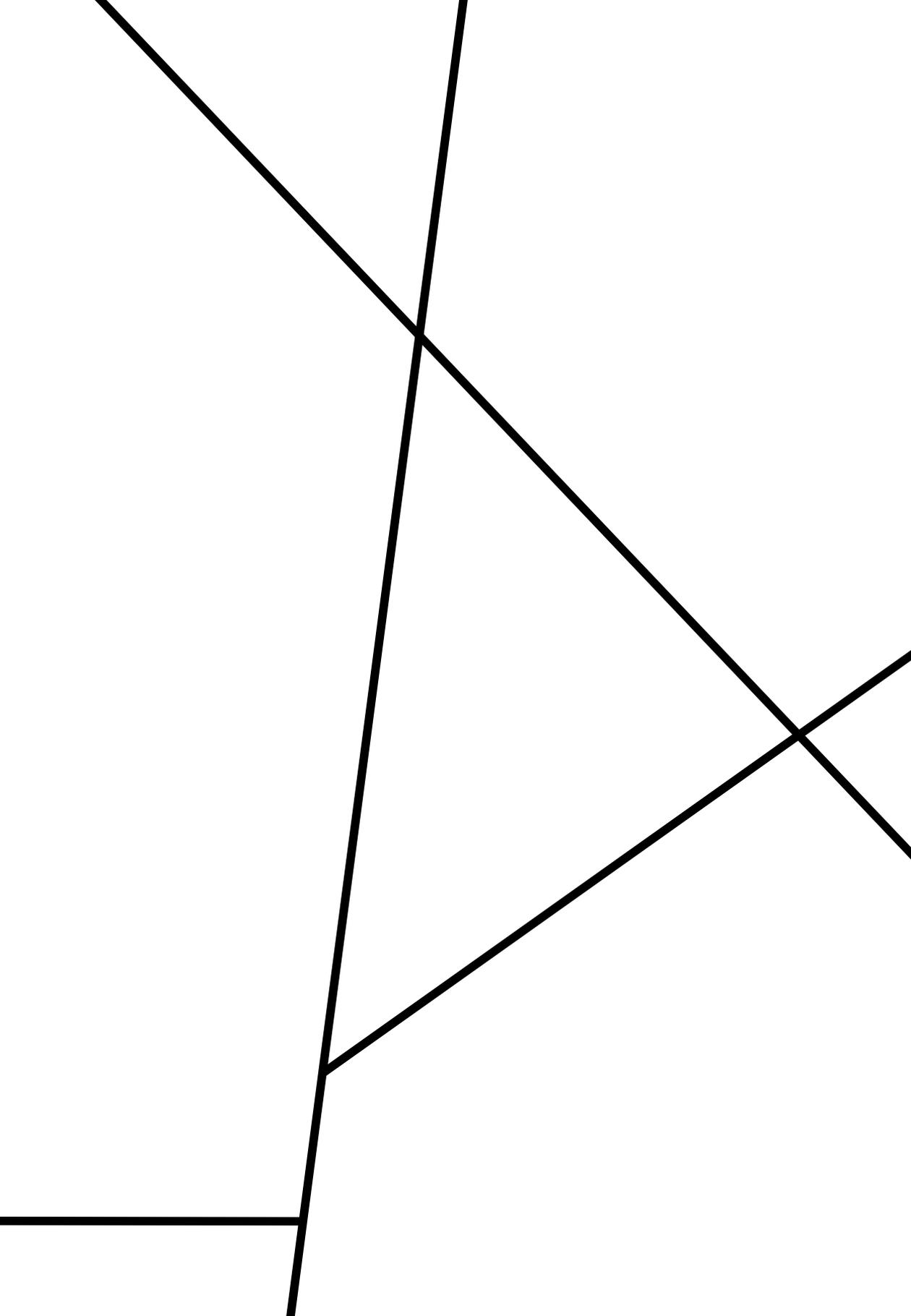
É uma loucura, entre aspas, quando você vê numa comunidade periférica a bandeira de Israel. A gente pergunta se a comunidade é judaica. Porque existe todo um contexto histórico ali, em que se pode mergulhar em uma perspectiva histórica, para compreender o que é uma pessoa da comunidade judaica. Não existe osmose. Eu fico pensando: será que a pessoa que mora ali sabe que, se ela entrar em Israel, não tem cidadania israelense? Eu brinco com os meus amigos que tudo isso parece azeitona na boca de banguela. Fica pra lá e pra cá. Não tem sentido.

Os dados que nós apresentamos são só resultado de um funil ainda maior. A proposta, hoje, da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa, junto com o Ceap, é promover trabalhos e ações em defesa da liberdade religiosa. Ainda: ir além das ações pontuais da instituição, construindo parcerias interestaduais e intermunicipais para combater a intolerância religiosa, e entendendo que esse é um problema nacional que faz parte, infelizmente, da construção da identidade brasileira.

Se alguém disser “Ah, eu não sou intolerante”, eu digo que é, sim. “Ah, eu não sou racista, não”; é, sim. “Ah, eu não sou misógino”; é, sim. Acredito que a gente não pode perder de vista a análise do todo, a análise política e, o que eu sempre falo, sobre quem está ganhando e o que está ganhando com isso tudo.

MAURO VENTURA

Agradecemos muito a Júlia Quirino, Mariana Gino e Viviane Costa pela mesa espetacular que tivemos nesta manhã do seminário.



MESA 3

[27 DE AGOSTO DE 2024]

**QUEREMOS VIVER
E NÃO
SOBREVIVER?**

O TEMA DA SEGURANÇA PÚBLICA atravessa “Cidade Partida” por inteiro. Ao contrário do que poderíamos esperar, o livro não começa com um mergulho nas dinâmicas da chacina praticada por policiais em 1993 em Vigário Geral, mas surpreende o leitor na parte 1 do livro, “A Idade da Inocência”, retrocedendo 30 anos e mostrando que as origens da “licença para matar” se encontram nos anos 1960, antes mesmo do Golpe Militar de 1964 e do longo período de ditadura.

O mesmo Rio de Janeiro que se deliciava com o auge da Bossa Nova e vivia os “anos dourados” criou, em suas políticas de segurança, os Homens de Ouro, a Scuderie Le Cocq e o Esquadrão da Morte. Policiais com autorização para subir morros, desentocar facínoras, limpar a cidade e “exterminar pura e simplesmente os malfeitores”.

Quando faz a anatomia da chacina que vitimou 22 moradores numa noite de jogo do Brasil na Favela de Vigário Geral e descreve em minúcias os mecanismos de articulação entre corrupção e violência policial, Zuenir conclui com a constatação singela: “A polícia fazia parte do crime que deveria combater”.

Nesta mesa com título espelhado em uma fala de Caio Ferraz, Silvia Ramos propôs a Luiz Eduardo Soares, Tainá de Paula e Rafael Soares analisar dinâmicas de violência e segurança pública do Rio ao longo das últimas três décadas.

MEDIAÇÃO

SILVIA RAMOS, cientista social, fundadora e coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, o CESeC, criado em 2000.

CONVIDADA E CONVIDADOS

LUIZ EDUARDO SOARES, escritor, antropólogo e cientista político, professor da pós-graduação em Literatura da UFRJ e titular da Cátedra Patrícia Acioli, no Colégio Brasileiro de Altos Estudos da UFRJ. Publicou 26 livros, dos quais os mais recentes são “O Brasil e Seu Duplo” (Todavia, 2019), “Dentro da Noite Feroz; o Fascismo no Brasil” (Boitempo, 2020) e o romance “Enquanto Anoitece” (Todavia, 2023).

RAFAEL SOARES, repórter especial do jornal O Globo, há mais de uma década cobre temas relacionados à segurança pública e aos direitos humanos no Rio de Janeiro. É autor de “Milicianos: como Agentes Formados para Combater o Crime Passaram a Matar a Serviço Dele” (Objetiva, 2022) e criador e apresentador do podcast Pistoleiros (Globoplay, 2021).

TAINÁ DE PAULA, vereadora do Rio de Janeiro (PT), arquiteta e urbanista, ativista das lutas urbanas, especialista em Patrimônio Cultural pela Fundação Oswaldo Cruz e mestre em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atuou em diversos projetos de urbanização e habitação popular, realizando assistência técnica para movimentos de luta pela moradia como União de Moradia Popular (UMP) e Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST). É membro da Comissão de Gênero do CAU-RJ e coordenadora regional do projeto Brasil Cidades.



SILVIA RAMOS

Boa-tarde! Vou convidar três amigos para um debate sobre os temas que talvez sejam os mais contínuos no livro “Cidade Partida”, que, do início ao fim, aborda a violência e a segurança pública. O início do livro é uma surpresa para o leitor, que pensa que Zuenir Ventura vai começar descrevendo a chacina que houve na Favela de Vigário Geral em 1993. Zuenir engana a gente e, quando você pensa que ele vai escrever sobre o Rio de Janeiro dos anos 1960, os Anos Dourados, da Bossa Nova – quando Tom Jobim e Carlos Lyra compunham no meio da rua, em Ipanema, de noite, e as atrizes de Hollywood andavam pela praia atrás de namorados –, ele logo menciona que “nessa época foi criado o Esquadrão da Morte, a Scuderie Le Cocq, a Secretaria de Serviço de Diligências Especiais (SDE), que é uma espécie de pioneiro do Dops (Departamento de Ordem Política e Social da Polícia Federal), do Bope (Batalhão de Operações Policiais Especiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro) e da Core (Coordenadoria de Recursos Especiais da Polícia Civil).

Naquela época criou-se uma fátua: estava autorizado matar nas favelas e nos bairros pobres, onde a maioria dos moradores são negros. Um dos generais, Amauri Kruehl, dizia que, se fosse preciso atacar o que chamava de malfeitores, usaria até o extermínio. Estava dada a licença para exterminar pessoas desde que fosse em locais onde estavam homiziados os malfeitores, nas favelas e nas áreas pobres do Rio de Janeiro. Essa fátua nunca foi cancelada continuamente, exceto em alguns períodos, como quando Luiz Eduardo Soares foi secretário estadual de Segurança do Rio de Janeiro, no início do programa das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora), suspendendo essa autorização de “atirar para matar” nas favelas.

Nós vamos discutir, hoje, sobre o que aconteceu no Rio de Janeiro ao longo desses anos. Zuenir Ventura mostra que a chacina que aconteceu nos anos 1990 teve origem nos anos 1960 ou, para falar a verdade, nos anos 1950, antes da ditadura. Convidamos três

pessoas que são centrais nas reflexões sobre o Rio de Janeiro com relação à cidade, à violência e à segurança: Tainá de Paula, Rafael Soares e Luiz Eduardo Soares. Tainá, te convido a iniciar a conversa.

TAINÁ DE PAULA

É uma honra poder fazer uma reflexão sobre os próximos passos que podemos dar para a cidade do Rio de Janeiro. Foi muito interessante voltar ao livro “Cidade Partida”, que é uma leitura obrigatória nas universidades de Arquitetura e Urbanismo e também para quem não é da área. Era obrigatória para a minha geração, e espero que ainda seja para as gerações atuais. Na época, eu via, com olhos de reflexão e até de crítica, o que Zuenir escreveu, entendendo que ele não era arquiteto, não era da prancheta, mas, vamos dizer assim, era um pós-doutor nas urbanidades.

Nós, arquitetos e urbanistas, às vezes, nos encastelamos em nossas próprias análises, com certa dificuldade de ter uma escuta mais ativa para outros profissionais, podendo utilizar reflexões de outros campos sobre a cidade em que trabalhamos.

O meu primeiro contato com o livro foi quando eu era estudante de Arquitetura: uma mulher negra, obviamente periférica, de origem favelada, que encontra o texto de Zuenir, um sujeito branco que entende essa cidade partida, as diferenças e as nuances compreendidas pelo racismo, pela exclusão, pela desigualdade social nos territórios de favela e periferia. E isso aconteceu ao longo do meu exercício profissional, inclusive, em trabalhos transdisciplinares.

Acredito que Zuenir tenha sido pioneiro – só hoje a gente tem a clareza do tamanho do pioneirismo dele – ao observar não só o que é desigualdade social nos territórios de favela, mas em como essa desigualdade se consolidou, esse racismo tão entranhado que divide pretos e quase pretos em determinados territórios. E, principalmente, em como a violência urbana impacta de forma tão diferenciada os viventes, os moradores desses lugares.

No livro que será lançado amanhã – “Cidade Partida – 30 Anos Depois” –, eu contribuí com o artigo “Repartida Urbana”, em que questiono como é que a gente pode ter uma nova partida de avaliação sobre a cidade e as entranhas da desigualdade.

Primeiro, quero destacar a construção do programa da UPP, o sonho da UPP, desde a dissertação de Marielle Franco. Eu sou parte da geração que sonhou com o cenário da UPP, da UPP social, com a ideia de diminuir a distância entre o centro e a periferia, entre o asfalto e a favela, e de que seria possível ter, finalmente, um modelo de civilidade sendo levado aos territórios de favela.

Obviamente, e de forma muito rápida, o projeto da UPP se revelou como mais um projeto de exclusão, de desamparo e de afirmação do poder bélico institucional do estado nos territórios de favela.

Em segundo lugar, destaco a pandemia da Covid. Todo mundo que está aqui acompanha minimamente o debate sobre a segurança pública. O rompimento e o descumprimento da DPF-635 (ação de descumprimento de preceito fundamental decretada pelo STF com restrições à realização de operações policiais nas comunidades do estado do Rio de Janeiro durante o período da pandemia) deixam claro para todos nós que eles desobrigam o estado da responsabilidade sobre a segurança, sobre o ir e vir, sobre a saúde mental, sobre a educação.

Existem no Rio vários territórios, e a Favela da Maré, inclusive, vive um drama devido a sucessivas operações policiais, com a suspensão da maioria dos dias letivos das escolas localizadas lá. O Rio tem um dos maiores índices de suspensão de período letivo do Brasil, chegando a 34%, 36% em determinadas favelas. Isso talvez seja genocídio dos mais cruéis, dos mais violentos, quase que invisível, invisibilizado, porque não necessariamente está na ponta do fuzil, mas está na ponta da caneta e na ponta da negligência institucionalizada.

A partir desses dois marcos, da UPP e da DPF-635, é fundamental compreender que Zuenir talvez tenha sido o grande formulador que nos revelou com clareza o que é esse passivo pós-colonial que a gente não resolveu: os territórios de favela, territórios enegrecidos onde a liberalidade da violência é tão comum e vista de forma tão natural pela nossa sociedade.

Se pensarmos na ascensão da polícia mineira que vira milícia, que vira narcomilícia e que vira o operativo banal de violência que temos hoje, é visível como a sociedade como um todo, principalmente quem está no asfalto, corroborou para a construção e a consolidação do genocídio, do extermínio dessa população que vem sendo violada do ponto de vista dos seus direitos. E isso ao longo de todo o processo de ocupação e consolidação do Rio de Janeiro.

Portanto, quando a gente atravessa a pandemia, obrigatoriamente tem que voltar ao que escreveu Zuenir, porque não é só necessário refletir sobre a violência ou sobre a DPF-635. Eu sempre cito uma fala da socióloga Vilma Reis, que afirmou que os nossos marcadores de posição foram os mais racistas que ela já viu, porque a gente orientava as pessoas a lavar as mãos e a ficar em casa, desconsiderando que a maioria da população negra brasileira mal tem casa para se abrigar e muito menos água potável para lavar as mãos.

Por isso pergunto: nós estamos falando de que cidade, de que modelo de civilidade, considerando um contexto em que mais da metade da sociedade brasileira está sob o braço armado do estado, seja pelas múltiplas violências, seja pelas ausências que existem nesses territórios?

Eu ainda estou muito ligada ao contexto do pós-pandemia, porque não fizemos os deveres de casa. Nós ainda não temos clareza sobre a Política Nacional de Segurança Pública, sobre o debate do hiperencarceramento, sobre a política de habitação. E também não está clara para a maioria dos intelectuais, dos ativistas e para o que eu chamo de maiorias minorizadas brasileiras a agenda de reparação e restituição de direitos dos territórios de favela, situação que se consolidou no pós-colônia, no século XX e no começo do século XXI.

Aí eu acho que está a grande disputa, a disputa do modelo de cidade fincado no território que foi negligenciado ao longo do período de consolidação das cidades brasileiras. Existem duas cidades. Talvez eu não dissesse isso há 20 anos, quando me formei. Mas é preciso afirmar que a ausência de planejamento e de política pública constitui uma cidade. Diversas cidades já estão discutindo que haverá cada vez mais pobres; *clusters*, novas favelas ou hiperfavelas

com o que já chamamos de hiperpobreza, que é o ponto de não retorno dos mais pobres.

Não haverá política de segurança alimentar ou política de mitigação de pobreza que deem conta dos limites de pobreza extremos se nada for feito nos próximos anos. Ao passo que será importante calcular, mensurar uma política, do ponto de vista econômico, estabelecendo um ponto de não retorno para as nossas intervenções.

A disputa cultural, das ideias, talvez seja uma das crises mais profundas do Brasil. A esquerda está sem ideias e ainda não compreendeu que precisa solucionar as entranhas do seu passado colonial. Assim, dar respostas para o que se chamou de classe trabalhadora nos anos 1980, para o que os mais marxistas chamaram de lumpesinato, para o que a gente chama de população mais pobre.

Os mais pobres querem ver soluções muito práticas, possíveis de serem realizadas. A gente vem perdendo lastro nessa base social popular, porque as pessoas não estão se sentindo contempladas. Será que a gente não deve reverberar cada vez mais o encontro das maiorias? Será que a gente não deve tirar esse limite tão contundente entre asfalto e favela e criar um projeto para aqueles que estão nesse limbo programático, institucional, civilizatório? Até quando as pessoas vão topar serem negligenciadas à exaustão como se sentem até hoje?

É muito importante formularmos projetos possíveis para as favelas e para as cidades. Talvez, o que Zuenir não tenha visto de forma concreta, como algo possível, algum cenário que retire a barbárie dos territórios de favela e ofereça janelas de oportunidade para outros futuros. Ter pensamentos e repertórios de futuro, seja pela educação, como Darcy Ribeiro propunha, seja pela cultura, como nossos grandes pensadores, como Gilberto Gil, um grande formulador da cultura.

Fico pensando que, se Zuenir Ventura fosse escrever o “Cidade Partida 2”, talvez pudesse desenvolver ideias de futuros possíveis desse Brasil nos séculos XXI e pós-XXI. Axé!

SILVIA RAMOS

Tainá, agradeço por suas reflexões luminosas, sofisticadas. A gente sempre pensa sobre o que o Zuenir descreve no “Cidade Partida” e o que está acontecendo hoje na cidade do Rio de Janeiro, como sendo alguma coisa que tem que ser interdita, controlada. E você propõe um passo adiante, ressaltando que é preciso ter um projeto, elaborar projetos para esse segmento da cidade que é, há tantos e tantos anos, vítima dessas políticas insanas que só se reproduzem. A diferença entre chacinas recentes e as duas grandes chacinas que, em 1993, traumatizaram o Rio de Janeiro é que nas da Candelária e de Vigário Geral os policiais atuaram de forma clandestina e ilegal. As chacinas promovidas pelo atual governo Cláudio Castro foram as maiores do Rio nos últimos anos: as que aconteceram no Complexo da Penha, no Jacarezinho e em São Gonçalo são chacinas estatais. Operações legais, com caveirões, fuzis, helicópteros blindados e, no Jacarezinho, 27 pessoas, 27 civis mortos, e uma coletiva com autoridades dizendo: “Missão cumprida, muito bem-sucedida”.

Há um contraste e a permanência dessa polícia e dessas políticas de segurança que agem considerando uma cidade partida: de uma forma, dentro das favelas e dos bairros pobres e, de outra forma, totalmente diferente, para proteger os bens e a segurança dos bairros abastados.

Rafael Soares é uma referência no jornalismo investigativo, ele fez as coberturas dos casos mais importantes no campo da violência e da segurança pública que eu, como pesquisadora, acompanhei nos últimos 15 anos. Te convido, Rafael Soares, a dar continuidade a essa conversa.

RAFAEL SOARES

Eu sou jornalista, me formei em 2011 na UFRJ e, desde então, trabalho no jornal O Globo. Eu queria trabalhar com Política, mas gosto muito de rua. E justamente essa minha predileção por sair da redação, conhecer pessoas e suas histórias me levou a trabalhar com segurança pública e direitos humanos. E isso me levou para o jornal Extra, o veículo popular do grupo Globo, me direcionando para a Baixada Fluminense, São Gonçalo e Zona Norte do Rio.

Quando comecei no Extra, em 2012, fui pautado para acompanhar o caso Juan, na Favela Danon, em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense (Juan Moraes e Igor Souza Afonso, na época com 11 e 17 anos, respectivamente, morreram em uma operação policial). Inicialmente, eu não sabia disso, o corpo dele estava desaparecido. A primeira pergunta que se fez, que se transformou em uma campanha do jornal, foi: “Onde está Juan?”. A polícia não se mobilizou para encontrar o Juan, mas o corpo dele apareceu por conta de uma enchente. A partir dali a pergunta passou a ser: “Quem matou Juan?”. Eu sou cria desse período do jornal, que estava muito voltado para a discussão de casos como esse.

Hoje eu quero falar sobre um assunto meio chato: polícia. Eu nunca tive um parente policial, não conhecia a polícia e não fazia ideia da diferença entre Polícia Civil e Polícia Militar. A equipe da redação que cobria segurança pública era dividida em quatro ou cinco repórteres, e cada um tinha uma responsabilidade na cobertura. A minha era a Polícia Militar. E eu cobria notícias sobre licitações, hospital, tudo o que vocês podem imaginar, quase que uma pós-graduação, por três anos, vivenciando o que era o militarismo, o que era a Polícia Militar.

A partir daí, comecei a perceber alguns padrões que eu só iria entender dez anos depois. Uma coisa que me chamava muita atenção eram os nomes que eu escutava como sendo pessoas-referência da profissão. O meio policial ainda é muito afeito a lendas, mitos, construção de heróis. Um deles sempre era citado, principalmente em delegacias de Polícia Civil, por ter trabalhado muito tempo em DPs. Nunca o conheci, porque ele já estava aposentado na época. Mas passei basicamente dez anos ouvindo esse nome, como tendo sido um dos mais importantes policiais que o Rio de Janeiro tinha visto desde os anos 1990 até 2000. Todo mundo na Polícia Civil o via como um Robocop: ao mesmo tempo em que era operacional, fazia progressão em favela, era corajoso, informante, conhecia o Rio de Janeiro inteiro. Esse cara era o sargento Ronnie Lessa, hoje conhecido como assassino da vereadora Marielle Franco.

Quando ele foi preso, em 2019, um ano depois da morte da Marielle, isso me bateu de uma maneira muito profunda. Lembro

o dia do assassinato, porque fui ao local do crime e trabalhei até de manhã. No dia em que o Lessa foi preso, parece que acendeu uma luzinha pra mim, como que alertando para o fato de o Rio de Janeiro ser uma loucura.

O cara que parecia ser considerado um herói da polícia – que era um exemplo para policiais que até então eu achava que eram sérios – era um matador de aluguel, um assassino. Isso norteou todo o meu trabalho nos anos seguintes. Passei a tentar entender tudo isso; fiquei obcecado pelo Lessa. O meu livro “Milicianos: Como Agentes Formados para Combater o Crime Passaram a Matar a Serviço Dele” (Ed. Objetiva, 2023) é resultado dessa minha busca por entender esse cara, o Lessa. E acho que eu comecei a entender mais essa abordagem do Zuenir sobre a chacina.

O Lessa não participou da Chacina de Vigário Geral, mas ele é um produto dos anos 1990 da Polícia Militar, um período que produziu grandes chacinas. Não só as chacinas com perfil paramilitar, que são as da Candelária e de Vigário Geral, mas as de Nova Brasília, na Zona Norte do Rio, onde houve duas chacinas, em 1994 e 1995, com mais de 30 mortes. E depois, em 1996 e 1998, com essas operações da Polícia Civil, aliás, com a participação de policiais militares como informantes. Entre 1995 e 1998, ainda havia a “gratificação faroeste”, a bonificação em dinheiro por atos de bravura de policiais, que na prática premiava policiais que matavam em serviço, durante o governo Marcello Alencar, e que foi extinta por iniciativa do deputado estadual Carlos Minc, na Alerj, três anos depois.

O Lessa é um produto da “gratificação faroeste”. Ele é nascido e criado no Méier, era tatuador profissional, muito conhecido no bairro, tinha um estúdio famoso lá. A classe média dos anos 1980 e 1990 se tatuava com Ronnie Lessa. Ele iniciou a carreira na PM em 1996, já com esse ideal de Scuderie Le Cocq, quando também passou um período no Bope, sem ter feito o “curso de caveira” ou qualquer outro curso. Ele foi para o Bope porque quis, como voluntário, e passou, se não me engano, três anos lá. Depois, foi chamado para trabalhar no 9º Batalhão da PM, a área mais complicada do Rio de Janeiro naquela época, que englobava a região do atual 9º Batalhão e a do 41º Batalhão.

Havia guerras de facções; eram três facções diferentes em favelas vizinhas. A iniciativa envolvia levar policiais do Bope para o 9º Batalhão. Um capitão do Bope, festejado na época, foi chamado para liderar essa mudança no 9º Batalhão: era Ronnie Lessa. Esses policiais, então, formaram o que ficou conhecido como Patamo 500, porque eles usavam a Viatura 500. O comandante era o capitão Cláudio Luiz da Silva Oliveira, condenado pelo assassinato da juíza Patrícia Acioli. Ele e Ronnie Lessa trabalharam juntos na mesma patamo com mais três integrantes, hoje conhecidos na crônica policial do Rio.

Apurei todos os registros que Lessa fez naquela época, tudo que tinha o nome dele na PM: boletins, averiguações, além de outros documentos. E uma coisa me chamou muito a atenção: em janeiro de 1996 ele era soldado e, em dezembro do mesmo ano, já era segundo sargento. Ele praticamente vai do início até o topo da carreira policial em um ano, só com gratificações e promoções por bravura, atos de bravura. Eu descobri que atos eram aqueles na ficha funcional do cara, que era volumosa, repleta de elogios e sindicâncias que concluem pela coragem e pela técnica do Lessa. E, quando se vai mais a fundo para entender que ocorrências são essas, há claros indícios de violações de direitos humanos, como tortura, execução sumária e crimes dos mais mezinhos, como desvio de fuzil e de drogas. Essas ocorrências levaram à progressão da carreira do Lessa. Não foram sequer investigadas nem levadas a qualquer punição. Pelo contrário, ele foi premiado e promovido por isso.

Tudo isso, para mim, é simbólico, porque eu vejo, pensando sobre essa trajetória que o Lessa teve, que ele não é uma exceção na PM. Primeiro, em um nível menor, todas as pessoas da patamo que ele integrava tiveram uma carreira parecida com a dele. E eu comecei a observar as outras lendas sobre as quais eu ouvia falar nas delegacias, como, por exemplo, o policial Marcos Falcon. Muitos de vocês devem conhecê-lo como ex-presidente da escola de samba Portela. Um policial que teve a carreira marcada por acusações de participação em milícias em Madureira, na Zona Norte do Rio, tendo sido citado na CPI das milícias da Alerj – Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Ele já foi investigado, processado e denunciado

por homicídio relacionado à atuação em um grupo de extermínio. E também foi o mesmo cara que colocou a Bandeira do Brasil no mastro, no alto do Alemão, na época da tomada do complexo, em ação coordenada pelo governo do estado. Mesmo depois dessa carreira inteira, o cara ainda era festejado.

No final desse processo, após esse período na Patamo 500, o Lessa foi novamente promovido, indo trabalhar como adido na Polícia Civil, ou seja, não precisava trabalhar uniformizado, fardado. Deram mais liberdade para ele, e isso explica a carreira que ele teve, em seguida, no crime.

O Estado brasileiro levou não só o Lessa como uma legião de policiais, da mesma geração dele e de gerações posteriores, para o mundo do crime. Esse é o raciocínio que eu desenvolvi ao cobrir esses casos que envolviam esses policiais.

E aí uma coisa que me impressiona muito é que existiam, nas décadas de 1950 e 1960, os “Homens de Ouro” envolvidos em chacinhas, na cúpula do jogo do bicho e os policiais que trabalhavam para a contravenção no início dos anos 1990. Esse é um modelo que gerou os mesmos resultados, que persiste e que a gente continua apostando nele. E, quando eu falo da gente, falo como sociedade.

E é muito doido estarmos em período eleitoral, *né?* Eu, infelizmente, cubro eleições. Não gosto muito, mas acabo tendo que cobrir e vejo que o debate eleitoral sobre segurança pública tem muito a ver, no final das contas, com o raciocínio que nos trouxe até aqui. Quando a gente fala sobre segurança pública, principalmente aqui no Rio de Janeiro – não vou generalizar para o país todo, mas a gente até poderia –, o debate sempre envolve demandas por mais polícia, equipamento, combate e operações. Toda proposta que sai dessa lógica já começa como inviável no contexto do debate eleitoral. Para mim, é muito angustiante perceber que, na verdade, o que deveria ser discutido é, justamente, a polícia como um problema. Enquanto a sociedade e as escolhas eleitorais apregoam sempre por mais polícia, mais segurança pública, eu acho que a gente devia ver menos a polícia como solução e mais como parte do problema.

Em 2019, quase três décadas depois da Chacina de Vigário Geral, a Polícia do Rio matou mais de 1.800 pessoas. Isso é um número

que não tem precedente na História do planeta. Os Estados Unidos têm mais de mil agências policiais, e eles não matam essa quantidade de pessoas. No México, o exército atuou na segurança pública e não matou essa quantidade de gente.

Em 2022, tivemos eleição para governador e elegemos o mesmo governo que matou essas 1.800 pessoas. E que continuaria a matar se não tivesse a pandemia e a ADPF das favelas, a tutela na segurança pública que a ADPF trouxe.

Esse é um tema muito angustiante, mas necessário, e que a gente precisa enfrentar para que, daqui a 30 anos, não esteja falando sobre a mesma coisa.

SILVIA RAMOS

O Rafael padece dessa angústia sobre a qual o Luiz Eduardo Soares vai falar. Porque esse é um tema que não muda e que, frequentemente, a gente tem a impressão, que eu acho que não é verdadeira, de que só piora, a cada novo fato que nos afeta. Rafael, eu tenho sido uma testemunha do que está acontecendo no Rio de Janeiro nos últimos dez anos, por meio do que você escreve, por meio das suas investigações e do arquivo sofisticado que você criou.

Eu passo a palavra para Luiz Eduardo Soares.

LUIZ EDUARDO SOARES

Agradeço, especialmente ao Mauro Ventura e à Elisa Ventura, por me permitirem o privilégio de participar dessa homenagem ao Zuenir. É um prazer estar com velhos e velhas amigos, com tanta gente que nos acompanhou, já naqueles momentos, como Manoel Ribeiro, Caio Ferraz, protagonistas da história que o Zuenir nos conta no “Cidade Partida”. Eu escrevi com imenso gosto, com muita emoção, um artigo para o livro “Cidade Partida – 30 Anos Depois”, que será lançado amanhã. E foi uma oportunidade poder reler “Cidade Partida” e repensar aqueles momentos que vivi com muita intensidade.

O mais interessante para compartilhar com vocês não seria o que aconteceu de lá para cá. De resto, nós todos testemunhamos e muito já foi descrito nos traços essenciais pelas intervenções do

Rafael Soares, da Tainá de Paula e da própria Silvia Ramos. Talvez o mais interessante seja compartilhar a atmosfera, o clima que nós respirávamos naquele momento e como é que isso foi vivido. Nós estávamos, todas e todos, muito abalados com as chacinas de Vigário Geral e da Candelária. Era 1993, o Rio de Janeiro ia ladeira abaixo, nos sentíamos impotentes, indignados e, ao mesmo tempo, um pouco frustrados e deprimidos.

Com Rubem César – querido amigo, com quem eu trabalhava no Iuperj – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – implantávamos uma área de pesquisa no Iser – Instituto de Estudos da Religião. Ele estudava as religiões populares no Brasil, particularmente o crescimento evangélico, e comentou que Zuenir estava pensando em escrever um livro e que queria conversar comigo. Eu tinha uma grande admiração por ele e já tínhamos nos falado pelo telefone. Zuenir me falou sobre o projeto do “Cidade Partida”. Fiquei muito entusiasmado e logo fiz a ele a sugestão de que procurasse Caio Ferraz, um jovem que estava se formando em Sociologia, que não só abriria portas para ele, mas apontaria outras possibilidades de se imaginar a Favela de Vigário Geral e os territórios vulneráveis de uma maneira geral. Eu tinha conhecido Caio em um seminário na Uerj. Fiquei muito impressionado com a intervenção dele e sugeri uma conversa, que se desdobrou numa interlocução que foi contínua, com algumas interrupções, fruto das nossas desventuras pessoais, dos exílios nossos, que provieram até de circunstâncias que têm relação com o que nós estamos contando aqui hoje.

Zuenir aceitou, e eu fiz essa mediação. Foi minha contribuição para o trabalho maravilhoso do Zuenir. Depois desse encontro, estive muitas vezes, claro, com o Zuenir, que combinava alguns traços, algumas qualidades – quem o conhece sabe que eu não estou exagerando –, de serenidade em meio às tempestades, aos dilúvios. A docilidade a despeito da amargura que nos cerca, um astral positivo, que é o contraste frequente, inclusive, com as frustrações a que nós somos submetidos pelas experiências que tantas vezes compartilhamos. O Zuenir se tornou, desde então, para mim, uma figura que não é só lendária, é um porto de chegada, de partida, uma figura, um personagem muito especial. Eu tive a oportunidade, depois de

acompanhar o trabalho e de ler o relato que ele fez desse ano e do início de 1994.

O que é que nós vivemos ali? Em primeiro lugar, e isso já foi dito pela própria Silvia, o Zuenir se recusou a retratar o cartão-postal ao fetiche edulcorado, paradisíaco dessa cidade maravilhosa. Sabemos que a cidade é linda e extraordinária. Mas ela já foi cantada em verso e prosa, e nós precisávamos passá-la a limpo. A questão era outra. E ele, então, nos convoca para a beleza da paisagem, para essa criatividade fecunda, mas nos joga no inferno e diz muito diretamente, com aquela sensibilidade e simplicidade que são todas dele: “Os anos dourados não foram bem assim”.

Há sempre aspectos dourados ou aspectos encantadores no imaginário que são fruto do exercício mnemônico. Quer dizer, a memória é capaz de funcionar como um filtro que acaba nos conduzindo à idealização do passado. Isso é muito natural. E, às vezes, se dá socialmente.

Nós ficamos com aquela imagem de que no passado nós fomos diferentes, vivemos a decadência e precisamos resgatar, restaurar aquilo que foi perdido, o paraíso perdido. Temos que olhar com coragem para esse nosso passado. Ele sempre foi o do racismo mais brutal, das desigualdades abissais, da negligência e da violência do estado contra os mais pobres. Essa tem sido a nossa marca, que herdamos da escravidão. Isso é uma espécie de traço atávico que nos atravessa. Então, vamos reconhecer essa realidade, ela nos acompanha, e não vai ser somente com resgate, com restauração. Não há declínio, há permanência, continuidade, impõe-se, portanto, uma ruptura. Essa ruptura, evidentemente, em diálogo com o que nós podemos ser no futuro. E isso depende do que nós fomos no passado; precisamos reconhecer também as nossas virtudes, nossas potencialidades. Isso é absolutamente crucial. E o início do livro “Cidade Partida” é um passeio por essas masmorras do imaginário.

Nós vamos encontrar o general Amaury Krueel, que traiu Jango no Golpe de 1964, já se antecipando como chefe da Polícia Civil da cidade do Rio de Janeiro, que era a capital federal. Quem indicava o chefe da Polícia era o presidente da República. Ele foi indicado por Juscelino Kubitschek. E Amaury Krueel forma o primeiro

Esquadrão da Morte, autorizando a morte dos “meliantes”, daquela forma despudorada. Zuenir nos traz tudo isso de uma forma muito simples, de tal modo que as reações não se preparem antecipadamente, porque às vezes você prepara com adjetivos o que você vai trazer. Essa carga venenosa, os antivírus e o sistema imune acabam nos precavendo contra a imersão naquela realidade, e ele nos lança nesse universo: esse é o Rio de Janeiro. Vigário Geral e todas essas terríveis tragédias marcam a nossa História continuamente. Ponto um: é preciso mudar. E há potencial para mudança.

Zuenir Ventura fala do apartheid. Isso foi tão mal compreendido, tantas vezes, por várias razões, e nós podemos discutir o porquê disso. Ele nos fala do apartheid social, que chama de “cidade partida”. É claro que não há uma partição, uma divisão, uma fronteira. Há, evidentemente, poros, e isso tudo é rarefeito. Nós, sobretudo a sociedade civil e as classes populares, com a consciência dos seus movimentos, temos a capacidade de romper essas divisões, de ultrapassá-las, de reprocessá-las, redefini-las, metabolizá-las. Mas, claro, elas existem, e existem profundamente, deixam suas marcas. As marcas são muito nítidas e se expressam em vários domínios: da economia, da política, da sociedade, da saúde, da educação, da violência, da distribuição da violência, das iniquidades. Então, Zuenir está falando dessa partição.

Por outro lado, ele foi o primeiro jornalista de um grande jornal a entrevistar um líder do tráfico, o Flávio Negão, tendo sido a primeira vez que a gente ouvia a voz do outro lado. Há outros lados, e há vozes. Vozes com alma, com corpo, com história, com densidade, com travessia, com trajetória, com seus interesses, com suas limitações. Portanto, se é possível uma entrevista, é possível um diálogo, uma ponte sobre esse abismo.

Ele, então, nos trouxe a radiografia do abismo, com todas as suas múltiplas consequências, reverberações, mencionando as pontes, exercitando pontes, ousando o gesto “ponte”, que é esse gesto inaugural de ouvir e de dar a voz a alguém, como foi nessa entrevista. E de ir lá, se dispor, com o seu tempo, com o seu corpo. Ele não estava armado, viveu situações de tensão, procurou decodificar os códigos, as gramáticas, que são próprias, evidentemente, a cada comunida-

de, visitou essas casas e levou espectadores ou leitores de classe média a um encontro que era inusitado. Isso, então, franqueou, de certa maneira, trânsitos que estavam travados. Zuenir, performativamente, não só descreve o que isso poderia ser, mas realiza, o que é extremamente importante.

Naquela época, vivíamos, então, uma série de possibilidades e com o entusiasmo de que, franqueada a liberdade, nos organizaríamos e seríamos capazes de ocupar esses espaços democráticos e as novas instituições, para além delas, aquém delas, dinamizando a mobilização social e avançando na direção de redução das desigualdades e na radicalização do processo de democratização. Havia essa expectativa e uma certa confluência. Inclusive os setores que eram céticos em relação à possibilidade de construção institucional da democracia haviam não só construído o Partido dos Trabalhadores, mas passado a participar das lutas institucionalizadas desde então.

Assim, tínhamos movimentos populares, segmentos das esquerdas e mesmo setores mais críticos e mais céticos em relação às possibilidades da democracia burguesa liberal, de alguma maneira, se dispondo a compartilhar essa aventura, o avanço democrático na direção de conquistas populares com mobilização social. Vocês imaginem tudo isso com mais uma pimenta muito excitante e entusiasmante que era a liderança do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, na campanha contra a fome. O Itamar Silva, liderança permanente das lutas democráticas e populares no Rio de Janeiro, referência para todos nós, já estava lá e ao lado de Betinho, que parecia um personagem fora de todos os elencos, não é, Itamar? Porque, a despeito de suas convicções políticas muito bem fundamentadas, ele voltara do exílio, tendo vivido suas vicissitudes, a luta na resistência contra a ditadura, e apostava na sociedade civil. Rubem César vinha de um segundo exílio, ressaltando sempre a sociedade civil e os potenciais extraordinários que proviriam não necessariamente da política organizada e institucionalizada, mas da efervescência criadora da sociedade civil.

E onde é que nós estávamos? No Rio de Janeiro, que era muito suscetível aos impulsos, apelos, seduções, cantos de sereia, mas também a entusiasmos. Nós já éramos, e continuamos a ser, uma

sociedade – e não vou usar o termo “gelatinosa” para me referir ao filósofo Antonio Gramsci – muito mais marcada pela informalidade e pela inorganicidade do que São Paulo, por exemplo, uma sociedade industrial por excelência, não por acaso o berço do Partido dos Trabalhadores, em que os sindicatos e as associações referentes às relações trabalhistas predominavam.

Aqui tínhamos muitos problemas derivados da informalidade e ainda os temos. Mas também éramos privilegiados pela inorganicidade, porque, de certa maneira, ela é o paraíso do voluntarismo e do espontaneísmo. Pagamos um preço tremendo, porque espontaneísmo e voluntarismo significam muita energia investida, mas pouca persistência, além de descontinuidade, frustrações relativas às expectativas não cumpridas e às promessas adiadas; uma irregularidade na própria sequência das lutas populares.

Tínhamos aqui a possibilidade de pôr na rua um milhão de pessoas pelas Diretas Já, de sermos o berço, a fonte da campanha contra a fome com muita energia. Tínhamos a capacidade, então, por que não, de unir a sociedade contra a violência e contra as desigualdades para reduzir os efeitos da cidade partida. Quem sabe, pensando até no título do belo livro “Cidade Cerzida”, de Adair Rocha, de começar a cerzi-la, a costurá-la, a reconfigurá-la de um modo mais democrático.

Esse era o pano de fundo, o clima, o grande espírito. Em São Paulo, talvez fosse difícil que alguém bem-intencionado da sociedade civil ligasse para o dono do maior sistema de comunicação do país e dissesse: “Vamos sentar em torno de uma mesa? Eu vou chamar algumas pessoas, e a gente pensa junto”. E reuniu o presidente da Associação Comercial, da Federação das Indústrias, artistas, esportistas, intelectuais, jornalistas, sindicalistas, para sentar ao redor de uma mesa com o Betinho, o Rubem.

Mas era para pensar o quê? Qual era a pauta, a agenda, a representatividade? Quem é que está sendo escolhido? Segundo quais critérios? Essas perguntas não se faziam. Elas não existiam. Hoje isso é absolutamente inconcebível, não seria possível, mas tampouco me parece que em São Paulo fosse concebível que, sem agenda, sem pauta, com telefonemas de boas intenções e de pessoas angustiadas, a gente pudesse reunir aquele pessoal todo.

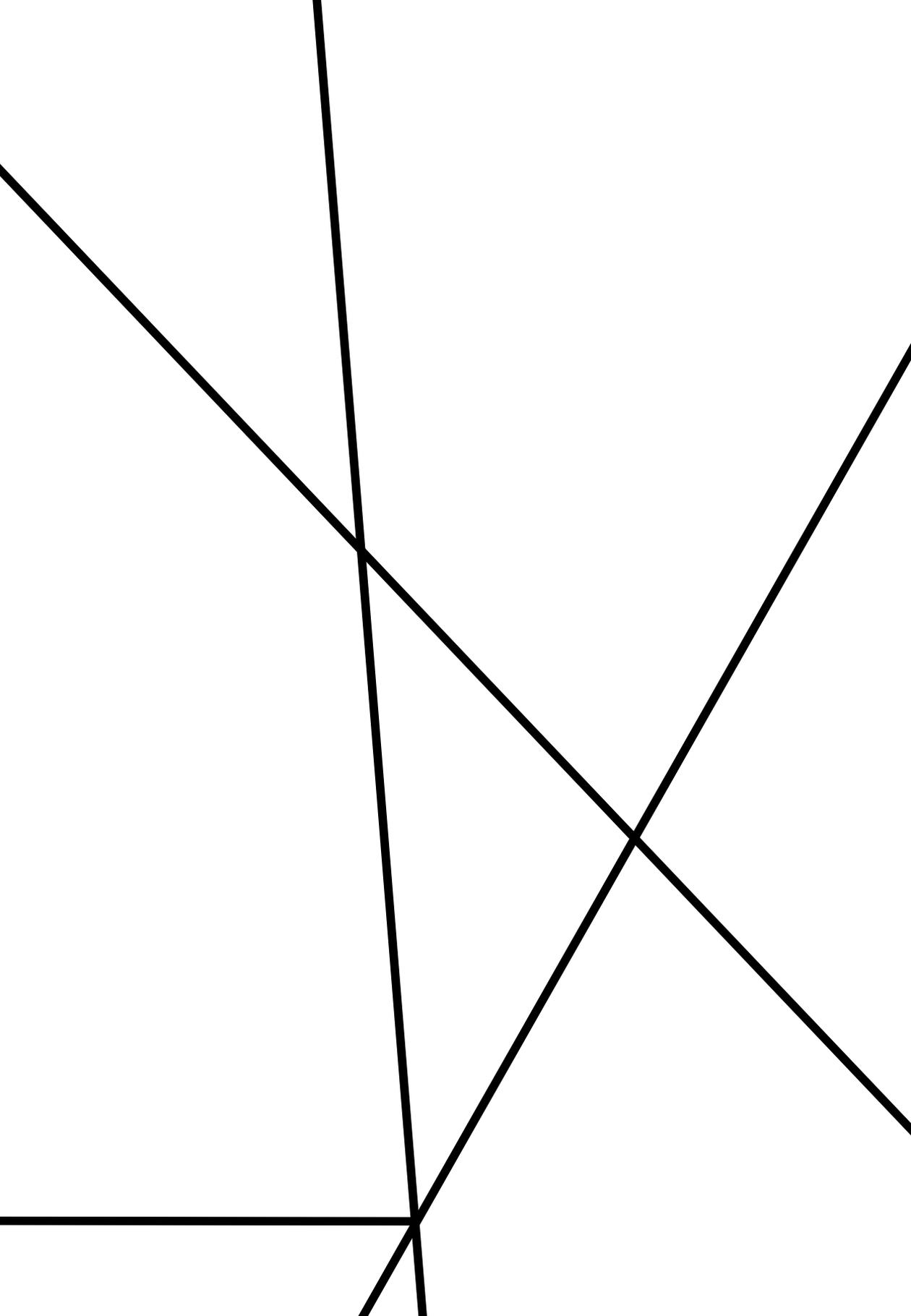
Quando se tem a oportunidade de reler o “Cidade Partida”, vemos a descrição dia a dia da construção desse movimento, que acabou se consolidando no Viva Rio, um desdobramento da campanha contra a fome do Betinho, com o Rubem César, o próprio Betinho, o Itamar Silva, o Caio Ferraz, o Manoel Ribeiro, com muita gente que se dispôs a investir na mobilização da sociedade, mesmo sem projetos muito específicos. Havia uma espécie de criação de uma reserva de energia para investir em políticas construtivas, algo que fosse democrático e com ampla participação, para se superar o “bandido bom é bandido morto”, superar essas visões arcaicas e completamente equivocadas.

Se vocês tiverem a oportunidade de darem uma lida no livro “Cidade Partida – 30 Anos Depois”, que vai ser lançado amanhã, eu conto no artigo “Crônica das Oportunidades Perdidas” o final dessa história, que acabou sendo frustrante. No final das contas, acabamos dispersando essa energia incrível que começou a ser acumulada, e eu me permito sintetizar a razão principal, a meu juízo.

Agora é o momento do ultraindividualismo que emerge do mercado, entregue a si mesmo. Esse é o momento mais selvagem, mas que trará consigo a potência do crescimento e as favas com os escrúpulos de consciência, com as nossas crenças na compaixão, na empatia, na solidariedade. Este é o momento do salto para um capitalismo que possa, de fato, ser vigoroso, e isso significa o sacrifício desses valores em nome dos quais a Constituição foi consagrada e celebrada. Essa partição acabou rompendo a unidade possível, fazendo água. Nós perdemos a energia, e, naquele momento, a oportunidade acabou sendo perdida. Mas vale a pena conhecer os detalhes que estão no livro do Zuenir. Obrigado.

SILVIA RAMOS

Agradecemos as participações de vocês!



MESA 4

[27 DE AGOSTO DE 2024]

CULTURA: A PONTE ENTRE OS DOIS RIOS?

EM PELO MENOS TRÊS CAPÍTULOS DE “Cidade Partida”, Zuenir Ventura escreveu sobre a surpresa que teve ao conhecer a cultura produzida em Vigário Geral. Logo no capítulo 1, “Vigário In Concert Geral”, ele menciona que conheceu Caio Ferraz, do Movimento Comunitário de Vigário Geral (Mocovige), e que ele estava preparando a festa da noite, de mesmo nome. Relatou ainda o momento em que Caio o apresenta ao muro que separava Vigário de Parada de Lucas, em guerra havia dez anos.

“São dezenas de furos de balas – alguns, do tamanho de uma bola de gude; outros com a circunferência de uma bola de pingue-pongue. Caio e seu grupo resolveram transformar o muro em símbolo, fazendo de cada um dos buracos uma flor colorida desenhada a lápis, saindo todas de uma pistola empunhada pelo beatle Ringo Starr. A obra é um mural naïf tendo como epígrafe uma frase de Bob Dylan: ‘Quantas mortes ainda serão necessárias para que se saiba que já se matou demais?’”, escreveu Zuenir.

No capítulo 6, “O Bonde do Mal Chega à Zona Sul”, Zuenir cita o DJ Marlboro, que estava “tentando fazer com o funk o que outros, como Paulinho da Viola, fizeram com o samba”, comentando sobre as pessoas que construíam “uma ponte cultural entre os dois Rios”, com a “facilidade de quem não acredita em fronteiras artísticas”.

No capítulo 14, “O Funk no Templo da Alta Cultura”, Zuenir contou sobre o workshop organizado por Manoel Ribeiro no Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ: “Galeras: uma manifestação cultural? Uma ameaça? Um problema da cidade?”, que teve a participação de DJs do funk, das pessoas mais diversas, inclusive, do prefeito na época. E provocou o comentário de Zuenir afirmando que o evento rompeu barreiras como o preconceito e o estigma, deixando de ser tratado apenas como um caso de polícia, “sendo recebido em um salão onde outrora só entravam o saber acadêmico e a alta cultura”.

Nesta mesa, Isabella Rosado Nunes propôs a Juju Rude, Luciano Vidigal e Moira Braga olharem para as “fronteiras artísticas” a que

Zuenir se referiu, em especial as experiências e projetos que criaram pontes na cidade do Rio de Janeiro, novos fluxos de pensamentos e pessoas, estimulados também por uma pauta social que, necessariamente, destaca e impõe a diversidade na produção, na criação e na representação cultural. As convidadas e o convidado também comentaram sobre a cena cultural em suas áreas de atuação: na música, no audiovisual e na dança, sob a perspectiva da criação por parte dos artistas com deficiência.

MEDIAÇÃO

ISABELLA ROSADO NUNES, jornalista, escritora e diretora da MINA Comunicação e Arte

CONVIDADAS E CONVIDADO

JUJU RUDE, rapper, militante do movimento hip hop, “líder comunitária em desenvolvimento” e que sonha em ser socióloga. Moradora de Parada de Lucas, é uma das artistas de maior destaque da comunidade. Filha de nordestinos, conta que os pais investiram em sua educação, tendo sido sempre incentivada à leitura de livros.

LUCIANO VIDIGAL, cineasta e ator, integrante do Grupo Nós do Morro desde 1990. Foi o primeiro cineasta brasileiro oriundo da favela a ganhar prêmio internacional, com o seu filme “Neguinho e Kika” (2005), no Festival de Marselha, na França. Já atuou em mais de 40 filmes. Roteirizou e dirigiu um dos episódios do longa-metragem “5XFavela” (2010), que abriu o Festival de Cannes e foi produzido por Cacá Diegues. Em 2024, com o filme “Kasa Branca”, coprodução Globo Filmes e Telecine, venceu no Festival do Rio o prêmio de Melhor Direção de Ficção.

MOIRA BRAGA, mãe, mulher cega, atriz, bailarina, performer, preparadora de elenco, roteirista, jornalista e consultora de audiodescrição em conteúdos artísticos. Mestre em Dança pela Universidade Federal da Bahia.



ISABELLA ROSADO NUNES

A mesa “Cultura – A Ponte entre os Dois Rios?” encerra o primeiro dia do seminário. Convido para estar conosco Juju Rude, artista e rapper de Parada de Lucas, que, para o livro de autoria coletiva “Cidade Partida – 30 Anos Depois. Reflexões sobre a obra de Zuenir Ventura”, fez uma entrevista com o DJ Marlboro e o produtor Anderson Sá; o diretor de cinema Luciano Vidigal e a atriz e bailarina Moira Braga. Agradecemos a vocês por estarem aqui hoje.

Esta mesa reúne muitos afetos recentes. E o livro nos aproximou ainda mais, pelas questões que nos interessam e que vimos discutindo em diferentes ambientes. Nossa conversa será inspirada por, pelo menos, três capítulos do livro “Cidade Partida”, de Zuenir Ventura.

Propomos, então, à Juju Rude, ao Luciano Vidigal e à Moira Braga olharem para essas fronteiras artísticas a que Zuenir se refere: experiências, projetos que criaram pontes na cidade do Rio de Janeiro, novos fluxos de pensamentos e pessoas, estimulados também por uma pauta social que, necessariamente, destaca e impõe a diversidade na criação, na produção e na representação cultural.

Será que conseguimos, nesses anos, sobrevoar por essas “fronteiras artísticas”, entendidas poeticamente como linhas imaginárias? E que fronteiras reais nos impedem de continuar ou de começar a sobrevoar por elas? Juju Rude, é com você.

JUJU RUDE

Vou fazer um pouco diferente aqui, galera, e vou me apresentar assim (Juju se levanta e apresenta um rap de sua autoria):

Mas quem diria? Tô ganhando dinheiro porque eu sou cria. Deu a lógica, aceita que a favela é mídia. Que Deus me proteja da polícia e dos playboys que tão na pista. Querem tirar minha vida, querem ter minha vida, tô sempre na mira. Um favelado contra mim tá dando um tiro na testa. Essa rima eu repeti, não quero ver ninguém na merda. É que eu tenho mal de cria, eu sou minha favela à vera. Do tipo

não sei de nada e pra polícia tudo nega. Dou meus papos de futuro e não é cantar à capela. Lembrei dos que já se foram e até acendi uma vela. Se o assunto é facção, eu vou ficar em outra cela. Queria que ser mulher fosse mais fácil, quem me dera. I'm a lady, I'm not a man, MC is my ambition, cheguei pra acabar com quem se acha bambambã. Eu não ando com trapper, eu não sou a puta das vãs. Se esses manos são gênios, mina, eu sou o Aladdin. Black, black roses no meu jardim, ninguém entende que a favela chega longe no passin, igual minha casa é só família e equipe no camarim. E que Deus me proteja dos meus inimigos, se Ele é pela gente quem for contra tá fudido, e me liberte dos vícios, nos livre da bala perdida, e que nunca falte pão e rima, que eu nunca perca minha moral de cria, que meu som seja trilha sonora e também caminho pra quem se inspira, porra! Fogo na Babilônia, fogo nos racistas. Não sou leão de Judá, mas já tenho minhas conquistas. Avisa lá pro Bob Marley que essa mulher não chora. Eu sou uma alma rebelde e isso você vê por fora. E pra quem tá falando mal, vou deixar meu ponto de vista. Isso é coisa, mas isso é coisa feia. Pra quem tem marra de brabo, mas tem mancada na pista. Isso é coisa, mas isso é coisa feia. E hoje eu tô o quê? Tô ganhando dinheiro porque eu sou cria. Deu a lógica, aceita que a favela é mídiã. Que Deus me proteja da polícia e dos playboys que tão na pista. Querem tirar minha vida, querem ter minha vida, tô sempre na mira.

Bem, galera, eu sou a Juju Rude, nasci em Parada de Lucas. Tive um pai mestre de capoeira e uma mãe que me incentivou muito a ler. Houve uma geração em que a capoeira foi muito importante nas favelas, na periferia, como uma forma de letramento racial. Isso me ajudou bastante a ser a pessoa que sou hoje, e a estar aqui. Da capoeira, tive a oportunidade de fazer parte do AfroReggae, organização social localizada em Vigário Geral, onde me formei em locução, na época em que existiam os programas “Conexões Urbanas” em várias rádios. Eu apresentava o programa na Rádio da Furacão 2000 e também na MPB FM, na Oi FM, na Roquette Pinto. E aí, desse

trabalho de locução, eu tive a oportunidade de trabalhar na sede do AfroReggae, no estúdio Red Bull Favela Beats, na equipe de coordenação. Foi uma experiência incrível, porque eu pude receber desde o Afrika Bambaataa, cantor e ativista norte-americano, que é um dos criadores do hip hop, movimento do qual faço parte, até um outro extremo, tipo o presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Lá, a gente recebia vários tipos de pessoas.

O AfroReggae também foi fundamental para a minha vida, para eu entender e aprender sobre as questões sociais. Porém, esse caminho, ao mesmo tempo que vinha da favela, me afastou um pouco da própria favela. Por conta dessa doutrina de que a gente tem que ganhar o mundo e tudo o mais, havia algumas restrições: a gente não podia ser visto ali com algumas pessoas que poderiam ser do “movimento” (tráfico de drogas), para não pensarem que fazíamos parte e, também, não podia ter o lance de apologia às drogas... Ao mesmo tempo que eu estava fazendo essa trajetória no AfroReggae, comecei a me dedicar à carreira artística, como rapper. Fiz a abertura de shows dos Racionais, fiz dois trabalhos com o cineasta norte-americano Spike Lee, tive a oportunidade de fazer trabalhos com o Caetano Veloso e saí em matérias na imprensa, desde a revista Vogue até o jornal Meia Hora.

Estava tudo indo muito bem até o momento em que eu percebi que ninguém na minha favela me conhecia, e aí eu vi que estava fazendo alguma coisa de errado com relação ao hip hop. Porque o hip hop é isso, é a união, é você movimentar a sua área, trazer informação, dividir conhecimento, principalmente com “os seus”. Eu percebi que estava totalmente por fora, que a galera não estava sabendo o que eu estava fazendo, não ouvia as minhas músicas. Então, parei para pensar: “Pô, como é que eu vou fazer pra essa galera se identificar, ouvir meu som? Pô, eu tenho que falar a linguagem da minha favela”. E tem essa questão de que a linguagem da favela é o quê? É a narcocultura, né, galera? Tipo as gírias que nós usamos. Uma favela que tem uma facção tem um tipo de gíria, e uma favela que é de outra facção tem outro tipo. Acabei, assim, indo para esse viés, para conseguir me aproximar das pessoas da minha comunidade e implantar novas vontades e novos interesses.

Aí, esbarrei com a seguinte questão: existe uma facção que é pop e não é a facção que atua na minha comunidade. Ao mesmo tempo que a minha ideia estava funcionando dentro da minha favela, de poder trazer cada vez mais a galera para a cultura, gerar mais curiosidade sobre o que eu estava fazendo, de mostrar que existiam outras possibilidades, eu também recebi um certo tipo de represália do trap, que é a música do momento. A galera se incomodava pelo fato de eu “falar” a Parada de Lucas nas minhas músicas, do fato de eu usar gírias que a gente usa no dia a dia. Infelizmente, vocês vão perceber que eu falo muito mais “a gente” do que “é nós”, porque é da nossa cultura, eu moro lá, eu vivo lá, então não tive muito como fugir disso.

E eu estava bem desmotivada, bem pensativa, falando: “Pô, e agora? A galera não está entendendo que o que estou fazendo tem uma forma, intenção política, porque quero mostrar para o Rio de Janeiro e para o Brasil inteiro que favelado é tudo igual”. Todas as favelas são iguais, independentemente de facção. Desculpe o linguajar, mas é a mesma merda. Passamos pelos mesmos problemas, é a mesma violência. Comecei a usar isso, a insistir nessa questão, mesmo sendo hostilizada, às vezes, e tendo as portas fechadas por conta disso. Comecei a usar isso mesmo de forma política, mostrando que eu existo, a nossa favela existe, entendeu?

Aqui, mano, as pessoas vivem igual. As pessoas em Parada de Lucas vivem igual às do Complexo do Alemão, entendeu? Cito essas duas porque são favelas com facções rivais e têm essa proximidade.

Nessa minha caminhada de mostrar para as pessoas que é tudo igual, também tenho uma militância. Fui percebendo que muitas pessoas ainda não têm um letramento e não se reconhecem como negras, como afrodescendentes, lá dentro da favela. Infelizmente, essa questão da intolerância religiosa também atrapalhou muito isso. As próprias pessoas faveladas veem como sendo pejorativo serem chamadas de faveladas. E aí eu tento compartilhar um pouco do que eu aprendi nessa minha caminhada.

Para quem não sabe, favela é uma árvore, pé de favela ou faveleira. Essa árvore foi vista pelos soldados, no final do século XIX, na Guerra de Canudos, que foram enviados para fazer aquele mas-

sacre. Quando eles voltaram para o Rio de Janeiro, ficaram num quartel do Exército, esperando as bonificações de heróis de guerra. Porém, levaram um calote do governo da época e, então, eles subiram a Providência, que hoje a gente conhece como Morro da Providência. Eles acharam o local parecido com o Morro da Favela, lá em Canudos, na Bahia. Favela, favela, favela, e assim esse nome “pegou” nas comunidades de favela. Então, ser chamado de favelado é ser comparado a uma árvore forte, que dá fruto, rico em nutrientes, que dá flor e ainda tem espinhos. Acho que não devemos ter vergonha de sermos chamados de favelados.

Ainda assim, eu estava muito desmotivada e não sabia da existência do livro “Cidade Partida”. Não havia chegado ao meu conhecimento. Eu conheci o livro ao receber o convite para a entrevista que está no livro “Cidade Partida – 30 Anos Depois”. E, quando li o livro, foi muito motivador. Posso dizer que dei uma respirada, pude ressurgir de novo e continuar tendo orgulho da minha favela, por saber que existiu o Caio Ferraz, que havia ele ali antes da minha geração, antes de outras pessoas que eu pude conhecer ao longo da vida. Eu pude me reconhecer, ver quem eu sou agora e quem posso ser futuramente, sabendo que existe uma pessoa como ele, que veio do lugar de onde eu venho. Então, para mim, é muito emocionante poder estar aqui hoje e mostrar para vocês que Vigário Geral, Parada de Lucas e Cidade Alta não são só violência, só o tráfico, e que existem outras pessoas lá também que são brilhantes.

Inclusive, vou aproveitar a oportunidade para fazer um convite a vocês, porque essa movimentação me inspirou a fazer o meu próprio seminário lá na favela, no dia 29 de setembro, na Casa de Bambas, uma ONG que fica mais para o lado da Cidade Alta, na Estrada Porto Velho, um projeto social, um espaço de resistência afro-indígena. O líder é o mestre Jagunço, um indígena. Eles me cederam um espaço para eu poder fazer atividades como a Aulas e Palestras, que eu já realizei duas vezes. Táí uma gíria que a gente usa na favela: aulas. Tudo o que a gente acha que é maneiro, a gente chama de “aulas”. E, quando é muito bom mesmo, a gente complementa: “aulas e palestras” ou “aulas, palestras e faculdades”.

ISABELLA ROSADO NUNES

Obrigada, Juju. Vou passar a palavra para o Luciano Vidigal e depois a gente pode comentar outras fronteiras que você mencionou.

LUCIANO VIDIGAL

Boa-tarde, agradeço o convite da Isabella, da Elisa e do Mauro. É importante estar aqui compartilhando com vocês a minha voz, a minha experiência afetuosa. Esse tema é muito profundo. Quando o convite veio, veio com muito carinho, mas fiquei pensando sobre o que falar hoje, pois isso mexe em muitas coisas que trabalho na minha terapia.

Como a Juju, vou me apresentar: eu sou cria do Nós do Morro, um grupo que existe no Vidigal há 38 anos, que tem um trabalho de arte, com a premissa de dar acesso a quem precisa e, consequentemente, transformar vidas por meio da arte. Hoje, me sinto uma pessoa viva por causa da arte. O Mano Brown cita que ele está “há 27 anos contrariando a estatística”, em um nível físico. Eu falo em um nível de alma. Tem muita gente que não está viva de alma. E eu me sinto vivo por causa da arte.

E aí me lembro de quando tive contato com o livro “Cidade Partida”, de Zuenir Ventura. Eu estava no ensino médio. Naquela época eu via o mundo, mas não conseguia enxergar o mundo. Com a minha experiência no Nós do Morro, há 34 anos, eu passei a enxergar o mundo.

Falar sobre o “Cidade Partida” me faz ir à minha criança; eu vou falar da minha criança, um tema profundo. Eu fui um dos primeiros alunos do Nós do Morro. Hoje estou no mercado; comecei como ator, me tornei cineasta. Um dos assuntos que abordo em terapia é sobre o fato de eu ser uma pessoa que transita, que transita no asfalto, na favela e entre classes. Então, nesse meu trânsito, eu já fiz alguns trabalhos importantes.

Como ator, já fiz 40 filmes e, como diretor, seis filmes, dividindo a direção. Pude também trabalhar na TV Globo durante um tempo, entender essa parte mais mercadológica. Trabalhei também com o Cacá Diegues no “5x Favela”, meu primeiro filme. Eu dirigi um dos episódios, em que eu contei a história do meu irmão, que foi trafi-

cante. Naquele momento em que ele estava no tráfego, uma menina se apaixonou por ele. Ele tinha 15 anos, e ela acreditava que o amor ia tirá-lo do tráfego.

O Cacá me convidou após conhecer o filme “Neguinho e Kika”, que escrevi em 2000, enquanto estudava cinema no Nós do Morro. O ano 2000 foi muito importante para os cineastas oriundos das favelas, com o surgimento da tecnologia digital, com a internet chegando ao mundo e Gilberto Gil como ministro da Cultura, criando os Pontos de Cultura. O “5x Favela” abriu o Festival de Cannes.

As favelas são mundos importantes para se falar, mundos onde esse meu corpo transita. Mas, até hoje, tenho muita dificuldade de me sentir pertencente à cidade do Rio de Janeiro. Quando falamos de “Cidade Partida”, lembro que o livro trazia essa coisa de pertencer à sua cidade. E de onde vem isso de ter dificuldade de me sentir pertencente à cidade? Do atravessamento do racismo e da violência.

Por isso que eu digo que o tema é profundo. E o que me faz pertencer a essa cidade é a arte. Vou falar de uma experiência muito louca: de quando eu entro em uma loja e um segurança começa a me seguir, achando que eu vou roubar, mas estou indo consumir. O olhar dele é muito violento. Esses muros que atravessam a gente nessa cidade são imaginários. Acontece de o segurança começar a me seguir e, depois de um tempo, falar: “Você fez aquele filme, né?”. Só aí eu relaxo, meu corpo se transforma, minha postura também.

Olhem o que a arte fez comigo! A arte me cura também no lugar dessa dor de tentar ser pertencente a essa cidade. Até hoje, e eu trabalho isso na terapia, tenho medo dos olhares, mas consigo enfrentar melhor essas situações. A arte me deu esse poder, essa força de poder enfrentar. Penso na simbologia do Sankofa, que é você revisitar o passado para transformar o futuro.

Eu sou cineasta, trabalho com imagem, e eu tenho a função, além de tudo, de humanizar as imagens que o audiovisual brasileiro massacrou, que envolvem o meu povo e o meu lugar. Os filmes e algumas histórias são muito estereotipados, muito incoerentes, e eu, como cineasta, tenho essa missão de humanizar e falar a verdade, de ser coerente com a minha história.

Eu me lembro demais, por exemplo, do Feijão, um menino do Vidigal que é um mototáxi preto retinto. Um dia, eu fui com ele ao Leblon, a gente tinha que comprar alguma coisa no shopping, e eu precisava tirar um dinheiro no Banco Itaú, na Avenida Ataulfo de Paiva. Cara, o Feijão se recusou a entrar no banco. Ele estava com medo de ser travado na porta giratória, de o segurança ficar pedindo para ele abrir a bolsa, porque isso acontecia muito com ele.

Então, essa porta que trava, para a gente, é uma cidade partida, é um objeto de cidade partida. Já se reparte algo ali nesse lugar. É um muro imaginário em detalhes. Esse olhar racista divide a gente. É o que eu falo, é tudo muito complexo em relação ao nosso corpo.

O Rio de Janeiro tem uma característica importante em termos geográficos. Vejam a Zona Sul, por exemplo: eu moro no Vidigal, e o Vidigal está do lado do Leblon; a Rocinha, de São Conrado; o PPG – Pavão-Pavãozinho e Cantagalo – e o Tabajara, de Copacabana; o Dona Marta, de Botafogo. Então, quando você desce, você está ali. Eu desço e estou com os milionários do Leblon. Quando você desce, está perto e longe – estou falando da Zona Sul, porque é o meu lugar, onde eu fui nascido e criado, ali no Vidigal. Então, como trabalhar com esses imaginários da cidade partida? Como combater isso?

Recentemente, saí do Vidigal e fui morar na Gávea. E comecei a observar meu corpo no condomínio onde moro. Eu andava com o corpo encurvado, retraído, pelos corredores de lá. E eu sempre pegava o elevador social. Hoje em dia, consigo ir no elevador de serviço. Aliás, o elevador de serviço é também um outro “objeto” da cidade partida.

Estando ali na Gávea, sentindo o meu corpo ali, fui para a terapia. E a terapeuta falou algo muito interessante: “Quem falou que a Gávea é dos brancos? Quem falou que a Gávea é da classe média? Quem foi que te falou isso?”. “É verdade”, eu respondi. A cidade é minha. Esta cidade é minha. Esta cidade é nossa. Então, é isso.

Claro que a Gávea é um bairro caro. Só que, ao mesmo tempo, o nosso corpo tem que estar nesse lugar. É um corpo de enfrentamento também. Eu recebo críticas de alguns colegas pretos? Recebo, porque a Gávea é agressiva, mesmo, para o corpo preto, favelado. O bairro é agressivo, mas eu tenho que combater tudo isso. Com o tempo, vejo que minha presença é um enfrentamento a esse lugar.

Hoje, a minha relação com a polícia no Vidigal mudou um pouco. Lembro que, quando chegava um carro da polícia lá, nossa!, era um terror, o corpo tremia, era uma espécie de aviso como “vai para casa”. Depois da UPP, o carro da polícia passou a transitar mais lá no Vidigal. Hoje, esse corpo não treme mais.

Nesses dias, eu estava vindo de carro de Nova Iguaçu e escutei uma sirene atrás de mim. Era a Polícia Civil, e eu fiquei preocupado. Na hora, falei pra mim mesmo: “Cara, por que eu estou preocupado com esse carro da polícia?”. Isso até hoje é um questionamento. Faz parte da memória da minha infância, de um menino de 10 anos, preto, que teve que trabalhar para ajudar uma empregada doméstica, que é a minha mãe, com seis filhos. Uma mãe solo, preta, que viveu no interior da Bahia e que desde criança teve um corpo para servir à cidade.

No asfalto, que é o Leblon, que é Ipanema, essa criança da minha memória servia à cidade. Essa criança cresce com um sentimento de inferioridade fincado no corpo, sendo que quer pertencer à cidade. Então, é tudo muito profundo. E é por isso que digo para vocês que a arte salvou a minha vida.

Sobre o símbolo do Sankofa e a ideia de revisitar o passado, se essa criança hoje é um adulto que está vivo e que consegue enxergar esse imaginário e enfrentar a cidade por esses recortes – em que realmente você tem uma polícia com a filosofia do “na dúvida, atire” – , foi porque pude subverter isso através do cinema.

Que dúvida é essa? Eu sou a dúvida. Eu sou preto, se eu estiver de mochila e correr, eu vou tomar um tiro e vou morrer. Então, essa criança que está viva foi a arte que fez isso comigo. Agradeço ao Guti Fraga, que era um jornalista, um cara branco, que subiu a Favela do Vidigal 38 anos atrás e falou que Vidigal para ele era Veneza. Ele falou: “Cara, vou dar teatro para essas crianças”. Ele acreditou na gente, acreditou que a arte tinha um poder. E a arte tem um poder.

O que me faz entender essa ponte complexa é a cultura. Agradeço muito ao Guti e a esse poder que a arte tem na minha vida e na vida de muitos outros que ainda têm uma luta a fazer. Mas sou otimista. Acredito. A arte me deu esse otimismo, e é por isso que eu luto. Essa força vem daí, vem da África. Ontem fui a um encontro em

que o Antônio Pitanga falou: “A gente tomou chibatada, a gente tá aí”. Então, é muita resistência. O meu discurso não é de ódio aos brancos, é no sentido de agregar. Eu acho que a gente tem que se conscientizar, buscar e ter uma relação horizontal.

Quando precisar, a gente vai bater na porta e arrombar a porta. Mas acredito que esses muros são quebrados quando a gente tem esse olhar, essa escuta, essa consciência antirracista e entende que o Rio de Janeiro é muito complexo. Eu sou da filosofia de agregar.

Vou vir de Luther King hoje. O meu corpo apanhou muito, mas eu prefiro agregar, a quem tiver escuta, a quem quiser ter uma relação horizontal com a gente, respeitando nossas diferenças. A diferença entre a favela e o asfalto é cultural. É o que a Juju Rude falou. São as gírias, os dialetos. É cultural. E econômica, óbvio. Então, temos riquezas nas diferenças e queremos uma relação horizontal. Se as pessoas estiverem prontas, vamos, que a gente consegue rediscutir e repensar essa cidade.

ISABELLA ROSADO NUNES

Você falou em muros imaginários, mas citou realidades. E você está estreando um filme este ano, o “Kasa Branca”. Para realizar esse filme, você teve que cruzar muros ou fronteiras?

LUCIANO VIDIGAL

Esse filme é um sonho. “Kasa Branca” é um filme de afeto, preto, jovem, favelado. Ganhei alguns editais, é um projeto antigo. Tivemos uma estrutura para realizá-lo: a produtora TV Zero, a Tacacá Filmes, a Sobretudo Produção, a Cavídeo – um coletivo de produtoras do Rio –, a Globo Filmes e o Telecine. Tivemos uma estrutura para poder contar essa história de afeto.

Eu pude contar uma história que é minha, subverter um padrão. Assim, poder fazer com que ela vá para o circuito e caminhe. Esse filme é autoral e é um sonho. É isso, o filho da empregada doméstica está aí, contando histórias. E isso significa estar vivo.

ISABELLA ROSADO NUNES

Obrigada, Luciano. Moira, querida, passo a palavra para você, para

que nos fale sobre as fronteiras artísticas, as suas pesquisas feitas recentemente e o seu lugar de criação na dança e no teatro.

MOIRA BRAGA

Boa-tarde, gente. Estou muito inspirada com essas falas. Eu ia comentar sobre isso que você falou agora, Isabella, a partir do que o Luciano mencionou sobre as fronteiras ou muros, que não são imaginários, mas são invisíveis e bem reais. E eu estou aqui, representando também uma parte bem invisível da sociedade, que são as pessoas com deficiência. E, assim como acontece com as pessoas pretas e faveladas, ocupamos um lugar político quando estamos onde a sociedade não espera que estejamos. Eu me formei em Jornalismo, em 2000, e o jornalista Zuenir Ventura foi paraninfo da minha turma. Tive acesso ao livro “Cidade Partida” naquela época.

No meio da faculdade, entendi que o jornalismo não era uma coisa para mim. Eu tenho uma doença degenerativa da retina e fui perdendo a visão desde criança. Entrei para a faculdade em 1997 e, naquela época, eu tinha baixa visão, um resíduo visual. E eu percebi que o universo do trabalho era supercompetitivo. Estou me referindo à realidade de redação do jornalismo. Falei, gente, isso não vai dar certo, não tem lugar para deficiente aqui, não. E não tinha mesmo. Talvez ainda hoje não tenha.

Hoje estou com 45 anos e, assim como o Luciano afirmou, a arte também me salvou. Na faculdade em que eu cursei Jornalismo, tinha cursos de dança e de teatro. Mas eu também achava que isso não era para mim, embora quisesse muito. Anos depois, eu me tornei justamente mestre em Dança e atriz. Ou seja, nos campos que eram para eu ter estudado lá atrás. Hoje, tenho mestrado em Dança pela Universidade Federal da Bahia.

E eu quero ressaltar novamente a relação desses lugares que passamos a ocupar, mas que as pessoas não esperam que estejamos neles. Há uma percepção de um universo paralelo que é invisível para vocês, mas que é muito real para a gente.

O capacitismo está para as pessoas deficientes assim como o racismo para as pessoas pretas. O nosso universo de pessoas com deficiência tem tantas camadas, e a gente, muitas vezes, é esquecida

nos movimentos e nas reivindicações por parte dos grupos minorizados. Ocorre que somos a única categoria que está em todos os lugares. Existem pessoas pretas deficientes e LGBTQIAP+ deficientes.

Vou fazer aqui uma provocação. Quero saber como é esse painel que todo mundo elogiou tanto e que está atrás de nós? Alguém pode me descrever?

(nesse momento uma pessoa da plateia faz a descrição do painel, com detalhes sobre texto, fotos e cores, assim como a disposição do layout).

MOIRA BRAGA

Muito obrigada. Na pandemia, todo mundo teve a oportunidade de viver uma experiência: o isolamento, o “não poder sair de casa”, o “não poder se comunicar”. Nós, deficientes, vivemos isso na vida permanentemente. E estamos começando a utilizar algumas expressões, assim como as pessoas se apropriam e se definem como, por exemplo, favelados. A gente também está se apropriando, principalmente os artistas com deficiência, e nos chamamos de “os aleijados”, “os deficientes”, “os *defiça*”.

Estamos fazendo “arte def”, que é um lugar que ocupamos, onde existimos nesses corpos com características ímpares. Na verdade, todos os corpos são ímpares, mas nós trazemos um outro jeito de andar, de caminhar, de se deslocar, às vezes de ter que rastejar, um outro jeito de se comunicar. E aí, na pandemia, foi a primeira vez que refleti sobre esse isolamento: “Ah, agora está todo mundo assim, sem poder sair de casa”.

E o que falar sobre a nossa cidade? Ela é muito hostil com a gente, com os *defiça*. O acesso e o deslocamento são difíceis; são barreiras que existem. Há, ainda, outras mais, como, por exemplo, a barreira do olhar. Como acontece quando as pessoas olham para uma pessoa preta, num ambiente público, e que reforça o racismo, confirmando que ela pode sofrer uma violência a qualquer momento.

No nosso caso, é um outro tipo de violência. Porém, não menos violenta. Porque a violência com a gente, às vezes, é disfarçada de “estou querendo te ajudar”, mas sem perguntar antes se a pessoa precisa de ajuda ou de qual tipo de ajuda. Há também ocasiões em

que as pessoas falam: “Desculpa, é que eu não sei lidar”. O que é muito curioso, porque será que elas não sabem lidar com relação ao outro ser humano ou com a deficiência? Ou é medo? O medo de se ver no meu lugar de pessoa deficiente é que a deixa paralisada e faz com que não saiba lidar?

Estou fazendo algumas provocações, tá, gente? Para que se pense sobre essas questões.

Ainda sobre esse lugar de estar nos espaços onde não esperam que a gente esteja, quero contar sobre quando conheci Angel Vianna, uma grande mestra da dança, das artes do corpo, uma pessoa muito importante, muito grande na minha vida. A minha formação artística foi feita na Escola Angel Vianna, em Laranjeiras, no Rio de Janeiro. E a minha pesquisa no campo das artes é justamente como artista e pessoa com deficiência, mulher cega, no sentido de criar uma arte que tenha acesso, falando de expansão de acesso, e não de acessibilidade.

E o que seria isso? Quando faço meus espetáculos de teatro, de dança, estou o tempo todo pensando em criar uma dramaturgia que esteja incluindo o máximo de pessoas possíveis interessadas ou que possam se sentir contempladas no lugar de público e de plateia. Então, no meu trabalho, estou sempre pesquisando essas ferramentas, que as pessoas chamam de ferramentas de acessibilidade, que são a Libras, o intérprete de Libras, a audiodescrição. O que eu faço é trazer tudo isso para dentro, para a construção da dramaturgia, para os roteiros.

Na minha nova peça, “Hereditária”, parto de uma pesquisa bem pessoal, da minha doença hereditária, mas para falar de outras hereditariedades, desde sociais e políticas a mitológicas. E sempre incluo a Libras e a audiodescrição na dramaturgia da obra.

ISABELLA ROSADO NUNES

Uma vez você mencionou, ao longo de sua pesquisa na UFBA, que a própria sociedade discute muito pouco esse espaço da criação do artista com deficiência e privilegia, por exemplo, nos editais, a acessibilidade do público, como se o deficiente fosse só público, não fosse criador. Eu nunca tinha parado para pensar sobre isso, como acho

que a maioria aqui não deve ter parado para pensar também. Seu último espetáculo, “Entre Nuvens”, já destacava seu espaço de criação.

MOIRA BRAGA

O espaço de criação é um desses lugares em que não se espera que a gente esteja. Porque eu, dentro da realidade de *def*, sou, infelizmente, ainda uma minoria.

Ainda em relação à hostilidade da cidade e cruzando com essa questão da criação, vale destacar que, para ter acesso a formação e, assim, se fortalecer como artista, é preciso que haja acesso às escolas, aos espaços culturais, aos espaços de criação artística. E é difícil conseguir um transporte adequado, um espaço físico onde a pessoa deficiente possa entrar e sair com segurança e acessibilidade e se comunicar bem com quem está ali a recebendo. Então, são muitas, muitas barreiras.

Eu me construí como artista de um jeito radicalmente autônomo e independente, e aprendendo a fazer e a me desenvolver a cada dia, juntamente com meus mestres.

Como ensinar dança para uma pessoa que não enxerga? Acreditam que eu, uma vez, entrei em uma aula de balé, me coloquei na barra, e a professora não sabia o que fazer comigo? E quase nunca sabem, então quase sempre as soluções têm que partir da gente. É uma questão de tentar, de estar disposto a experimentar e aprender juntos. Para isso, é necessário ainda muita força, muita resistência.

Eu sempre fiz projetos autorais, porque dificilmente vão nos convidar a fazer parte de um espetáculo, e existirá sempre alguém que vai dizer: “Não sei como vou dirigir uma atriz cega”. E todos os meus trabalhos artísticos foram por meio de editais.

Recentemente, tive acesso à TV Globo, à novela “Todas as Flores”, do Globoplay, que tinha o tema da deficiência visual. Meu nome surgiu nas pesquisas deles para ser preparadora de elenco e me convidaram para exercer essa função. Eu sou preparadora de elenco antes de ser atriz. A gente vai sempre tentando chegar aos lugares, abrindo frestas. As estruturas já são muito sólidas. Quando a gente tem um outro corpo, um outro CEP, a gente tem

que ir abrindo fissuras nessa estrutura que já é muito sólida e não é para a gente.

E aí eu fui parar lá na Globo com quatro pés atrás, com todos os pés atrás. Pensei: “Que preguiça, eles vão querer que eu ensine a atriz a ser cega”. Minha surpresa foi que não, acabei preparando todo o elenco da novela e entrei para o elenco depois. Às vezes, a gente só precisa de uma brecha para abrir um campo de possibilidades que pode não ser para mim, mas que pode ser para os outros.

Nessa minha experiência em “Todas as Flores”, eu senti isso de “caramba, tem possibilidades!”. E trabalhando no espaço de criação, de que eu gosto muito, e com o elenco, que é a minha praia. Tive muita liberdade, e ninguém, em nenhum momento, questionou sobre o que eu estava fazendo; e eu estava fazendo o meu trabalho.

Foi importante ter furado essa bolha, porque me chamaram de novo para a preparação de elenco da novela “Renascer”, cujas temáticas não tinham nada a ver com deficiência. Isso me mostrou que eu havia feito alguma coisa interessante.

Mas eu não quero que isso aconteça só para a Moira. Que tenham outras, que cheguem outras, que chamem outras pessoas. E que a gente esteja cada vez mais ocupando esses espaços. E não é porque vocês, pessoas normais, estão deixando. Não é sobre inclusão. “Inclusão” é uma palavra horrível, na verdade. Porque a inclusão vem de um lugar de permissão. É como se vocês estivessem me incluindo. Não é isso que a gente quer. A gente quer respeito, espaço.

Me deixa fazer o que eu sei fazer, sabe? Porque eu sei fazer bem. E tem muitas outras pessoas também nessa luta. Nossa luta é muito grande; são muitas faltas e muita ignorância a respeito da deficiência. O contrário da deficiência não é a eficiência. Na verdade, a coisa da deficiência está ligada ao incapaz, por isso essa questão do capacitismo. Esse preconceito de achar que a pessoa com deficiência é incapaz bota um muro violento e difícil para se conseguir transpor.

O poder da televisão é uma coisa realmente muito impressionante. Como ajuda nesse sentido de mudar as relações. Eu fiz um papel pequeno em “Todas as Flores”, mas em um canal com essa dimensão, como a Globo, e agora as pessoas vêm me ajudar para atravessar a rua e se declaram minhas fãs.

Temos que lembrar que, antes, tinha uma coisa meio de olhar a deficiência e não olhar a pessoa. É por isso que foram mudando as nomenclaturas: de portador de necessidades especiais para portador de deficiência e, agora, pessoas com deficiência, para vocês olharem primeiro para a pessoa e não para a deficiência.

E o capacitismo faz com que se olhe com pesar pra gente, que só está vivendo a vida. Se a cidade fosse mais fácil, eu não ia precisar de ajuda para atravessar uma rua. Mas, normalmente, não tem faixa, não tem sinal sonoro. Ou, se tem, os motoristas são enlouquecidos e passam por cima.

ISABELLA ROSADO NUNES

Obrigada, Moira, por compartilhar seus pensamentos e provocações. O Caio Ferraz está aqui conosco no seminário e participa amanhã da mesa que reúne os principais personagens do livro de Zuenir Ventura. Mas queremos te convidar para se juntar a nós aqui. Abrimos essa conversa citando o primeiro capítulo de “Cidade Partida”, do “Vigário in Concert”, que é quando o Zuenir te conhece, quando você estava organizando uma festa.

CAIO FERRAZ

Eu vou contar uma história que ninguém conta, acho que nem o Zuenir chegou a contar no livro “Cidade Partida”. A primeira vez que nós começamos a pensar Vigário Geral, após a chacina, nós éramos invisíveis, ninguém enxergava a gente. Ninguém sabia quem era Caio, AfroReggae, Vigário Geral.

Vigário Geral era um bairro de 200 indústrias, que produzia riqueza, mas vivia imerso nessa ausência imensa do estado. E a primeira coisa que nós fizemos foi na linha do “conhece-te a ti mesmo”. Fomos, de casa em casa, contar quantos moradores existiam e saber quem eram eles. Descobrimos que havia cerca de dez mil moradores em Vigário Geral. Destes, cento e poucos eram ligados ao Comando Vermelho. Eu falei: “Uau! Eu, poeta, sociólogo, não estou enxergando isso. Por quê?”.

E descobrimos dados superinteressantes sobre a existência de pessoas com deficiências visuais, pessoas que não podiam andar

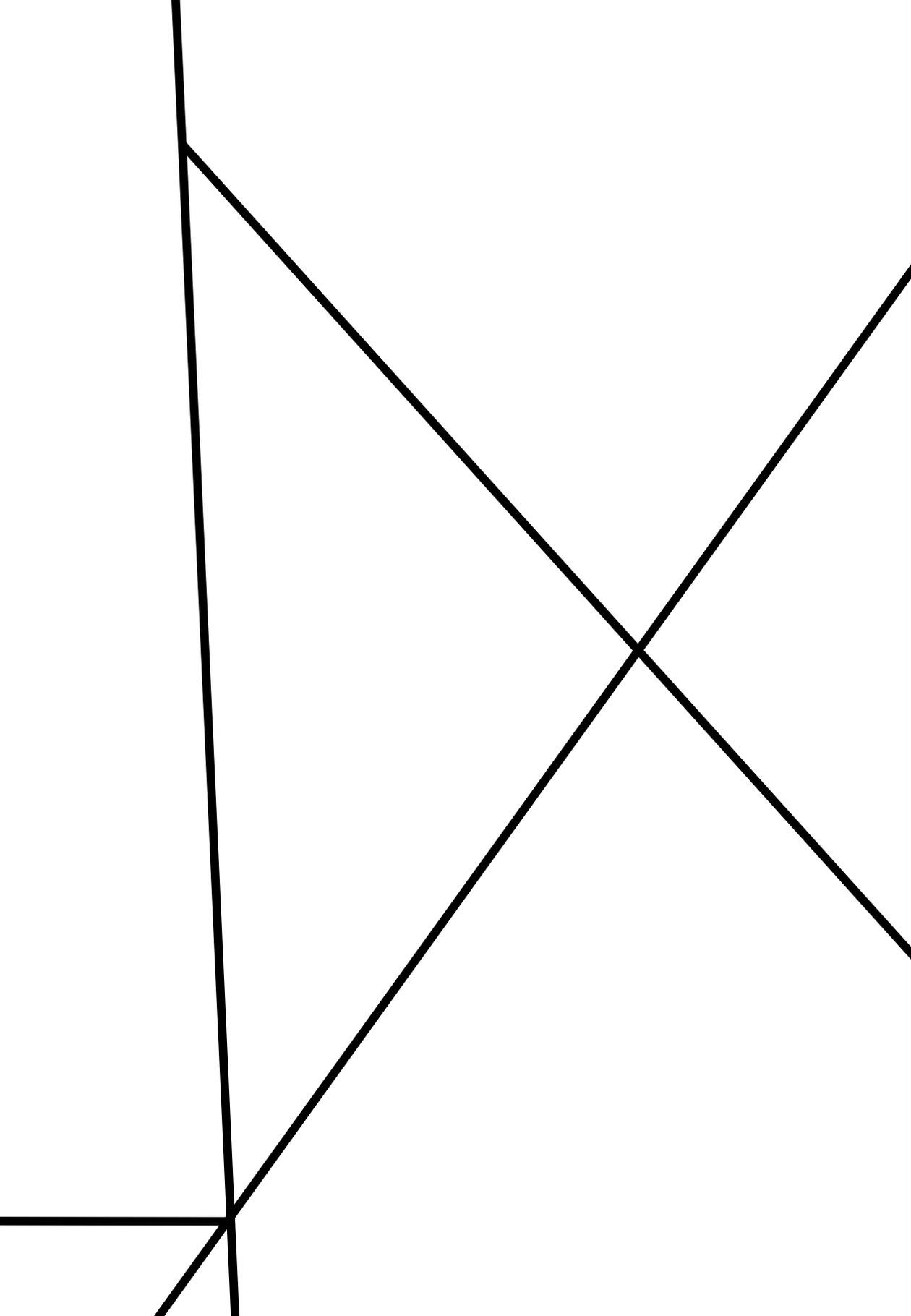
e que viviam dentro das suas casas, no meio do medo, do tiroteio. Ninguém acolhia, ninguém enxergava essas pessoas. Quando veio a ideia do Favela-Bairro, eu fui o cara que brigou por isso, consegui colocar na pauta a urbanização de Vigário Geral e de Parada de Lucas juntos, porque não tem “é nós”, mas “é a gente”, somos todos um só, todo mundoilhado, no meio de um país sem nada, sem esperança.

Nós viemos de um navio negreiro que nos abandonou e nos tirou a alma, deixou um corpo sofrido, marcado pela violência. A cidade foi repartida, não foi partida, ela foi repartida em capitânicas hereditárias em 1534. E a gente não enxergava isso. E até hoje o elevador social é isso. A empregada doméstica é isso. São essas pessoas que não são vistas e não são ouvidas.

Como eu sou poeta, um dia eu escrevi: “Eu rio, tu ris, ele ri, nós rimos, vós rides. E eles? Eles que se ferrem para nos enxergar”.

ISABELLA ROSADO NUNES

Agradecemos a vocês por esta conversa provocativa e inspiradora!



MESA 5

[28 DE AGOSTO DE 2024]

DUAS CIDADES SE ENCONTRAM?

“DUAS CIDADE SE ENCONTRAM” é o título do capítulo 8 de “Cidade Partida”, em que Zuenir Ventura escreveu sobre o início das atividades do movimento Viva Rio e das iniciativas para transformar a casa onde foi assassinada uma família de evangélicos em um centro cultural, a Casa da Paz, cujos objetivos eram os de “desfazer a imagem que associava sempre favela a violência” e “criar uma alternativa para as gerações futuras”.

Zuenir apresentou as pessoas que representavam as mais diversas instituições e lugares da cidade em diversas ações, com destaque para a Campanha Dê umTempo pro Rio, em que a ideia era que a cidade paralisasse suas atividades por dois minutos, ao meio-dia de 17 de dezembro. O documento da campanha dizia: “Vai parar contra a violência. Vai parar para refletir. Vai parar para começar de novo. Para reconquistar sua autoestima e seu alto-astral”. Olhando para a campanha, nesse tempo que passou, observamos que ela não tocava nas questões da desigualdade social e da falta de equidade no acesso aos direitos fundamentais.

Nesta mesa, Eliana Sousa Silva propôs que Rafael Mattoso, Luciana Bezerra e Edson Diniz provocassem reflexões em torno da ideia de que vivemos em duas cidades quando olhamos o contexto do município do Rio, apresentando suas percepções e experiências de viver em um Rio marcado por profundas desigualdades territoriais e de acesso aos serviços e políticas públicas. Uma conversa que teve, como pano de fundo, pensar no possível encontro entre pessoas que vivenciam formas distintas de sentir e experimentar o que significa ser cidadão de direitos numa mesma cidade.

MEDIAÇÃO

ELIANA SOUSA SILVA, diretora fundadora da ONG Redes da Maré, entre outras instituições da sociedade civil no Rio de Janeiro. Curadora e organizadora do Festival Mulheres do Mundo – WOW Rio. Coordenadora do Curso de Especialização em Urbanismo Social,

do Laboratório Arq Futuro de Cidades, do Insper. Catedrática pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP), onde coordenou a cátedra Olavo Setúbal de Arte, Cultura e Ciências. Consultora metodológica de projetos sociais voltados para enfrentamento da pobreza extrema e da exclusão escolar.

CONVIDADA E CONVIDADOS

RAFAEL MATTOSO, professor, autor e historiador, mestre em História Comparada e doutorando da linha de pesquisa em História da Cidade e do Urbanismo pela UFRJ. Colunista da *Veja Rio* e da rádio *Roquette Pinto*. Organizador dos livros “Diálogos Suburbanos: Identidades e Lugares na Construção da Cidade”, “Subúrbios: Espaços Plurais e Múltiplos do Rio de Janeiro” e “Um Grande Méier de Histórias: Heranças. Caminhos e Lembranças dos Subúrbios Cariocas”. Coordenador do *Viradão Cultural Suburbano* e da *Subúrbios Mobilizações Sociais*.

LUCIANA BEZERRA, diretora e roteirista. Cria da Favela do Vidigal, sócia do Grupo *Nós do Morro*, onde se dedicou às artes cênicas e à multiplicação de saberes. Atualmente, é aluna de Letras da PUC-Rio, no curso de Formação de Escritor. Seus últimos trabalhos foram o documentário “7 Cortes de Cabelo no Congo” (2022), que recebeu menção honrosa do Júri do Festival do Rio, assim como melhor documentário no Festival Olhar de Cinema, de Curitiba. E “A Festa de Léo”, que conquistou os prêmios de melhor atriz e menção honrosa no *FESTin Festival*, lançado em circuito comercial em maio de 2024.

EDSON DINIZ, morador da Favela da Maré por 40 anos, é graduado em História pela Uerj, mestre em Educação Brasileira e doutor em Educação Brasileira pela PUC-Rio. Cofundador da *Redes de Desenvolvimento da Maré*, criador do *Núcleo de Memória e Identidade dos Moradores da Maré (Numim)*, tendo publicado dois livros sobre a história da Favela da Maré. Foi professor de História das redes pública e privada do RJ. Coordenou o pré-vestibular comunitário da Maré. É pesquisador do Laboratório de Avaliação da Educação (Laed) da PUC-Rio.



ELIANA SOUSA SILVA

Antes de chamar nossos convidados, quero dizer que, para mim, este é um momento muito emocionante: poder fazer essa discussão, ver este vídeo do *teaser* do documentário, pensar no que o Zuenir trouxe com o livro, há 30 anos. Quando a gente olha para a cidade, a gente vê que, de fato, muitas das questões que ele apresentou ainda estão muito presentes de uma forma profunda, aguda. Por isso, eu estou muito mexida com este momento.

Hoje é o décimo dia de uma operação policial no conjunto de favelas da Maré, no Rio de Janeiro. Eu não poderia deixar de falar sobre isso, porque mobiliza muitas questões objetivas e subjetivas. E estar aqui, na Casa Firjan, em Botafogo, e pensar na discussão para esta mesa é justamente pensar se é possível essa ideia de um encontro na cidade. Convido para esta conversa o Edson Diniz, a Luciana Bezerra e o Rafael Mattoso.

Edson é historiador, doutor em Educação e cofundador da Rede Desenvolvimento da Maré, morador da Nova Holanda. Edson é um grande parceiro. É um prazer estar aqui com vocês. Luciana Bezerra é diretora de cinema e roteirista, formada pelo Grupo Nós do Morro, no Vidigal. Rafael Mattoso é professor, autor e historiador, com destaque para o subúrbio carioca. Rafael também deu aula no nosso pré-vestibular na Maré.

No capítulo 8, “Duas Cidades Se Encontram”, Zuenir conta sobre o início das atividades do movimento Viva Rio – e registro a presença de Rubem César aqui conosco – e das atividades para transformar a casa onde foi assassinada uma família de evangélicos, em Vigário Geral, em um centro cultural, a Casa da Paz, com o objetivo de desfazer a imagem que associava sempre a favela a violência e de criar uma alternativa para gerações futuras. Zuenir cita as pessoas que representavam as mais diversas instituições e lugares da cidade em ações, com destaque para a campanha Dê um Tempo para o Rio.

O Rio está precisando desse tempo de novo.

A ideia era que a cidade paralisasse suas atividades por dois minutos ao meio-dia em 17 de dezembro de 1993. O documento que propunha a campanha dizia: “Vai parar contra a violência, vai parar para refletir, vai parar para começar tudo de novo, para reconquistar sua autoestima, seu alto-astral”. Olhando para a campanha no tempo que passou, observa-se que ela não tocava nas questões da desigualdade social e da falta de equidade no acesso aos direitos fundamentais.

Por pensar nessa provocação que o Zuenir fez no seu livro, sobre essa possibilidade de duas cidades que se encontram, a gente convidou essas três pessoas maravilhosas. Proponho que conversemos sobre o significado desse conceito de cidade partida, o que ele tem de complexidade e o que tem de potência, ao mesmo tempo, para mobilizar pessoas de um lugar que não são as pessoas da favela. Então, para começar, eu convido a Luciana Bezerra para compartilhar suas ideias. Duas cidades se encontram, é possível?

LUCIANA BEZERRA

Bom-dia. Primeiro, queria agradecer o convite para estar nesta mesa e para colocar minhas reflexões sobre o livro que será lançado logo mais. É sempre um momento importante quando eu sou convidada a refletir, porque geralmente sou a pessoa do fazer, sobre a minha trajetória e, em especial, do meu grupo Nós do Morro. Estou bastante nervosa nesta manhã, porque convidei o Guti Fraga, meu mestre e fundador do grupo, e ele está aqui. Falar diante do Guti é que nem falar diante da dona Maria e do seu Luiz, meus pais. Eu sou muito agradecida, viu, Guti, por tudo e por estar aqui hoje, por você ser sempre parte do meu time.

Caramba, eu vi o *teaser* do documentário e pensei: “Luciana, continue esperançosa, se levante esperançosa e vá a esta mesa esperançosa”. Porque eu acredito que o que devo responder aqui é: “Sim, essas duas cidades se encontram”.

Elas têm essa possibilidade se assim a gente quiser, se a gente preparar esse encontro e construir essas pontes. E falo isso porque a minha trajetória foi assim: foi essa ideia que eu ouvi como adolescente, favelada, vidigalense – específico de onde venho porque a experiência do favelado de Vigário Geral é diferente. Eu sei que, nesse aspecto, eu era, nos anos 1990, privilegiada, ainda que no meu coração eu sempre sentisse a favela. Quando você é favelado da Zona Sul e desce do seu morro, sem nenhum tempo de elaborar, cai no abismo, cai na mudança, cai do seu quarto de despejo, como diria minha mestra Carolina Maria de Jesus, “direto para a sala de estar do apartamento de um por andar em Copacabana”.

Isso acontece também, mas de forma diferente, com a pessoa que atravessa a Avenida Brasil, ou a Via Dutra, ou um túnel, e que percebe a mudança. Acho que todo mundo aqui sabe bem do que estou falando. Eu entrei poucas vezes em um apartamento da Zona Sul, mas sei que a diferença é abissal.

Quando eu era adolescente, vi nascer um grupo no Vidigal, o Nós do Morro, a partir de uma ideia do Guti Fraga, que se juntou a mais três mestres: Fred Pinheiro, Fernando Melo da Costa e Luiz Paulo Correia Castro, esse ainda vivo como Guti, os outros dois já falecidos. A eles se juntou uma mulher, a Dona Maria José. E foi fundamental a presença de uma mulher para o projeto ir pra frente: ela botou o projeto pra correr.

Um dia, no Vidigal, fui ver uma peça de teatro. Eu nem sabia o que era direito uma peça de teatro. Antes de começar, o Guti explicava direitinho para a plateia o que a gente ia ver, o que era o teatro, uma coxia, uma ribalta, uma boca de cena. Porque era preciso também, naquele momento, não só formar artistas, mas formar plateia. E eu era parte dessa plateia.

Eu tinha 11 anos de idade, sentei ali e pude me espiar, me sentir como parte da sociedade. Mas também pude ver no palco a mim mesma, em muitos personagens, as que faltavam aula, as que iam para a praia, as que namoravam atrás do muro da escola. Estavam todas lá, as que fugiam pela janela para ir ao baile funk, as que encurtavam a saia. Era como se fosse eu ali no palco para todos os lados, e aquilo explodiu a minha cabeça. A minha e a de uma geração

inteira. Foi no teatro que a gente se encontrou e se ancorou. É por isso que hoje eu posso sentar aqui e dar meu depoimento de artista, de intelectual, porque em algum momento me foi dito: “Você pode, embora seja favelada”.

E, hoje, eu vejo essa plateia do seminário, com a presença de muitos amigos que me formaram ao longo da minha trajetória, que me ajudaram. Porque nesse grupo eu descobri que precisava – e vou usar um termo que ouvi na Feira Tangolomango, criada há muitos anos pela amiga Marina Vieira, uma pensadora social que também está aqui – de generosidade intelectual, um termo que nunca mais saiu da minha cabeça e da minha boca. Eu entendi que eu estava caminhando na vida porque era tratada com generosidade intelectual.

Foi assim que eu me formei. E é assim que hoje, como artista, eu me coloco como multiplicadora de saberes. Porque a minha casa, o Grupo Nós do Morro, que este ano completa 38 anos, só existe porque os jovens que estavam sentados naquela plateia na primeira peça a que eu assisti, e que foram conquistados pela ideia de Guti Fraga, seguiram multiplicando saberes.

Estou com 49 anos de idade e faço a Faculdade de Letras na PUC-Rio, onde ingressei graças a uma bolsa de estudos, realizando um sonho meu e de minha mãe, que está esperando eu me formar até hoje. Todo dia ela me liga pra saber se estou na faculdade. Hoje ela ligou: “Faltou à faculdade, Luciana?”. Falei: “Vou falar numa mesa de um seminário, mãe”. E ela respondeu que seria melhor eu estar na universidade.

Então é isso, meu povo. É uma luta todo dia, mas acredito que é nesse lugar, da esfera da generosidade intelectual, da cultura, onde a gente se encontra. Quantas vezes eu encontrei você, Eliana? E você está aqui hoje. Estamos aqui juntinhas. Você não desistiu, eu não desisti. Nós não desistimos.

ELIANA SOUSA SILVA

Luciana, você pode nos falar sobre o seu processo de reflexão e escrita para o artigo que escreveu para o livro “Cidade Partida – 30 Anos Depois”, olhando esse tempo que passou e a ideia de Zuenir Ventura de cidade partida? Como isso toca você?

LUCIANA VIDIGAL

Eu tinha 20 anos quando Zuenir Ventura lançou o livro. Nossa, se passaram 30 anos; é tempo pra caramba. Eu me sentia a própria criatura que vê a cidade, mas que está do outro lado da cidade. Eu estava do outro lado do muro, do muro que ninguém atravessa e de onde não podia ser vista. E isso foi muito forte. Foi um momento em que percebi que havia barreiras e que eu teria que ser mais forte do que elas. O livro trouxe essa sensação para mim, claramente.

E você, Eliana, começou a discutir essas questões, porque antes ninguém falava sobre isso. A gente só era seguido pelos seguranças nas Lojas Americanas, mas ninguém estava falando sobre isso. Foi como preta, mestiça e favelada que atravessei esses 30 anos de cidade partida. E, quando tinha que atravessar a “ponte” da cidade, o preconceito ficava muito evidente; o preconceito era jogado na cara o tempo inteiro. Enquanto eu estava dentro do meu quilombo, onde era todo mundo igual, eu nem percebia isso.

A gente está falando de uma geração dos anos 1990, que em um primeiro momento precisava se afirmar como “favela”. O Vidigal é uma favela muito mestiça, de negros e nordestinos, embora eu também não veja nordestinos como brancos.

Acho que a gente ganhou a cidade. Por um lado, me sinto uma privilegiada, porque certamente aqui tem muita gente que não foi a uma favela, que nunca subiu numa favela. Eu subi em várias, entrei em várias, porque me sinto pertencente a elas. No entanto, eu vou também à Barra da Tijuca, a Ipanema, venho a Botafogo.

Então, não temer o que a cidade teme foi bom para mim, me ajudou. Me ajudou em minha trajetória. Mas, pensando bem, é mentira que eu não temo, tá, meu povo? É mentira que eu não temo, com um filho de 18 anos, que sobe e desce o Vidigal, um Vidigal que viveu em 2018 os horrores do governo de Wilson Witzel. Ainda assim, eu quero ficar lá, gosto de estar lá no meu território, de gritar de dentro do meu território para o mundo.

Eu me sinto com uma missão, sou uma pessoa cheia de missões. A minha irmã fala pra eu descansar. Eu respondo que não posso descansar. Nasci com a espada embainhada. Quando vejo a tristeza, quando vejo tacarem pedra no meu território, quando vejo muita

violência, me sinto na missão de ser a pessoa que diz, em diversos lugares, que a favela é muito mais do que a guerra ou o tráfico.

A favela sou eu, é o Guti, é o Marcelo, são todos os meus amigos, toda a arte que vem, que provém da favela, toda a força favelada. A favela é o Brasil que é carregado pelos seus trabalhadores e, no Rio de Janeiro, nós sabemos onde eles estão: nas favelas. Então, a favela é muito mais do que a guerra ao tráfico. Não posso permitir que o audiovisual, a literatura e a música coloquem a favela apenas nesse lugar. E é por isso que eu tenho trabalhado. Para ver isso mudar e acontecer.

ELIANA SOUSA SILVA

Bom, acho que a Luciana traz uma questão interessante, que é quando a gente pensa na cidade, nessa clássica divisão Sul e Norte, e com a Zona Oeste incluída, ampliando percepções e outras questões objetivas e subjetivas nesse viver, nesse sentimento de estar nessa cidade.

Ela comenta sobre as favelas que estão dentro da Zona Sul, e em uma perspectiva de desigualdade. Quando a gente pensa nas próprias favelas, a gente tem percepções e sentimentos diferentes de como é estar na cidade.

Vou passar a palavra para o Edson, para ele dar o recado dele. Obrigada, Luciana.

EDSON DINIZ

É um prazer e uma honra estar aqui com vocês. Quero dizer da importância que este seminário tem para a cidade, principalmente porque o formato que ele adota é muito interessante, de ouvir e misturar as vozes da cidade inteira, não somente de uma parte do Rio.

Cito uma provocação feita pelo poeta Mário Quintana, que é a seguinte: “O passado não reconhece seu lugar, porque ele está sempre presente”. Acho que é um pouco do exercício que vocês propõem para nós, aqui, e acho que está expresso no livro que vai ser distribuído, que é o exercício de olhar para a cidade, para o passado que, na verdade, ainda é presente.

A discussão sobre favela tem 130 anos se considerarmos o Morro da Providência, o antigo Morro da Favela, que foi a primeira favela,

o primeiro conceito de favela, embora já tivessem, antes disso, alguns outros lugares na cidade que já tivessem configurações faveladas. Mas o Morro da Providência ficou marcado como a primeira favela, e acho que ele é simbólico porque expressa, na verdade, uma prática que a cidade vai ter ao longo da sua construção.

Se pensarmos a cidade do Rio, percebemos que ela não é construída para o encontro entre iguais, e vou tentar provar essa minha tese para vocês. Não estou falando mal do Rio, não, pelo amor de Deus. Pelo contrário, eu adoro esta cidade. Sou paraibano, mas adoro o Rio de Janeiro. É daqui e é da Favela da Maré que eu olho o mundo.

Já rodei algumas cidades do mundo, mas a minha referência é sempre o Rio, é sempre a Maré, é sempre com esse olhar a partir daqui. Então, adoro a cidade, não quero que ninguém fale mal dela, mas acho que a gente precisa refletir sobre a provocação que é feita no seminário e que o próprio Zuenir Ventura faz, fantástica e magistralmente, e nos chama para fazer essa reflexão mais crítica.

Olhando para a nossa História, percebemos que a cidade não foi construída para ser uma cidade de iguais. Se a gente pensar em alguns grandes marcos históricos do Rio que nos constituem e que constituem a identidade do Rio de Janeiro, a gente vai ver esse processo claramente. Quando a gente tem, por exemplo, a Abolição em 1888, a República em 1889, os projetos de Abolição e de República não foram para igualar as pessoas. Pelo contrário, eles segregaram as pessoas.

Por que a dificuldade do encontro? Porque os diferentes não são iguais. Pelo contrário, no processo histórico do Rio de Janeiro, as desigualdades vão sendo afirmadas.

É o projeto republicano. Cito como exemplo a destruição, em 1893, do famoso cortiço Cabeça de Porco, situado perto da Central do Brasil. O prefeito Barata Ribeiro foi lá com a polícia e tirou dois mil moradores, dizendo para eles se virarem. Esse tipo de iniciativa se repetiu ao longo da História do Rio de Janeiro e vai marcar a desigualdade na cidade.

A grande Reforma Passos, que todo mundo conhece, liderada por Francisco Pereira Passos, que moderniza o Rio e começa a dar a cara que o Rio moderno tem hoje, é também simbólica. O Passos

arrasa o Centro do Rio, e quem paga a conta são os pobres, os trabalhadores, os trabalhadores negros, que, não tendo para onde ir, vão se virar.

A Maré, como a Eliana citou, está há dez dias paralisada. Há dez dias que 20 mil crianças não têm aula nas escolas. Isso não acontece em lugar nenhum do mundo. Vocês imaginam as escolas de Ipanema, Leblon, Botafogo dez dias sem aula por conta de operações policiais? Se isso acontece, caem o governador, o secretário de Segurança e, se brincar, até o presidente. Mas, na Maré, as coisas vão passando e se acomodando.

Nesse histórico da cidade desigual, posso citar outros marcos como, por exemplo, a destruição do Morro do Castelo, que também era um lugar simbólico e onde viviam pessoas pobres. Sempre a destruição dos lugares dos pobres; não há registro de nenhuma destruição de lugares dos ricos.

E, por fim, cito o famoso Plano Agache, que é um dos mais bem-acabados e elaborados planos que sintetizam o projeto de cidade que foi sendo construído ao longo do tempo. Ele acabou não saindo do papel, mas inspirou outras intervenções, sintetizando um olhar para uma cidade dividida: uma parte para os ricos, a Zona Sul, os melhores lugares; e outra parte para os trabalhadores, a Zona Norte, os lugares mais afastados. E, assim, não se cria um lugar de encontro nessa cidade. De novo, a premissa é de uma cidade de desiguais, de diferentes, e que vai nortear todas essas reformas.

Em seguida, aconteceram as grandes remoções de favelas, nos anos 1960, feitas pelos ex-governadores Negrão de Lima e Carlos Lacerda, e com o apoio dos governos militares, quando surgem os conjuntos habitacionais na Zona Norte da cidade, que passam a ser ocupados pelas pessoas que são retiradas da Zona Sul. Vocês se lembram da Favela da Praia do Pinto, no Leblon, perto da Lagoa, e que pegou fogo? Os pobres e indesejados eram retirados dos lugares mais nobres. Ou seja, não era uma cidade que estava apostando na igualdade.

E precisamos, inclusive, resgatar essa palavra: igualdade. É preciso que ela seja substituída por equidade. Equidade tem que ser sempre o método; e o fim, o objetivo final, deve ser a igualdade.

O que esse processo histórico constrói e deixa de resultado? Eu entendo o conceito de cidade partida do Zuenir Ventura, acho perfeito. E o livro é icônico por isso, porque ele dá uma chacoalhada nos anos 1990, no Rio de Janeiro, e retrata o incômodo principalmente da classe média, como vimos no vídeo do *teaser* do documentário apresentado aqui, quando a galera do funk vai para a praia com a sua estética, com a sua outra forma de habitar a cidade, e assusta a Zona Sul, que estava muito acostumada a um tipo de relação com essa molecada, com essa garotada da favela.

O resultado desse processo histórico que vamos ter é uma cidade muito mais do que partida, é uma cidade fragmentada e hierarquizada. Hoje, o Rio de Janeiro tem territórios quase que autônomos, semiautônomos, e não estou falando só de favela, estou falando dos condomínios da Zona Sul, da Barra da Tijuca. Condomínios que têm escola, boate, piscina, quadra de tênis, campo de futebol, de onde as pessoas não precisam sair e, assim, não precisam conviver com moradores de outros locais do Rio. Isso é um perigo para a cidade.

As pessoas das favelas que estão na Zona Sul quando entram na Zona Sul – a Luciana falou sobre isso –, elas entram de forma subalternizada. O que é, ainda hoje, a existência do elevador de serviço se não é isso?

A consequência desse processo é que construímos uma imagem sobre a favela de “anticidade”; uma imagem que é pior do que significar não ser a cidade, mas como se fosse contra a cidade. Ela vai ser expressa em vários projetos de cidade, em produções de escritores, jornalistas e urbanistas.

Uma pesquisa que fiz mostrou, por exemplo, a fala de um corretor e jornalista, influente em 1926, chamado Mattos Pimenta, que descreveu a favela como a “lepra da estética da cidade”. Era uma época em que a favela aparecia como fenômeno social, e jornalistas, escritores, médicos, sanitaristas, urbanistas falavam sobre ela e buscavam entender que mundo era aquele.

Vejam que estou falando sobre os anos 1920. Mas, em 2007, o governador Sérgio Cabral disse que a Rocinha era uma fábrica de marginais. Essa lógica vai sendo repetida, e nós vamos internalizando a favela como a “anticidade”, como uma inimiga a ser abatida,

como o exército inimigo. Na Maré, por várias vezes, quando se fala de segurança pública, escutamos que ali é um lugar de bandido. E que, por isso, há que se entrar com a força, porque há um exército inimigo, e o território é inimigo da cidade. É essa lógica que a gente precisa atacar e desconstruir,

A pergunta que temos que responder é: qual é o lugar da favela nesta cidade? Onde está essa favela, que lugar ela ocupa na cidade? Se não pensarmos sobre isso, não conseguiremos pensar no encontro. E, de novo, não somente pensar no encontro, mas na costura desta cidade tão fragmentada.

É importante partir para a prática, para a gente não ficar só no plano da discussão teórica. Vejamos novamente o caso da Maré hoje, em que 20 mil crianças estão sem aula há dez dias por causa de uma operação policial que não tem previsão de encerramento. Desde 2006, as crianças da Maré perderam um ano das suas vidas sem aula. Isso é irrecuperável. Isso é uma desvantagem que as crianças da Maré vão levar para a vida inteira delas e que não se corrige com o tempo.

O encontro é possível, mas a partir das reflexões críticas e com todo o amor que a gente tem pelo Rio de Janeiro. A gente precisa construir um lugar melhor para todo mundo, olhando essas questões todas, para a gente pensar junto. E o seminário tem o mérito de estar fazendo isso, de estar pensando junto, com olhares de vários cantos da cidade, o que a gente quer para o Rio de Janeiro. E, mais do que só boa vontade, a gente tem que ter ações concretas. Isso significa discutir renda, salário, racismo, melhores condições de vida para aquelas pessoas.

As questões da favela são questões da cidade, a gente tem que se incomodar com isso. As questões da Maré são também de Botafogo, do Leblon e de Ipanema. E aí, meus amigos e minhas amigas, eu encerro aqui citando o grande escritor brasileiro Guimarães Rosa, quando ele diz que “a vida quer da gente coragem”. A gente tem que ter coragem para promover esse encontro e para criar uma cidade mais bonita, mais justa e mais igual para todos os cariocas, independentemente do lugar onde morem. Muito obrigado!

ELIANA SOUSA SILVA

Edson apresenta uma questão importante para refletir sobre essa perspectiva crítica em relação à cidade, que é como as políticas públicas e a própria cidade vão se constituindo a partir de uma lógica de diferentes e desiguais. E como essas políticas públicas e os grandes projetos, de alguma maneira, conformam uma cidade que aprofunda o processo de desigualdade, que tem a ver com a nossa formação de país, de cidade.

É interessante pensar nesse olhar sobre a cidade e em como podemos superar essa representação e essas percepções estereotipadas e negativas em relação a uma região da cidade que vai sendo construída dentro dessa perspectiva de políticas públicas desiguais, em que os recursos são distribuídos e acessados de uma maneira desigual.

É conveniente pensar a cidade fragmentada, segmentada, mas também como uma unidade, como uma coisa una. E isso está diretamente relacionado com quem planeja e faz a gestão desta cidade. Obrigada, Edson. Rafael, te convido para seguir com este debate.

RAFAEL MATTOSO

É um prazer muito grande estar aqui com vocês e nesse contexto importante. Sou suburbano, descendente direto de nordestinos, meus avós e meus pais, e morador de uma região do subúrbio do Rio de Janeiro sobre a qual me orgulho muito de falar, um lugar cujo nome para mim já é muito idílico, o meu Encantado.

Eu nasci no Encantado, na Rua Cruz e Souza, esquina com a Rua Fagundes Varela. Varela foi um romancista, simbolista, autor negro fundamental e pouco conhecido que morreu, infelizmente, com menos de 40 anos de idade, de tuberculose. A família não tinha dinheiro e foi José do Patrocínio que pagou a viagem do corpo dele, que veio de Minas para ser enterrado no Rio, num vagão de carga. Então, ele dá nome à minha rua e é impressionante que só fui descobrir isso tudo depois que entrei para a faculdade de História. Isso, de certa forma, me motiva a entender que só existe uma forma de transformarmos nosso olhar sobre a cidade: através da cultura e da educação.

A pergunta que provoca esta mesa e que o Zuenir Ventura faz de forma brilhante nos retroalimenta, alimenta nossas utopias, faz com

que estejamos aqui hoje. Se não acreditássemos nisso, não estaríamos aqui. E é muito bom ver como tem tanta gente que acredita e que luta para que isso aconteça. Queria que existissem vários espaços como este, várias Casas Firjan, nos subúrbios do Rio de Janeiro. Infelizmente, não vivemos essa isonomia de investimentos, que é algo que precisamos pensar em termos de democratização da cidade.

Grande parte da minha formação se deve a uma atuação que tive a partir da Eliana Silva. Meus avós são semianalfabetos, minhas avós eram totalmente analfabetas, e meu avô materno estudou até a quarta série. Meus pais são a primeira geração das duas famílias a entrar na universidade. Meu pai fez faculdade de Geografia, e minha mãe, de Letras. Meu pai fez na UFRJ, porque na época eles moravam em Deodoro, então era relativamente perto do campus do Fundão; e minha mãe, na Gama Filho, porque a família dela já morava ali na Cruz de Sousa.

Isso para mim é muito significativo, porque me lembro da minha avó falando para mim quando a gente precisava sair do nosso lugar: “Se arruma que a gente vai à cidade”. Ou seja, naquela perspectiva, a gente não estava na cidade. A cidade estava além daquele espaço que a gente ocupava. Ela não falava “vamos ao centro financeiro, administrativo”. Falava que a gente ia à cidade. Coisa que não acontecia quando a gente morava no Encantado e ia ao comércio de Madureira ou do Méier, que eram os mais próximos. A gente não precisava se arrumar para ir nem ao Méier nem a Madureira.

Isso começou a interferir na minha perspectiva de entendimento, que amadureceu quando tive que sair do meu lugar idílico. A Rua Cruz de Souza, que era o meu quintal, era nossa área de lazer, e havia uma feira semanal ali. Eu morava nessa rua a uma quadra de uma favela chamada Vinte e Sete e a duas quadras de outra favela, chamada Morro do Dezoito. E eu achava muito interessante porque a minha mãe deixava eu brincar na feira, mas me alertava para tomar cuidado com uma parte da rua. Mas nunca houve uma explicação, para mim, minimamente palatável, de por que era perigoso. Porque a gente jogava futebol na rua com o pessoal do Vinte e Sete.

Estudei a minha vida toda no Colégio Municipal Virgílio de Melo Franco, que fica no que a gente chamaria hoje de “franjas da Favela

do Dezoito”. Comecei a frequentar a Favela do Dezoito e percebi que não havia tanta diferença, não havia uma fronteira visível, além do declive para subir para a comunidade, que era uma comunidade vertical. Senti muito mais impacto quando tive que vir estudar na Zona Sul.

Meu pai dava aula num colégio no Humaitá. Eu ia fazer pré-vestibular, e ele achou que eu deveria estudar em um colégio mais forte. Então, me matriculou onde ele lecionava. Para mim, era muito mais complexo ter que pegar dois ônibus, um da minha casa até São Cristóvão, um de São Cristóvão, pelo Túnel Rebouças, para chegar ao Humaitá.

Lembro o meu primeiro dia de aula, quando eu tinha uns 15 para 16 anos, e os amigos da sala queriam saber quem eu era, onde eu morava. Quando eu respondi que era no Encantado, um deles brincou: “Também estou encantado, mas onde é que você mora?”. Aí minha primeira pergunta foi: “O que você conhece depois do Túnel Rebouças?”. Senti um certo silêncio. Um dos meninos, entusiasmado, respondeu: “Maracanã”. Lacrou, né? Aí eu perguntei: “Você já viu uma linha do trem que passa na frente do Maracanã?”. Ele respondeu que sim, mas um “sim” meio amarelo. Acho que ele não tinha percebido que a rede ferroviária, que este ano completa 170 anos de história, existia ali, e ele nem sabia para onde ela ia. E aí eu expliquei que do Maracanã até a minha casa eu levava mais ou menos uma meia hora, em uma distância de seis quilômetros de trem. De fato, ninguém sabia o que era ou o que representava aquilo.

Perceber que uma parcela da cidade não conhecia grande parte da cidade foi muito alarmante para mim. Como também foi alarmante, quando escolhi fazer a faculdade de História, perceber que só podia fazer o curso noturno, porque trabalhava de manhã de vendedor no Shopping Tijuca. E me dei conta de que todo mundo que estudava de noite tinha a mesma situação. E, ainda, que meus amigos moravam muito longe, em sua grande maioria, na Baixada Fluminense, na Zona Oeste.

Comecei a perceber que existia, sim, uma cidade partida, mas eu não via essas fronteiras tão bem delineadas. E comecei a tentar investigar isso.

Há exatos 20 anos, iniciei uma pesquisa sobre o tema do subúrbio, sobre o que são esses subúrbios. Eu me formei em 2004 e fui dar aula, porque era a minha utopia. O primeiro lugar em que fui dar aula foi no pré-vestibular comunitário, coordenado pela Eliana Silva, que atuava em uma divisão na UFRJ, chamada Divisão Integração Universidade e Comunidade, que ficava dentro da pró-reitoria de extensão 5. Foi a primeira vez que eu fui dar aula em espaços populares. Apesar de já conhecer e, de certa forma, me relacionar com isso que a cidade formal chama de favela, foi a primeira vez que eu entrei em uma para dar aula.

Eu vivi um episódio marcante quando fui estagiário do Projeto Favela-Bairro. Eu fazia relatórios das comunidades, sobre a história das comunidades, e entrei pela primeira vez no Parque Acari. Foi um momento que me impactou muito, porque me levaram para conhecer os moradores mais antigos do Parque Acari, e eu fui à casa de uma senhora que vivia em situação de extrema pobreza. Ela sobrevivia com o que catava no lixão de Gramacho. E me avisaram que seria difícil entrevistá-la. Depois que eu entendi que o “não conseguir entrevistar” era pelo desconforto de estar num ambiente com sacos de lixo, um odor muito forte e ratos andando entre os sacos.

Ali eu vi de forma contundente o que era essa fragmentação da cidade: cruel, perversa e que nos imprime uma urgência de agir.

A minha forma de agir foi dar aula, com essa minha utopia de transformar a realidade através do conhecimento. E escolhi História. E, quando escolhi esse campo – e eu vou relatar muito do que o Edson disse –, comecei a perceber como a nossa História naturaliza a violência e como a gente, de certa forma, não se opõe a essa naturalização, até mesmo nas explicações históricas.

A gente também naturaliza o massacre afrodiaspórico. O Rio de Janeiro é o maior entreposto de escravizados da América, do Atlântico. Mais de cinco milhões de pessoas escravizadas entraram neste país entre o século XVI e a suposta Abolição de 1888, às vésperas de uma proclamação republicana que foi afetada por isso.

A gente naturaliza o fato de existir até hoje em nossa sociedade um sistema patriarcal. A casa-grande e senzala está aí, o Edson falou, e é impressionante. O escravizado que acordava em frente à

lavoura de cana, em frente ao engenho, hoje acorda num cubículo de um quarto de empregada, em frente ao tanque, à cozinha, ao fogão. Isso é naturalizado. Como é naturalizado olhar as condições que os ônibus oferecem aos usuários.

Acho muito interessante isso. Uma matéria recente em um jornal falava sobre recall de airbags de carros. De fato, é um perigo quando não funciona bem. Mas pegar um ônibus da linha 460 lotado, onde a maioria da população está em pé, atravessando o Túnel Rebouças a quase 100 km por hora não é perigoso? Ninguém tem cinto de segurança.

Como a sociedade naturaliza essa violência, acho muito importante ter uma obra como a do Zuenir Ventura. Ela foi uma das primeiras a mostrar que a gente tem que desnaturalizar essa violência. Assim que entrei na faculdade, um dos primeiros presentes que ganhei de uma tia minha foi o outro livro dele “1968 – O Ano Que Não Terminou”. E ao ler depois “Cidade Partida”, já em um momento de pós-graduação na faculdade, eu via um diálogo quase que obrigatório entre os dois livros. E esse diálogo falava exatamente sobre como nós podemos combater as violências.

É impressionante como essa violência histórica produziu o que a gente chama de institucionalização dessas ações inquisitoriais. A gente tem um tribunal de rua a cada dia. Aliás, uma música maravilhosa do Marcelo Yuka e do Falcão fala sobre isso, sobre uma ação inquisitorial que remete, inclusive, à história da chacina.

A gente está até hoje vivendo em uma cidade em que a política de segurança ainda é a necropolítica, se naturaliza o fato de entrar um caveirão em uma comunidade. A gente que eu digo, não nós que estamos aqui. Então, eu acho extremamente importante que a gente pense cada vez mais que existe, sim, uma alternativa, e que já está dada há muito tempo. E o Zuenir já destacava que essa alternativa é a cultura e a educação.

A cultura, etimologicamente, e a educação também, que na nossa colonização vem da língua neolatina, do grego, do romano, mas elas têm um simbolismo muito claro. Educação é o *educare*, que, traduzindo friamente, é guiar para fora de si mesmo. É quebrar o individualismo, levar o sujeito a romper com essa visão onde as

grades servem para “trazer proteção” e, quem está do lado de fora, dane-se, fazendo uma alusão novamente ao Falcão, ao Rappa, à musicalidade suburbana.

Cultura que vem do *colere*, que significa cultivar, cultuar, germinar, fazer crescer. Fazer crescer o húmus. Quem fertiliza a terra? O humano, o ser humano, nós. Essa fertilização só pode ser coletiva, e só a vejo através da educação. E uma educação que seja de fato democrática, inclusiva, que não aceite, em hipótese nenhuma, o que acontece com a Maré.

Eu tive a oportunidade de atuar na Maré, a convite do Edson e da Eliana. Fui professor da Redes da Maré. Estive lá de 2007 até o ano passado (2023). Hoje, sou professor da Rede Estadual da Maré, no Colégio João Borges, construído com aquela estrutura metálica e com revestimento de isopor no meio. Quando tinha uma operação policial, havia uma preocupação da direção do colégio sobre aonde a gente ia levar os alunos, porque não tem um espaço dentro do colégio onde você possa se abrigar de um fuzil. De um fuzil que vem, muitas vezes, do alto, que é mais cruel ainda. Porque como é que você vai fugir de uma bala que vem do alto e pelas mãos do poder público?

Então, essa naturalização da violência é tão complicada e complexa que o Brasil é um país que cria um código criminal antes de um código civil. Um código criminal que traz um artigo chamado vadiagem, que dava ação inquisitorial para o poder público fazer o que quisesse, porque ele não previa prisão, previa detenção para averiguação. Primeiro que não descrevia o que era vadiagem. Vadiagem se referia àquele que não estava trabalhando segundo as normas positivistas da época. Se você é preso, você vai ser detido. Como é essa averiguação? Eu sempre brinco que nos subúrbios tinha uma música de roda que a gente cantava muito: “Pai Francisco entrou na roda, tocando seu violão”. Se ele está tocando violão, não está trabalhando. Violão é símbolo de marginalidade. Então, continua a música, “vem de lá seu delegado, e Pai Francisco foi para a prisão”. Só que ele não pode ficar preso, o Código Criminal não deixa. Aí “ele vem todo arrebatado, parece um boneco desengonçado”.

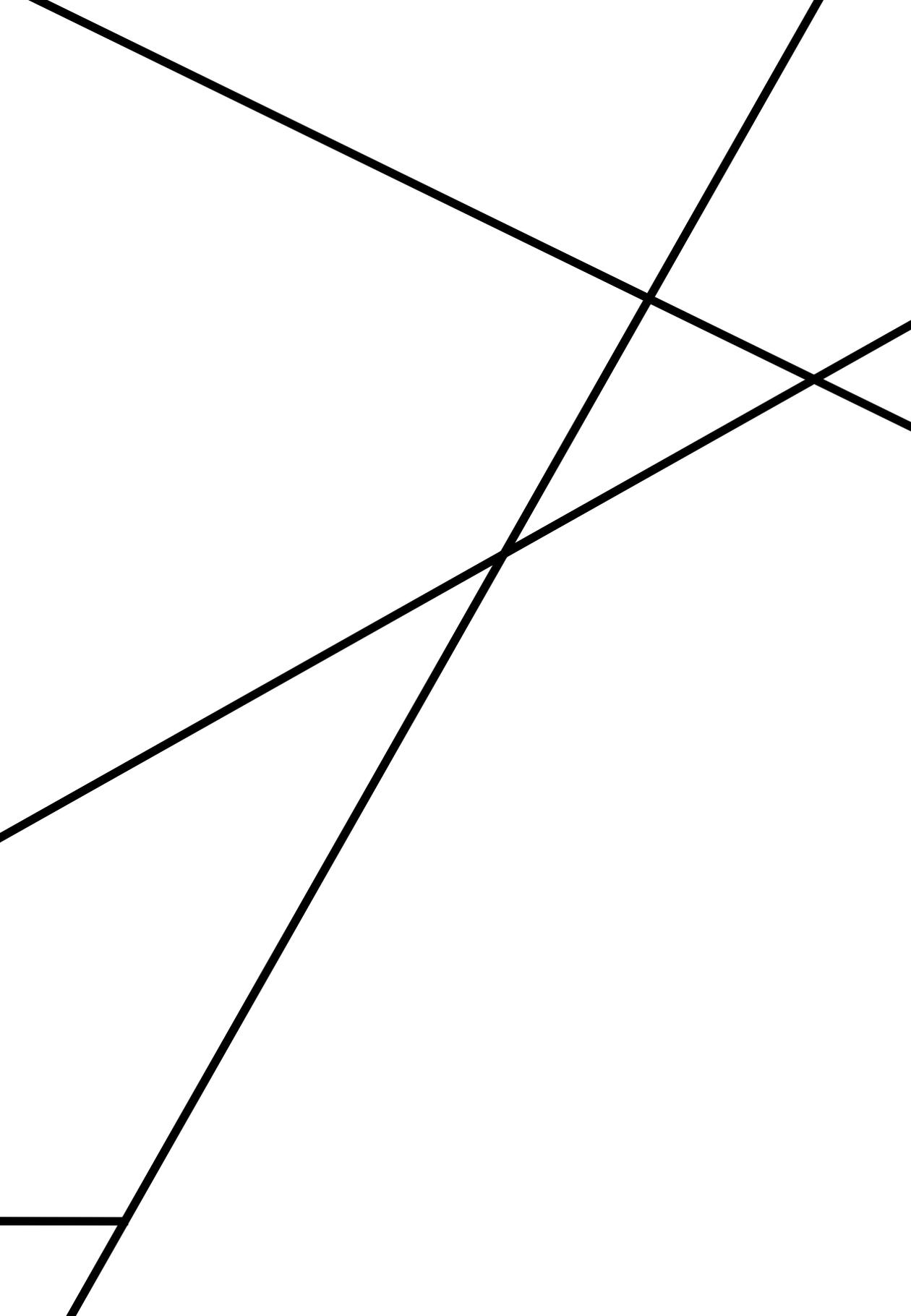
Então, se a gente pega essa música que se cantava na rua e faz uma releitura de “Tribunal de Rua” (música do Rappa): “A viatura

foi chegando devagar, de repente resolveu me parar, um dos caras já saiu de lá de dentro dizendo: ‘aí, compadre, você perdeu. Se eu tiver que procurar, você está fodido. Acho melhor você ir deixando esse flagrante comigo’. No início eram três, depois vieram mais quatro, agora já eram sete os samurais da extorsão, vasculhando meu carro, metendo a mão no meu bolso, cheirando a minha mão. De geração em geração, todos no bairro já conhecem essa lição. E eu ainda tentei argumentar, mas tapa na cara para me desmoralizar. Tapa na cara só para mostrar quem é que manda, porque os cavalos corredores ainda estão na banca. Nessa cruzada ou qualquer outra encruzilhada, rasgando a palavra ‘democrata’ como um santo graal na mão errada dos homens, carregada em devoção. De geração em geração, todos no bairro já conhecem essa lição. O cano do fuzil refletiu o lado ruim do Brasil nos olhos de quem quer apenas ir e vir, o único civil rodeado de soldados, como se eu fosse o culpado. Mas, no fundo, até querendo estar, estar longe desse pesadelo, me achar acima de um tipo suspeito, mesmo que seja dentro de um carro importado, com o salário roubado, endossando impunidade só pra eu obter respeito. Porque, nessa hora, só age quem tem costa quente, que nem sempre é inteligente, porque peita um coitado alucinado que te agride e te ofende pra te levar mais um trocado”. E aí ele termina dizendo: “era só mais uma dura resquício de ditadura, mostrando a mentalidade de quem se sente autoridade nesse tribunal de rua”.

Essa autoridade do “Tribunal de Rua” está aí até hoje, e precisamos falar de outras cidades rompendo essas fronteiras. Obrigado.

ELIANA SOUSA SILVA

Acho que o Rafael traz uma questão que aprofunda o que o Edson abordou no sentido histórico, de uma construção de cidade voltada para a desigualdade e também dessa ideia de quanto o simbólico institui o real. Agradeço a vocês, Luciana, Edson e Rafael, e ao público presente.



MESA 6

[28 DE AGOSTO DE 2024]

O RIO TINHA QUE SER UM SÓ?

A MESA DE ENCERRAMENTO do seminário reuniu pessoas que foram personagens principais do livro “Cidade Partida” – Caio Ferraz, Caio Fábio, Manoel Ribeiro, Rubem César Fernandes e DJ Marlboro – para uma conversa sobre as lembranças que guardam daquele período, em como a obra influenciou suas trajetórias e como veem “Cidade Partida” 30 anos depois.

MEDIAÇÃO

ISABELLA ROSADO NUNES

MAURO VENTURA

CONVIDADOS

CAIO FÁBIO, escritor e a principal voz do cristianismo não denominacional no Brasil. Crítico do cenário evangélico predominante e ativista de uma reforma no cenário evangélico atual, foi um dos principais líderes presbiterianos dos anos 1990 e um dos responsáveis pelo fenômeno evangélico na América Latina. Tem mais de 130 livros publicados. Caio Fábio é citado em “Cidade Partida” porque viabilizou a compra da casa onde aconteceu a chacina e onde foi instalada a Casa da Paz, além da Fábrica de Esperança, espaço social inaugurado em Acari.

CAIO FERRAZ, sociólogo, poeta e ativista dos direitos humanos. Formado em Sociologia pela UFRJ (1993), foi o primeiro graduando nessa área da favela onde nasceu, Vigário Geral, Zona Norte do Rio. No mesmo ano, fundou a Casa da Paz, organização não governamental, após a chacina que matou 21 pessoas. Em 1995, após ameaças de morte, recebeu asilo oficial do governo dos EUA. Desde então, é considerado o primeiro exilado político pós-ditadura militar. Caio levou Zuenir Ventura a conhecer pessoas e lugares de Vigário Geral para escrever o livro “Cidade Partida”.

DJ MARLBORO, produtor musical, criador do estilo musical “funk das favelas” ou “funk carioca”. É considerado por muitos críticos como o primeiro a introduzir o funk no Brasil por ter feito as primeiras letras (versões) de funks americanos. Também lançou os primeiros artistas do funk nacional. Trabalhou na Rádio Tropical e, no final da década de 1980, criou e apresentou o programa de funk “Big Mix”. Criou o selo Link Records, especializado em funk.

MANOEL RIBEIRO, arquiteto e urbanista, é autor de diversos projetos do programa de urbanização de favelas cariocas Favela-Bairro, entre eles os de Serrinha, Cantagalo, Pavão-Pavãozinho, São Carlos, Mangueiral, Vigário Geral e Parada de Lucas. Zuenir Ventura destaca a atuação de Manoel no que se refere ao interesse sobre o funk, tendo levado grupos de pessoas para conhecer os bailes das favelas. Também colaborou na reforma, pela Caixa Econômica Federal, da Casa da Paz.

RUBEM CÉSAR FERNANDES, filósofo, com mestrado em História Social e História do Pensamento Social, fundou, em 1993, a ONG Viva Rio, cuja meta é a pesquisa e a formulação de políticas públicas com o objetivo de promover a cultura de paz e o desenvolvimento social. É diretor executivo do Viva Rio, coordenador de Pesquisa sobre Violência Urbana do Iser e consultor do Ibase. É autor de diversos títulos na área de direitos humanos.



MAURO VENTURA

Esta mesa vai ser muito emocionante, porque vamos estar com os personagens principais, os protagonistas do livro do meu pai, as pessoas que há 30 anos permitiram que ele vivenciasse aquela experiência que deve ter sido, talvez, a mais impactante da vida dele. Acredito que, de alguma maneira, todas essas pessoas transformaram a vida do meu pai. E eu espero que o meu pai tenha, também de alguma maneira, transformado um pouquinho a vida delas. Esta conversa não tem um roteiro fechado, ela vai fluir em torno das lembranças que cada um tem daquele período. Como veem “Cidade Partida” 30 anos depois e como a obra influenciou suas vidas?

Com muita emoção, convido para o palco Caio Ferraz, Caio Fábio, Manoel Ribeiro, Rubem César Fernandes e DJ Marlboro. Vamos fazer uma dinâmica de bate-papo para falar sobre aquele período, sobre o livro “Cidade Partida”, sobre cidade, sobre meu pai. Te convido, Caio Ferraz, para começar o bate-papo.

CAIO FERRAZ

Vocês podem ver que eu estou um pouco nervoso e emocionado. Antes de qualquer coisa, quero pedir ao Jadir, que está na plateia, para, por favor, levantar um minutinho só. Quero fazer uma homenagem a um sobrevivente da chacina. Naquela noite, enquanto a gente estava dormindo, o Jadir foi alvejado e rastejou, fingindo-se de morto para sobreviver. Peço a Vera também para se levantar. Vera Lúcia perdeu a família inteira na chacina de Vigário Geral. Ela estava dormindo, eu estava dormindo, todos nós estávamos dormindo, sonhando com um Brasil melhor, com uma nova Constituição, com um país “demo”... o quê? Demo só, tira o “crático”. Era um país que não garantia os direitos para ninguém. A Vera estava dormindo, e a família dela foi assassinada. Iracilda, por favor, você pode se levantar também? A Iracilda perdeu o marido, ferroviário, na chacina. Ela foi avisada de madrugada que o marido dela tinha sido assassinado.

Não sei se vocês lembram a cena trágica dos caixões unidos uns aos outros com os corpos das pessoas assassinadas na chacinha. Naqueles caixões estavam estes nomes: Adalberto de Souza, Amarildo Baiense, Cléber Alves, Clodoaldo da Silva, Edmilson da Costa, Fábio Lau, Gilberto dos Santos, Guaraci Rodrigues, Hélio Santos, Lúcia dos Santos, Luciano dos Santos, Luciléia dos Santos, Lucilene dos Santos, Lucinete dos Santos, Luiz Feliciano, Jane dos Santos, Joacir Medeiros, José dos Santos, Paulo César Soares, Paulo Ferreira, Rubem dos Santos. Cidadãos de uma sociedade brasileira.

A mesma sociedade que matou os indígenas, que escravizou e tirou a alma dos negros e os colocou na favela. Aqueles cidadãos tinham nome e profissão. Eram estudantes, ferroviários, cozinheiros, metroviários, serventes de obra, eram pessoas! Teve um que foi assassinado com uma marmita na mão. O símbolo do capitalismo. Marmita na mão. E aí eu fui acordado no outro dia e fiquei sabendo da Chacina de Vigário Geral. Corri para lá, e sabem para quê? Para parar a mídia. Para que essa mídia perversa não falasse mal do meu povo. Para que essa mídia percebesse que a concentração de renda mata. Que o racismo mata. Que o machismo mata. Que essa segregação que a gente vive mata. E mata todo dia. Mata por quê? Porque existe uma concentração de renda, existe um espólio da riqueza do povo brasileiro em nome de uma elite irresponsável.

Eu não estudei para ficar sentado numa mesa discutindo com a Academia. Eu estudei para fazer uma revolução para mim mesmo. Foi assim que eu fiz com a minha própria vida. Eu estava contando para os meus amigos, há pouco, como eu fiz para a polícia não entrar mais na minha casa. Foi simples e direto, papo reto. Vai bater na porta do caralho! Vai arrombar a porta do caralho! Sabe o que eu fiz? Contarei em seguida.

Era 1982, no governo do presidente Figueiredo, um dos ditadores dessa pátria que gosta de ditadores, que adora aplaudir ditadores, que é fascista, machista, xenófoba e racista. Essa sociedade que

exclui quem está do lado de lá, quem vive no gueto, no apartheid, e que não deixa a gente pertencer à cidade. Porque, para isso, é preciso lutar por igualdade.

É lógico que eu não era cidadão igual perante a lei. Sabe quando eu me descobri cidadão igual perante a lei? Quando me coloquei perante a leitura e me debrucei sobre os pensadores, a Bíblia, o dicionário Aurélio, a enciclopédia Delta Larousse, que nem deve existir mais. Devorei palavra por palavra. Sabe por quê? Porque eu queria me defender da ação atroz da polícia. A polícia entrava na minha casa porque era uma casa simples, mas de alvenaria. Meu pai era um mestre de obras, retirante de Minas Gerais, que chegou em 1954 ao Rio de Janeiro. Para onde ele iria? Para o Leblon? Para Ipanema? Vai servir copinho de água, como tem um rapaz lá atrás servindo, vai apertar o botão para você subir na vida, no elevador, entrando pela porta dos fundos? É assim que a sociedade brasileira faz com a gente. Sempre faz.

Sabe o que nós fizemos em Vigário Geral? Fizemos muita coisa. Está aí o Rubem César, que é prova viva disso. Está aí o Caio Fábio. Um dia, procurei o Caio Fábio com a maior humildade e pedi ajuda para comprar a casa onde foi assassinada a família da Vera. Eu defendi que o local tinha que se transformar em uma casa bonita, com arte, cultura, futebol, afoxé, ecumenismo e diversão. E você, o que fez, Caio? Consegui comprar a casa e deu o nome de Casa da Paz. Olha que lindo.

Aí eu procurei o Rubem César para saber o que era o Iser, a Fase, o Ibase, o Betinho e toda a rapaziada que estava mobilizando um movimento para o Rio. E ele nos ajudou a escrever o projeto. Eu sou poeta, eu não sou bobo. Deus me deu a malandragem. Me botou com a barriga na miséria, numa favela no Rio de Janeiro, mas me deu a malandragem.

Com uma casa e um projeto, nos perguntamos como é que poderíamos transformá-la num lugar que pudesse mudar a vida das pessoas, o sentido do viver, criar autoestima. A primeira coisa que você tem que despertar em alguém é autoestima.

Quando eu li o “Tinha uma Pedra no Caminho”, eu falei assim: “Caramba, esse Carlos Drummond de Andrade é um sacana. Essa

pedra no meu caminho, eu conheço ela. Porque é a pedra no caminho das pessoas revoltadas; elas pegam a pedra e jogam na vidraça. A pedra no caminho do pedreiro, ele monta um muro. No do arquiteto, ele faz uma casa. No do escultor, ele faz uma escultura.

A pedra está lá, a gente só não enxerga. E do poeta, tinha uma pedra no caminho. Tira ela do seu caminho e a transforma em uma arte. Dê significado à arte; a poesia é isso. Poesia é olhar para o diferente e achar beleza nisso.

Eu escrevi para o Pelé – hoje não seria possível fazer isso – perguntando: “Você sabe qual é a diferença da pele do Pelé para a pele de um negro qualquer?”. Pois é, ele não sabia. Sabem qual é a diferença? O acento no “é” não é, mané. O Pelé parou a Guerra de Biafra, junto com o time do Santos, em 1969, por um dia. Nós paramos a guerra em Vigário Geral e Parada de Lucas por dez anos. Alguém escreveu isso na História do Brasil? Dez anos! Está aqui o JR, meu companheiro de Convergência Socialista, meu mentor, que me ajudou a ler Karl Marx, que me fez entender que a religião é o ópio do povo, para confirmar.

Em seguida, pedi ajuda ao Manoel Ribeiro, para desenhar o projeto da casa, que tinha que ser uma casa da paz. Ele trabalhava na Caixa Econômica Federal e um dia me levou até lá. Eu arrombei a porta da CEF.

A Vera trabalhou comigo diretamente. Eu achava que ela deveria ser um símbolo da Casa da Paz, porque ela merecia todo o respeito do mundo, era uma pessoa central naquela história.

E o Zuenir Ventura, o grande cronista e antropólogo social. Ele olhou para Vigário Geral e enxergou em um menino – Menino Maluquinho, do Ziraldo –, que ousava falar de filosofia, religião, fé, amor, poesia, e que ousava interpretar a vida com o olhar de quem não conhecia a cidade, mas conhecia a realidade dura de quem não tinha água. O Zuenir Ventura teve essa gratidão com a gente, esse amor, esse acolhimento. Imagina a pessoa te ligar e te dizer: “Eu quero conversar contigo sobre um livro”. E eu responder que ele não iria conversar somente comigo, mas com a Vera, com a Iracilda, com o Jadir, com o Flávio Negão, com a mãe de santo, com a fofqueira. Por que não com a fofqueira? Com o padre, o pastor, a

bicha, o gay, o cara de cabelo crespo, o negro. A conversa era com essa galera e não comigo.

Eu tenho uma existência específica. Não é meritocracia o que eu fiz, não. Eu estudei pra caralho, eram 15 horas por dia. Eu dormia em cima de livros. Marcos André, meu irmão mais novo, está ali na plateia. Ele sabe o quanto eu dormi em cima de um livro para poder livrar minha família da violência. Foi isso que eu fiz.

Depois falei com o DJ Marlboro, que era meu parceiro, para levar o funk pra Vigário, fazer um festival, uma revolução juntos. Não se faz revolução sem arte, sem cultura, sem poesia, sem prosa, sem verso, sem romance. Ninguém consegue chegar lá se não viajar na maionese do outro também. Ninguém me apresentou a tabela periódica. A escola pública não me dava essa condição de saber qual era o elemento químico do cobre. Então, nós fizemos, em Vigário Geral, um festival de música, fizemos uma creche, com recursos vindos da Suíça, para cem mães da favela poderem ir trabalhar. Como é que você pensa em educação, em trabalho se as mães não podem trabalhar? Como é que você pensa na exploração sexual de uma mulher se a mulher não puder ter o seu próprio dinheiro? Eu não vivo a dor do negro, porque não sou negro. Não posso me inscrever como negro. Você bota a maconha no bolso, eu passo batido na polícia. Se um homem negro faz isso, leva porrada, vai preso e é condenado.

Paramos a guerra por dez anos, unimos as duas favelas, Vigário Geral e Parada de Lucas. Talvez Vigário seja a única favela do Brasil em que cadeirantes podem circular com segurança. Acessibilidade é isso. Enxergar o outro, que não enxerga, mas que precisa existir nesta cidade. É isso que nós fizemos quando levamos o Médicos Sem Fronteira para a favela. Levamos os voluntários para as casas das pessoas para que eles entendessem a lógica social das famílias: renda, alimentação, sono, quantos filhos, de onde vieram. Então fizemos projetos para acessibilidade, projetos de música; o AfroReggae nem existia, faziam apenas um jornal.

Essa existência precisava ressurgir de uma cinza, de uma dor, de um desamor. Como é que você faz uma revolução? Fazendo, não espere o Estado. A indústria de Vigário Geral produz riqueza, mas

a riqueza não fica em Vigário Geral. Sabem qual é o PIB do Rio de Janeiro? Se eu não me engano, R\$ 750 bilhões. Qual é a grana que entra em Vigário Geral e nessas favelas? Cadê o prefeito? Cadê o governador? E o metrô lá? E a escola? E o samba? E a música? E a arte? E a cultura? E os Caios Ferrazes na universidade? Eu não nasci para ser subserviente, nasci para ser um ser social. Sou um ser histórico, politicamente histórico. E é assim que eu faço a minha revolução no dia a dia. Foi assim que fiz a minha revolução, mesmo sendo ameaçado de morte, morando nos Estados Unidos há 28 anos, onde trabalho com construção. Tenho uma empresa, emprego dezenas de brasileiros, gero riqueza, ganho meu dinheiro sem explorar ninguém, fazendo reciclagem de material, ensinando às pessoas que a pedagogia é a pedagogia do amor. Obrigado.

MAURO VENTURA

Obrigado, Caio. Vamos de um Caio para outro. Caio Fábio, na época você dirigia a Vinde, Visão Nacional de Evangelização. Tinha um papel importante na ação de conversão de criminosos. O que você lembra desse período? Como foi esse encontro com o meu pai?

CAIO FÁBIO

Boa-tarde para todos vocês. É um prazer muito grande estar aqui e rever a Vera, e tive alegrias que renovaram o meu coração vendo amigos tão preciosos, de tantos anos, como Rubem César.

No que tange à cidade partida, eu tive primeiro o choque quando vi no jornal os caixões enfileirados com as pessoas assassinadas na chacina. Eu tinha ficado muito próximo do vice-governador Nilo Batista e, a pedido dele, comecei a ir à Penitenciária Bangu 1 todas as terças e quintas-feiras conversar com o pessoal das quatro alas. Embora três fossem do Comando Vermelho, uma, do Terceiro Comando, eu ia a todas. Eu transitava, de fato, numa cidade partida nesse trajeto de Bangu 1 para o palácio do governador, para relatar sobre os encontros.

Então veio aquela foto horrorosa, terrível, chocante, ainda em um período que eu chamo de “pré-normalização da violência”, porque hoje em dia um acontecimento daquela natureza vai prolifere-

rando no país inteiro, e as coisas vão sendo normalizadas com uma rapidez estonteante.

Eu estava angustiado, conversava muito com o Rubem; naquela época eu já havia conseguido a doação do imóvel para fazer a Fábrica de Esperança, na antiga fábrica da Formiplac, em Acari. De repente, o Rubem disse: “Olha, eu acabei de dar seu telefone para um rapaz que é seu xará, Caio Ferraz”. Eu estava voltando de Realengo, aonde tinha ido pregar, e morava em Niterói. Aí o Caio liga, com esse jeito Caio de ser. Naquele tempo ele era bem mais magro, bem mais jovem, bem mais tudo, e a velocidade dele era 2.5 no WhatsApp da fala. Pedi calma a ele e disse que já tinha conversado com o Rubem sobre a possibilidade de comprarmos a casa onde havia acontecido a chacina. A Vinde possibilitou o que o Caio estava me propondo.

Estávamos em plena obra monumental da Fábrica de Esperança, onde realizamos 66 projetos simultâneos, que atendiam quase 30 mil pessoas por mês de toda aquela região e adjacências. Então, ficou mais fácil deslocar mão de obra, pedreiro, carpinteiro, cimento, material de construção, para agilizar o processo na Casa da Paz. Fizemos eventos variados lá e inauguramos com o então governador Nilo Batista. Pois bem, nós conseguimos levantar a Casa da Paz. Ela teve o seu momento, o seu tempo e a sua continuidade gloriosa, importante, semioticamente de um significado extraordinário, de um poder simbólico grande.

Sobre a Fábrica de Esperança, no dia em que cheguei lá para tomar posse do lugar, fui andando sozinho para os fundos daquela área comprida que fazia parede com a comunidade de Vigário Geral, e um rapaz magro e alto pulou o muro e disse: “Muito prazer, Gerê. É o senhor que está se candidatando a ser o nosso pior inimigo aqui?”. Aí eu falei: “Estou me candidatando a ser o melhor amigo do teu filho, da tua mulher, da tua filha, dos que você ama. Agora, eu vou lamentar profundamente se a minha amizade com eles e os serviços que nós estamos trazendo para o bem deles e dos demais vierem a criar uma inimizade com você”. Aí ele me pediu para contar o que faríamos ali. Saí falando que não tinha nada ainda, mas estava tudo na mente e no coração; descrevi coisa por coisa. Quando acabou, vi os olhos dele marejados, ele me pediu licença para me dar um abraço.

Diferentemente dos que disseram que quase nunca subiram uma favela – havia naqueles dias 630 favelas registradas no Rio de Janeiro –, eu devo ter subido em umas 60, 70 delas. Subia todas as noites. No ano de 1994, todos os dias nós subíamos uma favela, em uma campanha de desarmamento louco, totalmente quixotesca, que não tinha como dar certo. Mas tinha um poder de enfrentamento simbólico violento. Era um *power encounter* de mentes, de atitudes, da nossa utopia contra a distopia proposta e praticada governamentalmente o tempo todo.

Quanto mais se fazia, tanto na Casa Paz como em escala muito grande na Fábrica de Esperança, mais percebíamos um ódio, um ciúme enorme das autoridades constituídas. O que aconteceu é que a perseguição se acelerou, e botaram um coronel que pegou uma cocaína que tinha sido apreendida quatro meses antes e plantou lá vários papелotes, naqueles 17 galpões, 58 mil metros quadrados de área coberta. E nós tínhamos um grupo imenso de pessoas trabalhando. Além dos funcionários, que eram 500, tinha mais de mil voluntários trabalhando lá dentro para atender aquelas pessoas todas. Pois bem, estava na Bahia quando me ligaram dizendo que acharam cocaína na Fábrica de Esperança e tive que voltar correndo. Aquela loucura midiática toda, completamente insana. Tivemos uma reunião a seguir com o Rubem, com o João Roberto Marinho e o Walter Mattos, na sede de O Dia.

Haviam feito uma pesquisa, e 98% da população acreditava que eu estava do lado da verdade, que aquilo tinha sido uma construção perversa para nos atingir. Conclusão: o tiro saiu pela culatra, foi um bumerangue. O capitão coronel que fez aquilo acabou sendo justificado. O chefe de segurança era o general Cerqueira, que se orgulhava de ter matado Lamarca, e foi ele que organizou a história inteira.

Descobriram uma gravação em áudio com uma fala do governador para os PMs e outras autoridades em que ele cobrava o general Cerqueira porque “estava demorando muito a derrocada do meu peixe”. O coronel perguntava se o governador estava falando do reverendo Caio. Ele confirmou e perguntou quando iria acontecer.

E estourou. E o Rubem estava lá, o Betinho foi pra lá. Nós nos unimos todos pra peitar as autoridades. Foi um dia inesquecível pra mim, porque o Caio Ferraz já vinha sendo ameaçado de morte.

Foi exatamente naquele dia em que o Caio chegou pra mim com a chave da Casa da Paz e me entregou, relatando que havia pedido asilo porque estava sob ameaça de morte. Peguei a chave e pedi ao André Fernandes para tocar a Casa.

Daí por diante, ficou completamente claro que não era apenas uma cidade partida. E a gente assistiu, só hoje de manhã, a análises históricas, sociológicas, estruturais, todas completamente pertinentes, apropriadas, adequadas para a descrição fenomenológica do que acontece nesta cidade. Isso é inquestionável. A questão, todavia, tem elementos de uma gravidade insolúvel. E é aí que a gente precisa se vestir de pragmaticidade, praticidade, veemência, enfrentamento e desassombro para enfrentar o que existe com imensas estruturas e conjunturas, que explicam o fenômeno desse partimento variado, diverso, multifacetado da cidade.

No entanto, de 50 anos para cá, todas as iniciativas que foram tomadas estavam e estiveram sempre fadadas a serem tentativas de curar a leucemia com band-aid, porque as estruturas profundas – de natureza social, econômica, educativa, tudo o que aqui foi mencionado – nunca foram tocadas. Nos últimos 50 anos, foi o tráfico de drogas e, de 15 anos para cá, as milícias, que vieram e fizeram um açambarcamento esmagador do processo. Iniciou-se a guerra entre esses grupos, e quem vive no meio disso é o povo. Eu tenho uma convicção, a de que vamos continuar enxugando gelo, beijando sabão, com tudo escorrendo pelas nossas mãos, enquanto não tivermos coragem. Não vamos a lugar nenhum enquanto a segurança pública não tratar de questões essenciais como descriminalização das drogas, enquanto não tirarmos essa quantidade enorme de leis que fabricam marginalizações, afastamentos, alienações, “bandidificações” da alma de pessoas com potencial criativo extraordinário. Quase todos eles, com quem convivi e ainda convivo e converso, são pessoas assombrosas de tanta inteligência. Gente que não teve praticamente alternativa e se tornou o que se tornou, e fez o que fez, e que poderia ter sido outra coisa, tanto é que vários deles escolheram um caminho alternativo.

Enquanto não houver entendimento de que não vamos a lugar nenhum com as nossas políticas de repressão e de segurança pública, enquanto não tratarmos isso de maneira inteligente, evoluída, tirando toda essa carga moral, esse peso religioso, esmagador, evangélico, católico, maligno, que vai acachapando essa população toda em nome de Deus, em nome de moralidades que só matam, nós vamos correr atrás do rabo indefinidamente.

Não adianta fazer eventos espalhados pelo Rio de Janeiro inteiro; nós só vamos sofrer mais com as nossas agonias. Mas nós precisamos, de algum modo, estancar essa sangria que já está desatada há muitas décadas e não vai parar de sangrar sozinha, nem com uma política de governo que seja apenas de superficialidade.

ISABELLA ROSADO NUNES

Boa-tarde! Mauro precisa se ausentar da mesa para dar uma entrevista, e eu terei o prazer de substituí-lo. Rubem César, te convido a continuar esta conversa.

RUBEM CÉSAR

Uma das maiores mudanças que tivemos, realmente, nesse tempo foi o movimento das mulheres no mundo inteiro, né? Houve um tempo em que, aos domingos, eu ia de bicicleta à casa do Zuenir para tomar uma cachaça e falar das coisas que nos incomodavam e que nos deliciavam. Foi uma amizade muito profunda, extrema e da qual sinto saudade. Então, beijo pra Mary, esposa do Zuenir, que está aqui com a gente.

Este é um encontro de saudades. A fala do Caio Ferraz me fez lembrar de como ele era; parece que não mudou. O Caio foi o abusado que, no nascimento do movimento Viva Rio, me disse o seguinte: “Viva Rio é Viva Rico”. E até hoje tem gente que fala assim. E Caio Fábio, que sempre foi um pastor, continua sendo um orador incrível. No tempo da Fábrica de Esperança, ele vendia milhares de fitas K7 com os seus sermões e distribuía pelo Brasil inteiro. Hoje ele tem em seu *ashram*, em Brasília, uma parafernália eletrônica incrível, e emite dali as suas mensagens, só que em uma escala bem maior.

Quando aconteceu aquele massacre na Candelária, com garotos e meninas em situação de rua, foi um escândalo, um choque. Um mês depois, veio o massacre de Vigário Geral. Então, foram dois episódios noturnos em que a polícia era a força que provocava o massacre. A força assassina era a policial. Esses dois episódios provocaram uma comoção à época. E aí, em uma terça-feira, o Betinho me ligou dizendo: “Olha, vai ter uma reunião para a qual querem te chamar para conversar sobre essa situação da violência. Vão estar presentes o João Roberto Marinho, das Organizações Globo, o Kiko Brito, do Jornal do Brasil, e o Walter Mattos, de O Dia”. Me surpreendi com a informação de que os três estariam juntos, pois representavam jornais concorrentes. E cada um convidou pessoas de sua relação. Tivemos essa primeira reunião, que foi estranha, porque eram 38 pessoas, lideranças de favela – uma delas está aqui, o Itamar Silva, do Santa Marta –, lideranças sindicais dos estaleiros do Rio e os empresários da Firjan e da Associação Comercial, além de vários publicitários.

Era uma galera diferente, que se reuniu porque a violência estava assustando e porque buscava responder às perguntas: o que a gente, que não faz parte do governo, pode fazer? O que pode ser feito? Aí Zuenir chegou, juntamente com outros formadores de opinião, intelectuais, gente de vários cantos da cidade.

Dessas conversas, identificou-se a necessidade de dar um nome a esse movimento-ideia, ao que estávamos tentando produzir. E um publicitário sugeriu “Viva Rio”. Soou estranho porque, em vez de um nome de protesto, um nome de raiva, de ódio, veio um nome assim bonito, Viva Rio. E a ideia era dar um Viva ao Rio.

Naquela época – como foi dito aqui e com razão – não se falava muito do que estava além do Túnel Rebouças. Se falava de uma ameaça de violência à nossa essência de cidade maravilhosa. Era um pouco esse o clima. E o que se propôs foi fazer uma ação. E aí perguntei ao Lula Vieira, publicitário, o que a gente podia fazer que pudesse marcar o início do movimento. Ele contou que, em Israel, havia uma manifestação de protesto que propunha fazer silêncio, mobilizando e reunindo a população. E aí a gente veio com esta proposta de o primeiro ato de lançamento do movimento ser um ato de silêncio, de “dar um tempo para o Rio”.

O movimento cresceu de tal maneira, pela presença da mídia e dos publicitários, que a coisa pegou de um jeito que, de fato, a cidade parou. A Bolsa de Valores parou. O bondinho do Pão de Açúcar parou e foram jogadas rosas lá de cima. O trânsito parou por dois minutos. Então, foi uma ação que conseguiu ser coletiva, de reflexão, parar para pensar e mudar. Foi numa sexta-feira, dia 17 de dezembro, ao meio-dia.

No dia seguinte, sábado, a gente distribuiu orações pelo Rio. E aí, em vez de fazer um ato ecumênico, que é uma coisa muito abstrata, a gente montou um palanque pentecostal na Cinelândia, que é o lugar realmente de falar ao povo; um espaço do candomblé no Museu de Arte Moderna, porque o candomblé é do luxo, da roupa, das comidas; um espaço no Aterro do Flamengo, em meio às árvores, com a turma do Aquarius e uma variedade grande de religiões meditativas, com inspiração oriental; na beira da Praia do Flamengo, a umbanda, lugar de Iemanjá, das outras festas. E o rabino Nilton Bonder propôs fazer uma coisa que se fazia na Idade Média, em que, quando a comunidade tinha um problema a resolver, se reunia, dormia e, no sonho, encontrava a solução. No salão do MAM - Museu de Arte Moderna, o Nilton liderou um grupo grande de judeus para se deitar e dormir, para, em sonho, achar o caminho, a solução. Só faltavam os católicos. Onde é que você põe os católicos no meio dessa confusão? E Dom Eugênio, então, gostou da ideia de se posicionar no alto do Cristo Redentor e, lá de cima, abençoar a cidade por inteiro com seu manto.

Então, isso foi uma metáfora, uma ideia de como juntar a cidade. As várias orações, visões, cada uma no seu canto próprio, visando a um futuro pela fé, porque a gente não enxergava ainda esse futuro, mas pela fé é possível imaginá-lo.

E, um ano depois, em 1995, promovemos o Reage Rio. Chovia demais, a cântaros, ventava e parecia que a gente não ia conseguir mobilizar a população toda que esperava. Se falava em 500 mil pessoas na Avenida Rio Branco. Estava chovendo e muita gente fugindo para o metrô. Quando, da Candelária, a gente olha em direção à Central, vimos uma multidão vindo da Central, o povo da Zona Norte, dos trens, chegando, cantando funk. Foram eles que fizeram,

afinal, o Reage Rio. Estava todo mundo lá. O Roberto Medina, que, pela primeira vez, saía de casa depois do sequestro, estava a elite, estava o povão, a favela chegou, o subúrbio chegou. Aquele momento foi a segunda criação do Viva Rio, em que a cidade se juntou para apontar uma direção que a gente não via, mas ainda acreditava.

ISABELLA ROSADO NUNES

Obrigada, Rubem. Acho que todos nós que vivemos esses momentos conseguimos visualizar novamente tudo isso que aconteceu. Quero agradecer a presença de Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, presidente do Sistema Firjan e parceiro neste projeto, e do fotógrafo João Roberto Ripper, cuja foto está na capa do livro que lançaremos hoje. Muito bom ter esses dois amigos junto com a gente. Manoel Ribeiro, é com você.

MANOEL RIBEIRO

Eu fico muito satisfeito de ter a oportunidade de recordar aquele tempo, um momento de muita agitação e ação, de rever as pessoas que participaram daqueles eventos. Foi um momento histórico, não é, Rubem? O Zuenir tinha uma capacidade incrível de se espantar com as coisas, de ficar admirado com situações. É porque ele percebia as peculiaridades, conseguia ver as sutilezas, como ele mesmo dizia, com os olhos lavados, evitando os preconceitos, os chavões. Bom, eu devo à socióloga Silvia Ramos a oportunidade de conhecer o Zuenir. Ela dizia: “Você tem que falar com esse homem, ele está escrevendo um livro sobre favelas, e você vive mergulhado nas favelas”.

Esse encontro se deu numa pizzaria ali na Nossa Senhora da Paz, com o Zuenir, eu e as respectivas esposas, a Mary e a Kátia, que eram uma espécie de nossos alter-egos. Elas nos vigiavam para ver se a gente não se comprometia demais ou se avançava em situações de risco. E a gente conversou ali, Tateando, vendo quais eram as intenções de um e outro. Eu não vi se a Mary fez algum sinal para o Zuenir, mas deve ter feito. O fato é que, em um dado momento, Zuenir disse: “Vamos juntos a Vigário Geral”. Então, eu devo ao Zuenir a minha primeira entrada em Vigário, que foi utilíssima

porque passei a conhecer tanto Vigário quanto Parada de Lucas, o que me ajudou a ganhar a concorrência do Favela-Bairro.

Lá, conheci o Zé, a Rose, a Vera, a Penha e o Caio, que era um híbrido de sociólogo, militante social e hoje empresário bem-sucedido em Boston. Só um cara como o Caio consegue uma trajetória dessas. Lá pelas tantas, o Rubem César trouxe o Caio Fábio, um pastor sangue bom, que acabou comprando a casa onde uma família de evangélicos tinha sido chacinada. E o Caio me procurou para pedir que eu fizesse o projeto da Casa da Paz. Fiz o projetinho, conversando com ele. Naquela época eu dirigia um improvável “escritório da cidadania” na Caixa Econômica Federal, que não estava na estrutura, não tinha estatuto, não tinha nada, mas, o que o Betinho falava, acontecia. Ele tinha dito que as estatais tinham que ter escritórios de cidadania, e eu fui o cara encarregado de me infiltrar naquela estrutura burocrática, que acabou conseguindo recursos do setor de publicidade da CEF para construir a Casa da Paz.

Essa oportunidade de conviver em Vigário foi muito enriquecida porque o Caio me ensinou a transitar naqueles becos e, sobretudo, a me relacionar com a população, com a bandidagem e com a polícia. Me ensinou os cuidados a serem tomados nessas três relações e foi muito importante para mim esse início de aprendizado mais amplo, porque eu tinha conhecimento de favelas na infância, sobre o Morro da Formiga, do Borel, porque sou tijucano. Tijucano nunca deixa de ser tijucano. Mas aí Vigário Geral me deu uma visão mais ampla e acabei fazendo sete Favelas-Bairro no Rio de Janeiro, trabalhei também em Manaus, em Maceió, em Lisboa, na Cova da Moura, e em Cabo Verde, no Mindelo, essa última uma experiência-piloto da implantação de um programa nacional de urbanização de favelas.

Sobre o título dessa mesa, “O Rio Tinha Que Ser um Só?”, eu acho que o Rio é um só. A cidade é, na verdade, um patchwork de pedaços mal costurados, de socioespacialidades hierarquizadas em função do preço da localização e da capacidade aquisitiva das famílias que moram aqui ou acolá. Isso é uma coisa que é importante de se ter noção. Não há planejamento, não há planejador que consiga desenhar uma cidade justa, que proporcione iguais oportunidades

de desfrute do direito à cidade. Quem desenha as cidades é a mão invisível do mercado. E isso a gente precisa entender.

Falando dessa questão da hierarquização, dos espaços e da acessibilidade financeira das famílias para ocupar esse ou aquele espaço, precisamos entender como é que existe a precificação dos espaços. Aí, a gente pega a nossa pirâmide de renda, faz uma segmentação simplificadora de três classes. Lá na ponta, a classe rica, uma parte da pontinha da pirâmide. Depois, um segmento maior, que seria a classe média, pela metade da pirâmide, e a grande base da pirâmide, com as pessoas mais fragilizadas.

Se a gente imaginar que essa pirâmide está assentada em um plano horizontal, que seria o território, se a gente projetar esses cortes sobre esse plano horizontal, a gente vai ter círculos concêntricos. Um círculo menor, onde está a classe rica, em locais com boa infraestrutura, com equipamentos sociais, com oportunidades de lazer, amenidades etc. Depois, a classe média, que está em uma situação urbana de boa qualidade ainda. E a grande massa da população pobre, que está nas periferias dispersas, mas alguns acabam se colocando na contramão das forças centrífugas do mercado e se instalam próximo ao local da ponta da pirâmide, naquele ciclo central, que são as favelas centrais. Tem favelas também no círculo da classe média, e agora tem aparecido a favela dentro da favela na periferia, o que é uma coisa dramática.

Essa distribuição é o que gera o modelo de cidade do Brasil, e eu diria de toda a América Latina e de alguns países da África. Luanda, por exemplo, tem aquele núcleo ali de infraestrutura e tem os musseques, quer dizer, pula a classe média, só tem os ricos e os muito pobres. Os musseques são lugares muito particulares. Na feira, a isso eu não assisti, quem me contou foi o Leão Lopes, reitor de uma universidade no Mindelo, onde dei aula. Ele dizia que as pessoas, para evitar o mau cheiro de suor, compravam não o desodorante, mas borrifadas de desodorante. Se a pessoa quer duas borrifadas, custa tanto, e duas em cada lado custa mais. Isso é um retrato da pobreza nas periferias em Luanda.

Eu tenho uma profunda admiração por essas periferias centrais. Estou fazendo esse recorte porque é um território que eu conheço.

Trabalhei em sete favelas. Vigário Geral e Parada de Lucas já são meio periféricas, mas a única periférica mesmo em que eu trabalhei foi Mangueiral, em Campo Grande.

Elas são polos de resistência, como eu disse, à força centrífuga de mercado, mas são insurgências sociopolíticas contra os instrumentos classificatórios do estado sobre a propriedade e a normatização urbanística e edilícia. O estado tem o poder de hierarquizar a sociedade sobre o espaço através desse tipo de legislação, tanto sobre a propriedade quanto sobre a construção e a própria produção social do espaço urbano.

Nas favelas, sempre trabalhei me valendo muito do saber popular e há sempre uma grande discussão no meio acadêmico sobre a impossibilidade de se fazer esse diálogo entre o saber técnico e o saber popular, sem hierarquizá-los. Acho que esse negócio é uma discussão inócua, porque, na verdade, o saber técnico e o popular se alternam na predominância, vamos dizer, na liderança desse acordo, desse amálgama, que vai produzir soluções que sejam tecnicamente aceitáveis, mas, sobretudo, respostas a demandas e a necessidades dessas populações.

O mundo formal, quer dizer, o asfalto, também copia a favela. Tem uma legislação que surgiu de uma prática da favela, que é a questão do direito de laje. Nas favelas mais densas, você vende a laje para o cara construir a casa em cima da sua, mas a laje dele é sua também. Você é dono de um prisma virtual em cima da sua propriedade, que pode ir fatiando e vendendo. Mas isso depende de um acordo contratual. Isso foi incorporado à legislação do Rio de Janeiro, na Lei 13.465, de 2017. Na verdade, essa lei interpretou mal a situação, não percebeu o aspecto contratual dessa relação e deixou de fora uma série de outras situações de interesse das partes envolvidas. Tipo, e as caixas d'água? Ficam na laje de quem? Ou o acesso passa por onde? As caixas dos medidores de luz ou de água, onde se colocam? E assim por diante.

Então, esse deve ser nosso projeto para as favelas, conjugando o saber técnico e o saber popular, construído com a mesma generosidade com que o Zuenir olhava as populações de Vigário Geral e Parada de Lucas. A sociedade e os poderes públicos precisam reto-

mar os programas de urbanização, desenvolvimento social, cultural e de geração de renda das favelas, para ressignificá-las como verdadeiras plataformas de mobilidade social. Esse deve ser o nosso projeto. A favela não deve ser um local de carências e de origem das malhas da cidade. A favela deve ser uma plataforma de mobilidade social para esses imensos segmentos de população desprivilegiada.

ISABELLA ROSADO NUNES

Obrigada, Manoel. É com você, DJ Marlboro.

DJ MARLBORO

Eu vou dar uma resumida da minha história para vocês verem que eu sempre fui do contra, sempre fui contra a maré. Minha mente nunca funcionou com a boiada, nunca fui no leito do rio, sempre remei contra a maré. Essa é a minha história, meu DNA, faz parte de mim, isso não vai mudar. Em 1977, quando comecei a ser DJ, neguinho falava que eu era maluco e que não conseguiria chegar a lugar nenhum. A profissão sofria discriminação, éramos mal pagos, ainda mais sendo DJ de subúrbio. Família, amigos, todo mundo falava que era profissão de vagabundo. Eu respondia que ia conseguir ter sucesso e que iria tocar funk. Ih, rapaz, aí piorou. Era como se eu estivesse na contramão duas vezes: além de ser DJ de subúrbio, ainda iria tocar funk?

Porque o funk, até então, era música de preto, pobre, favelado, perseguido, proibido e que ninguém dava nenhum valor. Quando chegou em 1986, o antropólogo e escritor Hermano Vianna – irmão do Herbert Vianna, do Paralamas do Sucesso – fez o primeiro livro, a partir de uma dissertação de mestrado, que era o “Mundo Funk Carioca”.

Hermano me conheceu na rádio, lá no Morro da Madama, na Tropical FM. Ele queria me acompanhar nos bailes por causa da pesquisa para a dissertação. Eu reclamava com ele que eu tocava no subúrbio para dez, 15 mil pessoas por final de semana e que isso não dava mídia, que éramos invisíveis. E, na Zona Sul, uma boate de 200 pessoas tinha cobertura de jornal, televisão, rádio, tinha tudo.

Percebo que eu era ingênuo, que eu não me dava conta, não enxergava o preconceito, apesar de ser vítima do preconceito, por ser

DJ suburbano, morar em subúrbio. Para mim, todo mundo era igual. Hermano me deu uma bateria eletrônica de presente. Eu fiquei abismado com a bateria. E, na hora, acendeu a primeira eureka: “Já sei como é que eu vou fazer para ter visibilidade. Vou criar os ídolos do movimento, botar a galera para cantar, para que eu possa ocupar as televisões, as rádios, os jornais, e dar visibilidade ao que eu e as pessoas estamos fazendo aqui no subúrbio”.

E aí eu comecei a fazer as primeiras pesquisas de experiência. A primeira coisa que eu fiz foi chamar os dançarinos dos bailes, aqueles que participavam dos concursos de dança, dos passinhos. Eles já tinham uniforme, já botavam fogo, tinha campeonato de dança nos bailes. Chamei essa galera para cantar no disco, mas as pessoas achavam que não ia dar certo fazer um disco de funk nacional, que o negócio era fazer algo internacional.

Então, tive que inventar os artistas, chamar o locutor da rádio, botar para cantar o cara que cantava pagode e que não estava dando certo, tive que fazer as letras, apesar de nunca ter sido bom de redação na escola. Não teve jeito, eu tive que jogar a semente.

E aí o que acontece? Tive uma briga com a gravadora, porque eles queriam colocar o nome do disco de “Funk Carioca”. Eu discordei: “‘Funk Carioca’, não, é ‘Funk Brasil’, e vai ter do Brasil inteiro”. Estava, de novo, na contramão de tudo que as pessoas estavam dizendo naquele momento.

Coincidentemente, naquele ano de 1989, quando saiu o disco ‘Funk Brasil’, fui campeão brasileiro de DJ. Isso também deu uma visibilidade muito grande ao meu trabalho e ao disco. Foi a primeira vez que o funk tocou em uma rádio comercial, saiu do Morro da Madama, lá da Rádio Tropical FM, e foi para a Rádio Manchete. Mas, naquele momento também, minha vida podia ter mudado, porque, por ser campeão brasileiro, me chamaram para fazer programa na rádio no Brasil inteiro. Mas a condição das rádios para eu fazer programa no Brasil inteiro era que eu não tocasse funk. Eles queriam o campeão brasileiro, mas não queriam o que eu tocava. Insistiam em que não havia funk no Brasil inteiro, só no Rio de Janeiro.

Fiquei meio que em uma encruzilhada, porque era uma mudança de vida ou eu ia largar para trás o projeto que eu tinha pensado.

E aí comecei a ver a importância social do funk. O quanto o funk ia mudar a vida das pessoas, ia tirar as pessoas dos transtornos, ia dar voz para essas pessoas. E eu decidi não abandonar meu projeto e pensar no todo.

Tiveram outras histórias também sobre os “bailes de corredor”, por exemplo, que existiam. Eu levei o Zuenir Ventura a um desses bailes, e ele conta no livro. Sempre fui contra o corredor, contra a violência. Sou a favor da prosperidade, das pessoas crescerem, se organizarem. E, aí, tinha um italiano que me chamou a atenção por uma coisa que eu não tinha percebido ainda na época, quando eu fui com Zuenir ao baile do Mesquitão, lá em Nilópolis, de que não havia raiva no rosto das pessoas, que elas estavam sorrindo.

Venho contando tudo isso a vocês porque estou de novo na contramão do que eu ouvi muitas pessoas falarem aqui. Eu estou em cima da ponte. A gente é uma cidade partida e estou em cima da ponte dessa cidade. Eu até procurei aqui a data de algumas músicas para poder citar para vocês. Olha, em 1992, a Fernanda Abreu gravou uma música que falava assim: “Rio 40 graus, cidade maravilha, purgatório da beleza e do caos”. Fausto Fawcett, Fernanda Abreu e Laufer são os autores da música.

Em 1995, Cidinho e Doca fazem o “Rap da Felicidade”. Na verdade, quem fez foi a Kátia e o Julinho Rasta; Cidinho e Doca são intérpretes dessa obra. E essa música fala: “Eu só quero é ser feliz, andar tranquilamente na cidade onde eu nasci”. E, na verdade, era um grito de socorro. Todo mundo gostou da música, achou a música maravilhosa, cantou a música. Mas não entenderam que aquilo era um grito de socorro para o que eles estavam vivendo. Era o momento de dar atenção para o que eles viviam, para o que estava acontecendo.

Em 1996, Claudinho e Buchecha fazem a música “Nosso Sonho”, que, em uma estrofe, fala o seguinte: “Vila Aliança, Mineira, Mangueira e a Vintém; Na Posse e Madureira, Nilópolis, Xerém; Ou em qualquer lugar; Eu vou te admirar”.

Essa parte da música mostra que a cidade ainda não estava tão partida, que ainda existia nossa circulação na cidade. Obrigado!

ISABELLA ROSADO NUNES

Muito obrigada por todos os depoimentos. A gente voltou no tempo. Vou chamar agora, para finalizar o seminário, o Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, presidente do Sistema Firjan, nosso parceiro, que comprou as ideias deste projeto logo de início.

EDUARDO EUGENIO

Zuenir, na introdução de “Cidade Partida”, diz que, em 1950, estava sendo colocado o ovo de serpente no paraíso. Ele publicou, em 1994, e trouxe a todos uma provocação de reflexão. Em 1995, quando assumi a Firjan, eu dizia que era impossível ter empresas bem-sucedidas em uma sociedade completamente partida e que nós tínhamos que trabalhar para evitar esse *gap* social. Quando a gente lê jornais mostrando que o crime organizado está muitíssimo mais organizado do que nós, que o crime não apenas está nas estruturas formais do Estado, financiando candidatos para não deixar que o país tenha conserto. Se nós, da sociedade civil, não começarmos a trabalhar de uma forma mais aguda e explícita, vamos virar um narcopaís. Esses bandidos que não moram nas favelas, que moram no asfalto, exploram a carência social Brasil afora, em territórios dos quais o Estado desistiu, onde moram milhões e milhões de pessoas. O governo federal não pode se abdicar de tratar de segurança pública no Brasil. A sociedade quer um país, quer que cidades como o Rio não sejam partidas, mas que possam permitir que as pessoas se realizem, trabalhem e sejam felizes. É o que eu espero, que nós possamos trabalhar nesse sentido. Agradeço ao Zuenir e peço que Mary e Mauro transmitam a ele meu abraço, minha solidariedade, meu carinho. A gente adora o Zu. Obrigado pela presença de vocês!

ESCOLA DE FOTÓGRAFOS POPULARES/IMAGENS DO POVO, O RIPPER E O BIRA

20 ANOS DE AFETOS, OLHARES E PERCEPÇÕES

A DELICADEZA E A BELEZA DAS IMAGENS de João Roberto Ripper e Bira Carvalho (*in memoriam*) nos convidam para mergulhar nas reflexões coletivas que “Cidade Partida – 30 Anos Depois” propõe sobre a obra “Cidade Partida”, de Zuenir Ventura, lançada em 1994. Um encontro fotográfico de dois amigos e parceiros no ensino da fotografia humanista, em uma viagem por tempos e lugares que só mesmo as artes podem permitir; aqui, especialmente, a literatura e a fotografia.

Esse encontro atemporal entre Ripper e Bira é resultado de um trabalho de curadoria que juntou o próprio Ripper, seu filho, o também fotógrafo Thiago Ripper, a designer Sônia Barreto, o irmão de Bira, Mario Zeferino de Carvalho, o Dante Gastaldoni e nós, organizadores. E pode ser visto nas capas do livro e nessa publicação do seminário.

Ripper e Bira se conheceram na Escola de Fotógrafos Populares/Imagens do Povo – um “projeto pedagógico revolucionário” na Maré, complexo de favelas na cidade do Rio de Janeiro, com curso de fotografia para os moradores, complementado por uma agência de fotografia, a Imagens do Povo –, criada há 20 anos em uma iniciativa de Ripper, Dante, Ricardo Funari, Kita Pedroza e do Observatório de Favelas.

Nas capas internas do livro “Cidade Partida – 30 Anos Depois”, apresentamos uma galeria de fotos de alguns dos primeiros profissionais formados pela escola, com uma pequena mostra de seus trabalhos nesses últimos 20 anos, selecionados por eles mesmos: AF Rodrigues, Bira Carvalho (com fotos indicadas por Ripper), Elisângela Leite, Fábio Caffé, Francisco Valdean e Ratão Diniz, que nos levam a uma riqueza de momentos, sentidos, pessoas e lugares.

Uma honra ter o grupo com a gente no projeto. Um agradecimento especial a todas e todos!

BLOCKS PROJETOS

Contemporânea e inovadora, a Blooks aposta na pluralidade e encara o livro não como produto comercial, mas como fonte de cultura, conhecimento e transformação. As três lojas, na Praia de Botafogo, no Paço Imperial e em Niterói, são canais abertos com a comunidade, sendo cada vez mais espaços de encontros e ideias, verdadeiros polos de cultura e inventividade. A Blooks Livraria promove em seus espaços lançamentos de livros, encontros musicais, clubes de leituras e debates. Atua também com o projeto Blooks nas Escolas levando um acervo cuidadosamente selecionado e variado para as escolas, incluindo títulos com temas relacionados aos projetos incorporados ao cotidiano da sala de aula; estande organizado por idades, escritores e assuntos. Além da livraria, a marca Blooks desenvolve projetos de conteúdo em ambientes digitais e impressos, audiovisual, além de realizar uma curadoria especial em estudos de gênero, ciências humanas, arte e produtos inovadores. Seus espaços alcançam um público amplo e consumidor de cultura e arte.

ZUENIR VENTURA nasceu em 1931, em Além Paraíba, Minas Gerais. Trabalhou como repórter, repórter especial e editor em jornais e revistas como Tribuna da Imprensa, Correio da Manhã, Fatos & Fotos, O Cruzeiro, Veja, Isto É e Jornal do Brasil. Assinou colunas no jornal O Globo e na revista Época. Zuenir escreveu livros como “Chico Mendes: Crime e Castigo”, “Minhas Histórias dos Outros”, “Inveja – Mal Secreto”, “Sagrada Família” e “1968 – o Ano Que Não Terminou”, que conquistou o prêmio Jabuti em 1989. Em 1995, “Cidade Partida” igualmente ganharia o Jabuti na categoria livro-reportagem. Em 2014, Zuenir foi eleito para a Academia Brasileira de Letras.

MINA COMUNICAÇÃO E ARTE

É uma empresa de criação de projetos e de consultoria em Comunicação, Audiovisual e Artes de Isabella Rosado Nunes e Marina Nunes Martins. Desde 2017, é um espaço criativo e agregador, de produção coletiva e pensamento livre, com o objetivo de promover vozes e causas diversas por meio das artes e da comunicação. A Editora MINA concebeu e editou os livros de autoria coletiva “Escrevivência: A Escrita de Nós. Reflexões sobre a Obra de Conceição Evaristo” (Ed. Mina, 2020) e “Jenipapos: Diálogos sobre Viver” (Ed. Mina, 2022), ambos em parceria com o Itaú Social, autoras e autores. Esse último, com artigos também de mestres indígenas sobre a educação, ganhou o Prêmio Literário da Biblioteca Nacional 2023, na categoria Histórias e Tradução Oral – Prêmio Akuli. As duas obras têm edição digital de acesso gratuito em: @mina.com.arte. Também pode ser acessado o curta-documentário “Goya Lopes, Coragem de Criar”, uma das sementes de projeto realizado com a artista baiana da arte afro-brasileira; além de outras iniciativas.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cidade partida [livro eletrônico]: 30 anos depois: reflexões sobre a obra de Zuenir Ventura: seminário / curadoria Elisa Ventura, Isabella Rosado Nunes. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte: Blooks Projetos, 2025.

PDF
Vários autores.

ISBN 978-65-992547-5-8

1. Entrevistas jornalísticas 2. Jornalistas - Brasil - Memórias 3. Seminários 4. Ventura, Zuenir, 1931 - - Entrevistas I. Ventura, Elisa. II. Nunes, Isabella Rosado.

25-284607

CDD-070.444092

Índices para catálogo sistemático:

1. Entrevistas : Jornalismo 070.444092
Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

